



Gabriela Furtado Nascimento

**O sujeito criativo no mundo do capital e a produção
(des)alienadora do espaço**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia, do Departamento de Geografia da PUC-Rio.

Orientação: Prof. Gustavo Godinho Benedito

Rio de Janeiro,
setembro de 2023



O sujeito criativo no mundo do capital e a produção (des)alienadora do espaço

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia, do Departamento de Geografia da PUC-Rio.

Prof. Gustavo Godinho Benedito

Orientador

Departamento de Geografia e Meio Ambiente – PUC-Rio

Prof. Ernesto Gomes Imbroisi

Departamento de Geografia e Meio Ambiente – PUC-Rio

Prof. Dr. Elias Lopes de Lima

Departamento de Geociências - UFJF

Rio de Janeiro, 21 de setembro de 2023

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial do trabalho, é proibida sem a autorização da universidade, da autora e do orientador.

Gabriela Furtado Nascimento

Graduou-se em Relações Internacionais no Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio em 2018. Foi membra do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Espaço e Metropolização (NEPEM-RJ). Participou da produção do “Bissau 2030: Plano de Desenvolvimento Sustentável”, realizado pela ONU-Habitat em parceria com a Câmara de Bissau.

Ficha Catalográfica

Nascimento, Gabriela Furtado

O sujeito criativo no mundo do capital e a produção (des)alienadora do espaço / Gabriela Furtado Nascimento ; orientador: Gustavo Godinho Benedito. – 2023.

119 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, 2023.

Inclui bibliografia

1. Geografia e Meio Ambiente – Teses. 2. Capitalismo. 3. Produção do espaço. 4. Alienação. 5. Sujeito. 6. Emancipação. I. Benedito, Gustavo Godinho. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Geografia e Meio Ambiente. III. Título.

CDD:910

Dedico esta dissertação à utopia de uma vida mais digna.

Agradecimentos

Ao meu orientador, Gustavo Godinho. Agradeço pelas trocas e pelo apoio incondicional.

Ao CNPq e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

Aos meus colegas do NEPEM por me apresentarem ideias e provocações incendiárias. Sem os nossos encontros de debates, pensamentos, cervejas e utopias, este trabalho não seria possível. Obrigada também por tornarem a experiência do mestrado menos solitária.

Um agradecimento especial à minha companheira Marina. Pelo amor gigantesco, pelo carinho infinito e pela paciente preocupação. Muitas vezes eu escrevi pensando em você. Obrigada pelos aprendizados e pelos incentivos de todos os dias. Cheguei até aqui de mãos dadas com você.

Ao meu pai e à minha mãe. Vocês não sabem o tamanho da minha admiração por vocês. Obrigada pelo carinho e pelo incentivo de sempre.

Ao meu irmão, pelo carinho, sensibilidade e pela amizade.

A todos os amigos e familiares que de uma forma ou de outra me estimularam ou me ajudaram.

Aos professores que me provocaram o interesse em aprender cada vez mais sobre as teorias do espaço e da sociedade. Sempre me encontro nelas.

Aos sujeitos criativos de todos os mundos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

Nascimento, Gabriela Furtado; Benedito, Gustavo Godinho. **O sujeito criativo no mundo do capital e a produção (des)alienadora do espaço**. Rio de Janeiro, 2023. 119p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A realidade do capital nos apresenta um mundo onde a mercadoria é a centralidade das relações sociais. Nesta dissertação, lançamos um olhar sobre o ser humano distanciado da sua capacidade criativa e desumanizado pela alienação do capital. Entretanto, nem tudo parece perdido quando, ao olharmos para as contradições dessa lógica, identificamos aberturas para a desalienação do ser humano propiciadas pela sua essência criativa e insurgente. Propomos realçar o protagonismo e a potencialidade criativa dos seres humanos a partir da ideia de "sujeito criativo". Em constante processo de efetivação, sua realização produz relações sociais e novas formas espaciais desalienadoras. A partir das contribuições da teoria da alienação e dos conceitos de trabalho e produção, tal como elaborados por Karl Marx, e da geografia crítica marxista, compreendemos o espaço como dimensão essencial para a emancipação do ser humano no mundo do capital. O movimento zapatista, as insurreições no Chile e as jornadas de junho no Brasil, além de projetos de hortas urbanas comunitárias e cozinhas coletivas em grandes centros urbanos são apontados como contrários à alienação produtiva ao se realizarem de forma autogestionada e emancipatória.

Palavras-chave

Capitalismo; produção do espaço; alienação; sujeito; emancipação.

Abstract

Nascimento, Gabriela Furtado; Benedito, Gustavo Godinho (advisor). **The creative subject in the world of capital and the (un)alienating production of space**. Rio de Janeiro, 2023. 119p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The reality of capital presents us with a world where commodities are the centrality of social relations. In this dissertation, we take a closer look at the human being who is distanced from his creative capacity and dehumanized by the alienation of capital. However, not all seems lost when, by looking at the contradictions of this logic, we identify openings for the de-alienation of the human being provided by their creative and insurgent essence. We propose to emphasize the protagonism and creative potential of human beings based on the idea of the "creative subject". In a constant process of becoming, its realization produces social relations and new disalienating spatial forms. Based on the contributions of the theory of alienation and the concepts of work and production, as elaborated by Karl Marx, and of the Marxist critical geography, we understand space as an essential dimension for the emancipation of human beings in the world of capital. The Zapatista movement, the insurrections in Chile and the June Journeys in Brazil, as well as community urban gardening projects and collective kitchens in large urban centers, are pointed out as opposing productive alienation by being carried out in a self-organized and emancipatory way.

Keywords

Capitalism; production of space; alienation; subject; emancipation.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	10
2. TRABALHO E PRODUÇÃO	24
2.1. AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DA CATEGORIA DE TRABALHO	31
2.2. MUDAR O MUNDO SEM TOMAR O PODER	36
2.3. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO	44
3. ALIENAÇÃO	55
3.1. A TEORIA DA ALIENAÇÃO EM MARX	56
3.2. A REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO	70
4. O SUJEITO CRIADOR DE MUNDOS	76
4.1. O SUJEITO CRIATIVO	81
4.2. A EMANCIPAÇÃO	103
5. CONCLUSÃO OU OUTROS CAMINHOS POSSÍVEIS	106
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112

Lista de figuras

Figura 1 - Estrutura da gênese da sociedade humana	66
Figura 2 - Estrutura conceitual da teoria da alienação	67
Figura 3 - Manifestantes na Avenida Presidente Vargas em Junho de 2013.	87
Figura 4 - A Revolta do Buzu, realizada em Salvador em 2003.	90
Figura 5 - Placa indicando governo zapatista em caracol na região de Los Altos, em Chiapas. O lema “Para todos, tudo, nada para nós” é um chamado à autogestão e à coletividade.	94
Figura 6 - Manifestação em Santiago, no Chile em outubro de 2019.	95
Figura 7 - Manifestantes transformam monumentos em marcos emblemáticos e simbólicos de contestação.	98
Figura 8 - Estátua "Sentados frente al Mar" grafitada pelos manifestantes.	99
Figura 9 - Cozinha do Marmitas da Terra, no CEFURIA.	101
Foto 10 - Mutirão na Horta Comunitária do Grajaú, localizada na Praça Edmundo Rego (Grajaú, RJ).	104

Es la vida, nuestra vida de todos los días. Las cosas que queremos hacer devienen lo que podemos hacer. En lugar de ser el movimiento de nuestro devenir, lo que podemos hacer depende del dinero, de cuánto dinero tenemos. Es la tragedia de nuestra vida.

HOLLOWAY, J. Una lectura antiidentitaria de El Capital.

1. Introdução

Em um mundo em que a mercadoria se apresenta como o centro das relações sociais, o dinheiro e o salário são interpretados como a finalidade e a riqueza da vida humana: esta é a tragédia e a Tormenta¹ que estamos vivendo. Movidos pela frustração, os esforços desta dissertação vão na direção contrária dessa lógica. A busca para irmos além das aparências se concentra em uma reflexão sobre os conteúdos sociais do espaço a partir das lentes marxistas, rumo ao resgate do ser humano no centro da realidade social.

O filme *A Grande Cidade de Cacá Diegues*, lançado em 1966, traduz parte do incômodo que motiva a composição do presente trabalho. O personagem que o ator Antonio Pitanga interpreta nos incomoda e nos incita com a seguinte reflexão: "Quantas horas trabalha? Que horas você vai dormir? O senhor vai ao cinema? O que o senhor faz no fim de semana? Que horas vocês amam? A que horas você acordou? Quantas horas trabalhou? Que horas vai dormir? De cada 24 horas, dorme uma média de oito, gasta duas fazendo refeições e mais duas em trânsito, além de oito trabalhando. Isso quer dizer que lhe sobram quatro horas que usa descansando ou esperando. Mas digamos que vive essas quatro horas. Se essa pessoa morreu com 50 anos, na verdade, viveu apenas seis, pois o resto viveu coisas desagradáveis ou inúteis." Com o capital no centro da vida, passamos os anos em função da sua lógica.

Estes são os efeitos do capitalismo: a negação do ser humano e a impossibilidade da sua potência criativa. Nesse sentido, a problemática do presente trabalho se concentra nos seguintes questionamentos: De que forma ocorre o processo de desumanização do ser humano no capitalismo? De que forma a produção capitalista do espaço provoca um estranhamento entre o ser humano e o espaço que ele mesmo produz? E qual o papel da produção do espaço para o capitalismo e para a construção de uma outra sociedade?

¹ Como nos lembra Holloway (2017), no seminário "El pensamiento crítico frente a la hidra capitalista", realizado em San Cristóbal de las Casas, em maio de 2015, os zapatistas expressaram com o termo "Tormenta" a catástrofe relacionada à violência, à crise social, humanitária e natural produzida pelo capitalismo. Esse termo além de representar a tragédia, também é visto pelos zapatistas como ponto de partida para pensar a esperança, dentro da possibilidade de a Tormenta também ser parte de outro mundo possível, não capitalista.

A contribuição de Karl Marx e Friedrich Engels com o materialismo histórico-dialético, e tantos outros pensamentos marxistas críticos ao capitalismo são utilizados neste trabalho como suporte teórico-metodológico para uma reflexão sobre a sociedade no mundo do capital. Tais contribuições tornam perceptível a existência de um processo capitalista resultado de formas sociais historicamente específicas, e portanto, não estático, em constante transformação e construção.

No processo atual do capitalismo, faz-se necessário um pensamento capaz de desvendar e interpretar as contradições que movem as dinâmicas sociais. Com o passar do tempo, as transformações do movimento do capital exigem interpretações diferentes das dos séculos passados. Atualmente, novas tecnologias passam a fazer parte do cotidiano social, o processo de urbanização da sociedade integra outros ritmos à vida de todos os dias e outros mecanismos de acumulação do capital - pautados pela financeirização, especulação, e novas formas de criação de valor - incidem sobre a lógica capitalista. Nesse cenário, a retomada das leituras marxistas passa a povoar não só os ambientes acadêmicos, mas, sobretudo, os movimentos sociais, impulsionando imaginários políticos que vão além do capital.

A importância de tal retomada se concentra não apenas na busca pela compreensão do processo capitalista, mas justamente por indicar aberturas para outras possibilidades na contradição da realidade. Como sinaliza Marx, há uma contradição na produção do capital que aponta para a alienação ao mesmo tempo em que aponta para a desalienação. As teorias marxistas nos fazem refletir sobre a potência dessa contradição nos dias atuais.

As impossibilidades provocadas pelo capitalismo tornam urgente a utopia da construção de uma outra sociedade. Nesse sentido, a retomada das leituras marxistas possibilitam um vislumbre para outras possibilidades para além do capital. O teor revolucionário de livros como *O Capital*, *A Ideologia Alemã*, *Os Manuscritos Econômicos e Filosóficos*² revivem, nos dias atuais, a chama que ilumina outras realidades. Tomando a utopia como finalidade, as teorias marxistas nos apresentam um horizonte que nos sugere para onde caminhar.

A retomada das leituras marxistas na contemporaneidade nos fornece mais do que instrumentos de interpretação, elas apontam sentidos e esperanças para a luta pela humanização da sociedade. Surgem assim artigos, dissertações, livros, teses,

² Esta obra possui algumas variações de títulos como Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844; Manuscritos de Paris; Cadernos de Paris; entre outros.

debates, conversas, ações e ideias utópicas. "Para que serve a utopia?" pergunta um estudante, em Cartagena das Índias, para Eduardo Galeano. Ele responde: "A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar."

Os usos contemporâneos das contribuições da teoria marxista apontam para aberturas metodológicas em diferentes áreas do pensamento. O que nos trás até a reflexão proposta na presente dissertação, que entrelaça o ser humano, o espaço e o processo capitalista, tem como base diversos autores e autoras do campo da geografia que, a partir das contribuições marxistas, propõem interpretações da realidade social vivida.

Nas análises geográficas, o desafio para pensar a problemática atual contempla o espaço, uma vez que toda ação social se realiza em um espaço determinado, em um período de tempo preciso (CARLOS, 2011, p.13). Influenciados pelas teorias marxistas, teóricos da geografia crítica marxista relacionam a passagem incessante da temporalidade (sucessão, repetição, encadeamento) à espacialidade (simultaneidade, sincronismo) como definidora de toda a ação produtora. Para Henri Lefebvre (1991), o espaço é pensado como a origem e a fonte da racionalidade ativa, e, por englobar as coisas produzidas, compreende as relações em sua coexistência e simultaneidade. Ao ser visto como o resultado de uma sequência e de um conjunto de operações, o espaço é tido como social pois se insere na lógica da produção, entendida como uma prática social.

No capitalismo, as relações sociais adquirem formas capitalistas de produção e reprodução. Nesse sentido, a produção do espaço segue a lógica da mercadoria: o processo de produção, sob o capitalismo, transforma o espaço em uma mercadoria, auferindo-lhe valor (CARLOS, 2011, p.91). Como consequência desse movimento, a relação entre o ser humano e o espaço é mediada pelo capital. Ao se submeterem profundamente à reprodução capitalista, os seres sociais se distanciam do seu próprio papel de produtores. Dessa forma, a produção do espaço toma forma de produção alienada e alienadora do espaço.

Olhando para a organização capitalista de produção, em seus *Manuscritos econômicos e filosóficos*, Karl Marx (2011, p.272), dá destaque ao processo de

produção, afirmando que no capitalismo a produção não é apenas a produção de um objeto, mas de um objeto que é estranho ao produtor:

A alienação do trabalhador no seu produto significa não somente que seu trabalho se converte em objeto, em uma existência externa, mas que existe fora dele, independentemente, como algo estranho a ele, que se converte numa força diante de seu próprio confronto. Isso significa que a vida que propiciou o objeto o enfrenta como algo hostil e estranho.

A alienação toma forma ao desumanizar, ao retirar o caráter de natureza humana da produção espacial. Nesse sentido, o espaço não é mais produzido com um fim primeiro, com base nas necessidades e desejos daquele que o produziu. Ele é produzido de acordo com as necessidades do processo capitalista. Segundo Holloway (2003), ao fazer com que a mercadoria exista aquém do trabalhador, distanciada de quem realizou a atividade, a alienação passa a dar vida própria ao objeto, alienando o ser humano da lógica da produção. É nesse processo que centramos a problemática deste trabalho ao propormos um diálogo entre a teoria da produção do espaço e a teoria da alienação para uma leitura crítica da realidade social. A partir disso, entendemos como essencial dar destaque ao ser humano e à natureza humana nessa análise, indagando de que forma o movimento do capital nas relações sociais aliena o sujeito em relação ao seu papel criador, ou seja, de que forma ocorre o estranhamento do sujeito em relação ao espaço que ele mesmo produz. Nesse processo alienante, a dimensão humana do espaço não é estranhada e invisibilizada.

É importante destacarmos que a presente dissertação trabalha a todo momento com uma noção ampliada de produção do espaço, compreendendo a produção do capitalismo como uma lógica estruturalmente racista e patriarcal. Esta interpretação é essencial para a análise da realidade ao dar luz às desigualdades e às segregações vividas e sentidas de forma mais intensa por uma parte da sociedade.

Os conceitos de produção e reprodução espacial são desenvolvidos de forma aprofundada por teóricos como Henri Lefebvre, David Harvey e Ana Fani Alessandri Carlos, que, ao interpretarem o espaço como lugar onde se manifesta a vida, produto, condição e meio da realização da sociedade (CARLOS, 2011), entrelaçam a dimensão espacial e a social na compreensão da realidade: "O espaço

apresenta-se como uma das produções humanas, e em constituição permanente na medida em que, singular, o produto (de um determinado momento) é sempre a condição de uma nova produção, não se separando, portanto, processo de produção de reprodução".

Acreditamos que ao refletirmos sobre o conceito de espaço é possível existirmos em múltiplas dimensões e pensarmos a partir do reconhecimento de outras realidades, tensionando o que existe e o que poderia existir. Por o espaço ser o produto de relações entre, relações que são práticas materiais necessariamente embutidas que precisam ser efetivadas, ele está sempre em um processo de devir, está sempre sendo feito e nunca está finalizado, nunca se encontra fechado.

A compreensão do espaço a partir da dimensão social entrelaça o movimento de realização da sociedade à sua espacialização, dando destaque à importância da dimensão social do espaço não só para o entendimento do mundo, mas sobretudo, para a abertura de outras dimensionalidades da vida, para além da lógica exclusiva ao capital:

O espaço é uma dimensão implícita que molda nossas cosmologias estruturantes. Ele modula nossos entendimentos do mundo, nossas atitudes frente aos outros, nossa política. [...] Se o tempo é a dimensão da mudança, então o espaço é a dimensão do social: da coexistência contemporânea de outros. E isso é ao mesmo tempo um prazer e um desafio. (MASSEY, 2008, p.15)

Dessa forma, é imprescindível explorarmos a dimensão espacial se buscamos existir além das aparências, além do que nos é imposto. As motivações do presente trabalho vão em direção a esse mundo outro, que nega a negação e insurge sobre as barreiras que cerceiam a emancipação humana.

O geógrafo Elias Lopes de Lima (2014), desenvolve em seu livro *Encruzilhadas geográficas* a compreensão de que a Geografia se depara com uma encruzilhada metodológica no momento atual. Para irmos ao encontro de outros caminhos e novos horizontes, ele afirma que é determinante contemplar os sujeitos na produção do conhecimento, que, ao projetarem algo além na imaginação, transformam e compreendem o espaço, desenvolvendo novas aberturas à pesquisa geográfica.

Compreendemos que, com esse intuito, as reflexões, indagações e incômodos provocados pelas teorias marxistas contribuem significativamente para aberturas teóricas no pensamento geográfico contemporâneo. Buscando criticar o cientificismo que imobiliza os sujeitos, segundo Lima, presente nas correntes teóricas sociais da Geografia, o geógrafo identifica uma revalorização do conhecimento através das teorias da produção social do espaço. Ainda segundo ele, “esta reconfiguração epistêmica é parte integrante de uma crise sistêmica, produto, pelo que tudo parece indicar, da ampliação das contradições do modo de produção capitalista.” (LIMA, 2014, p.16).

A busca pela identificação e exaltação da potência criativa do ser social na produção do espaço nos exige um olhar não fixado para os sujeitos que o produzem. Com o objetivo de destacar o que nos diferencia dos animais, o objeto desta dissertação irá se centrar no "sujeito criativo", ou seja, nosso olhar se concentra nas ações imaginativas e transformadoras do ser, capaz de produzir novas formas de relações sociais para além do capital, dialeticamente, em todas as possíveis contradições. Nesse sentido, temos como objetivo avaliar o caráter criativo do ser humano e seu impacto transformador do espaço, fundamental para a sua efetivação enquanto ser humano e sujeito.

Por sujeito, estamos nos referindo ao ser da ação, ligado diretamente ao sentido de natureza humana marxiano. Sujeito capaz de transformar a natureza para finalidades próprias e não apenas utilizar o que ela oferece de forma passiva. Que é capaz de humanizá-la ao transformá-la de acordo com os seus desejos. Por outro lado, a escolha da palavra "sujeito" também se dá pela posição de sujeito do ser humano em relação à sua realidade e ao espaço que ele mesmo produz. Compreendemos, entretanto, a existência de um aprofundado debate sobre o conceito de "sujeito" nas mais diversas áreas teóricas. Nossa intenção na presente dissertação não é sugerir uma reflexão nesse sentido, muito menos utilizar uma compreensão específica de "sujeito" já cunhada. A reflexão é importante e frutífera, entretanto, buscando uma melhor objetivação das indagações aqui propostas, decidimos por não abordar tal complexidade.

Movimentos plurais e multiformes caminham em direção ao resgate do ser humano na centralidade da vida. Apontamos portanto, como "sujeito criativo", os seres humanos produtores de novas relações sociais, de novas produções espaciais e de novas formas de vida. A proposta de avaliação do caráter criativo do ser

humano nos exige um olhar múltiplo, com base em diversas identidades e modos de existência. O objeto é múltiplo e marca a realização humana e a produção do espaço por meio de relações sociais que vão além da lógica capitalista, em direção ao comum. Ele nos aponta a não totalidade da alienação a partir de múltiplos movimentos de negação da mesma. Vale ressaltar, entretanto, que o mesmo "sujeito criativo" não se encontra destacado das formas históricas socialmente construídas. Ele se encontra inserido em um processo específico, considerado aqui como o movimento de reprodução da alienação colocada em curso pela lógica do capitalismo.

Compreendemos que o nosso objeto situa-se em um campo impreciso e confuso, para além do realizado, do empírico, mas nem por isso se torna especulativo ou metafísico (fictício) (LEFEBVRE, 2019). Ele habita onde o real não está plenamente materializado e por isso ele emerge da urgência, da emergência e da prática. As insurgências implodem das crises, e o nosso "sujeito criativo" é uma das plantas que teimam em crescer entre as brechas das pedras. E é exatamente por se configurar dessa maneira que o objeto proposto nos possibilita visualizar um horizonte repleto de outras possibilidades.

Nesse sentido, o "sujeito criativo" está presente em diversos locais do mundo, todas com suas especificidades. O movimento zapatista, na região de Chiapas, no México; as insurreições e as manifestações ocorridas em 2019, no Chile e em 2013, no Brasil; projetos de hortas urbanas comunitárias e cozinhas coletivas presentes em alguns bairros de grandes centros urbanos brasileiros; e tantos outros movimentos prático-sociais de negação representam movimentos contrários à alienação produtiva ao se realizarem de forma autogestionada e emancipatória, produzindo redes, articulações e projetos autônomos. São eles exemplos de trabalhos desalienados ao terem uma finalidade e um desejo não totalmente mediado pelo capital.

Movimentos estes que vão em direção à negação da desumanização, mirando a abolição da alienação e valorizando a verdadeira apropriação da natureza humana através do e para o ser humano. (MARX, 2009, p.105). Para abordá-los, iremos nos centrar em alguns movimentos prático-sociais específicos que ao serem exemplificados concentram em suas partes a pluralidade de manifestações do sujeito em parte sujeitado, e em parte por se humanizar.

Dotado de criatividade, sujeito da sua própria realidade geográfica, o caráter criativo do ser humano o torna capaz de ir além do que está posto, tornando-o não só um objeto pensante, mas um ser diretamente vinculado à dinâmica da produção social do espaço. Dessa forma, centralizar o sujeito criativo e sua atividade criativa nos estudos sobre a produção do espaço torna-se importante não só para a compreensão da espacialização nos dias atuais, mas para a busca por outros caminhos em meio à Tormenta.

Destacado o objeto, o objetivo desta dissertação é identificar de que forma se dá a efetivação da alienação capitalista na produção do espaço contemporâneo e a partir disso, identificar práticas espaciais que vão em direção à desalienação, ou melhor, à emancipação da sociedade. Dessa forma, os objetivos desta dissertação não se relacionam apenas a uma análise dos processos de ruptura no ser e no espaço, eles também se concentram nos movimentos que irrompem essa lógica.

O corpo do presente trabalho irá destacar três conceitos basilares: trabalho, alienação e emancipação; que, ao dialogarem entre si, tensionam o que existe e o que poderia existir. Eles estarão em constante tensão ao longo de toda a composição. Posto isso, o trajeto se inicia a partir do conceito de trabalho elaborado por Karl Marx. Pensar sobre a natureza humana requer um estudo das propriedades gerais do ser a partir de uma perspectiva abrangente, tornando possível múltiplas existências. Através de uma leitura cuidadosa do livro *O Capital*, John Holloway (2017), Jorge Grespan (2021), entre outros estudiosos marxistas, apontam que o autor, Karl Marx, logo no início do primeiro capítulo do livro um, dá destaque para o que seria ao mesmo tempo o motor e a fraqueza do capital: a natureza humana.

O conceito de "trabalho" marxista é o fio condutor desta dissertação, entrelaçando as múltiplas realidades sociais do sujeito em uma única totalidade. Associado ao sentido e a realização do ser humano, o trabalho é a ação de modificar a natureza de acordo com as suas próprias necessidades e desejos. O trabalho representa movimento e é através da passagem incessante do tempo, junto a realização humana que a realidade histórica se configura.

Marx e a teoria marxista ao deslocar as questões e respostas dos “objetos” para o “ato”, aperfeiçoam e ampliam o movimento filosófico dialético. Ao atuar na transição filosófica do “pensamento-pensado” para o “pensamento-pensante”, o método sugere uma troca ao condenar a constatação das coisas a partir de meros objetos. Ultrapassando os limites da reflexão sobre as oposições entre sujeito x

objeto e conceito x conteúdo, o marxismo destaca a atividade como racionalidade imanente. O movimento do trabalho se coloca no centro da cena.

Nesse caminho, Karl Marx, estaria olhando para um contexto específico, em uma realidade histórico-temporal determinada e tem como preocupação central em suas teorias o movimento do capital e a produção das mercadorias. Na realidade do século XXI, o capitalismo se apresenta a partir de novas facetas, entretanto, as contribuições do filósofo continuam sendo fundamentais para pensarmos os movimentos do processo do capital, mesmo que em diferentes formatos e dimensões.

Assim, na primeira parte do segundo capítulo, iremos analisar as múltiplas dimensões da categoria trabalho a partir das contribuições da crítica ontológica marxista. Ao darmos centralidade metodológica para três dimensões da categoria trabalho – ontológica, histórica e criativa - pretendemos dialogar com a totalidade do conceito e suas múltiplas possibilidades e potências. Segundo John Holloway (2003), em diálogo com as teorias marxistas, a potência criativa dos seres humanos é uma característica que nos distingue dos animais. Somente nós perante todos os seres vivos somos capazes de criar, ou seja, de ir além do que está posto. De materializarmos os nossos desejos primeiro nos pensamentos, antes mesmo de qualquer ação prática. Essa característica que nos é única abre caminhos para o possível-impossível, para aquilo que ainda não existe, mas que poderia existir.

Ao destacarmos as potencialidades fundadas a partir da capacidade criativa e única dos seres humanos, estaremos nos referindo à dimensão criativa da categoria trabalho. Neste momento, iremos analisar o conceito de fazer elaborado por Holloway (2003), principalmente em seu livro "Mudar o mundo sem tomar o poder", e relacioná-lo com a alienação efetivada pela organização capitalista de produção. As contribuições do autor são fundamentais para resgatarmos os movimentos que dão vida e sentido ao ser humano, uma vez frustrados e alienados pela lógica do capital, uma vez que o conceito de "fazer" como elaborado por ele nos caminhos para outras realidades possíveis, que vão além das aparências e da lógica alienadora do capital. Esse conceito será melhor elaborado ao longo do primeiro capítulo, bem como outras análises e pensamentos desenvolvidos pelo teórico em questão.

O caráter alienador do capitalismo se estende para o espaço, uma vez que o mesmo se configura como uma relação social. Como já apontado, a produção do

espaço está diretamente ligada às relações sociais e nesse sentido, produzir espaço é também produzir as condições materiais e sociais de existência. Sob o capitalismo, essas condições se expressam de forma alienada, e o espaço ao ser produzido nesse sentido, produz e reproduz as relações capitalistas de produção. O espaço produzido a partir dessa lógica irá impor para o ser humano uma reprodução também capitalista, produzindo uma relação de estranhamento e sujeição entre o ser humano e o espaço.

Com isso em vista, na segunda parte do segundo capítulo, iremos nos debruçar no pensamento de autores como Milton Santos, Henri Lefebvre, Ana Fani Alessandri Carlos, David Harvey e tantos outros geógrafos e geógrafas de cunho marxista, que tiveram o cuidado de trazer esse debate para um estudo sobre o espaço. Aqui, a proposta é criarmos interlocuções entre a categoria de trabalho e a de produção, indo ao encontro da análise da crítica ontológica marxista no cerne das teorias do espaço. Nessa trajetória, iremos aproximar os debates do espaço e do ser social nas teorias críticas da Geografia, relacionando contribuições de diferentes autores sobre esse tema. De fato, a teoria marxista contribui com tais discursos a partir de seu caráter dialético e crítico. Teremos, porém, a preocupação de ir além de um dogmatismo ortodoxo dos escritos de Marx.

Essa dialética é um caminho que Lefebvre (1994) faz em seu livro *A produção do espaço* buscando compreender que a produção do espaço, atravessada pelo capitalismo, produz um espaço focado na “produção-produto” e que tal relação faz com que dissimulemos o que ele representa a partir de significações simplistas, ocultando suas relações sociais como se fossem coisas dependentes de alguma imagem mítica absolutista.

Como a nossa intenção é abordarmos o caráter criativo do "sujeito criativo" na sua relação com o espaço, é fundamental introduzirmos alguns pensamentos que conectam de forma indissociável o ser humano, as relações sociais e o espaço. Segundo a geógrafa Doreen Massey (2004), a verdadeira possibilidade de qualquer reconhecimento sério da multiplicidade e da diferença depende ele próprio de um reconhecimento da espacialidade. A própria espacialidade é uma das dimensões da construção da diferença: “para que haja multiplicidade (e, por extensão, para que haja diferença) deve existir espaço.” (MASSEY, 2004, p.10).

O terceiro capítulo traz a teoria da alienação marxista para o centro do debate e desenvolve de forma mais profunda a relação da produção do espaço com essa

temática. O conceito de alienação é fundamental na obra marxiana, porque é a alienação do ser da sua própria função de produtor que possibilita o funcionamento da estrutura capitalista ao impossibilitar a revolta dos produtores.

No capitalismo, a produção de uma cadeira, por exemplo, frequentemente é invisibilizada em prol do destaque ao seu valor de uso. A vitrine dá destaque ao objeto cadeira, enquanto o sujeito que a criou e o seu trabalho são excluídos. Dessa forma, é criada uma concepção do "trabalho" como algo independente de seu fazedor. Entretanto, a alienação vai além da ocultação individual: o fluxo social envolvido na produção da mercadoria também é ocultado. O indivíduo, estranhado do produto que ele próprio produziu, é também estranhado do seu coletivo, da sociabilidade da produção, e, além de não se reconhecer nele próprio, se vê distanciado do fluxo social da produção e da reprodução da realidade histórica.

Nesse processo, a vida humana e sua potência criadora e plural é ocultada e impossibilitada. Outras realidades possíveis e impossíveis se rompem, fazendo com que sequer possam ser imaginadas relações sociais que não sejam mediadas pela forma mercadoria. A vida se fecha em um apertar de botões sem fim. O fim do mundo nos parece mais próximo do que o fim do capitalismo. Entretanto, ao entendermos que a transformação do espaço e da vida caminham juntas, e que é o próprio sujeito que dá vida à mercadoria, novas possibilidades podem surgir.

O quarto capítulo entrelaça as reflexões propostas nos capítulos anteriores ao nosso objeto: o "sujeito criativo", dando destaque, sobretudo, para a sua potência criativa. Em um movimento contraditório já sinalizado, o espaço ao mesmo tempo que segrega, exclui e aliena, também é palco para a sua produção desalienadora, onde movimentos de emancipação se concretizam.

Visto como categoria fundamental para outras realidades possíveis, os movimentos contrários que negam o movimento capitalista se materializam nas práticas sociais de diversas formas. As experiências elaboradas estão ligadas às múltiplas dimensionalidades do objeto em questão serão melhor explicitadas ao longo deste capítulo, ressaltando, cada qual com sua especificidade, o seu caráter desalienador e transformador. Dessa forma, o terceiro capítulo apresentará os desdobramentos concretos da contradição espacial capitalista; a intenção aqui será apresentar alguns exemplos específicos de movimentos e de ações efetivadas pelo o que chamamos de "sujeito criativo". As práticas retratadas vão em direção a um

esforço de delimitação compreendendo que ao olharmos para ações e contextos específicos estaremos também refletindo sobre o todo.

O "sujeito criativo" se corporifica como um sujeito espacial insurgente, que, ao espacializar suas insatisfações, suas lutas, e ao exigir uma vida digna contribui também para uma produção desalienada e desalienadora do espaço e por conseguinte, da sociedade. A negação da negação enquanto possibilidade. Nesse sentido, estamos nos referindo a múltiplas formas de produção espacial que vão desde a ocupação de espaços públicos até a produção de novas formas de gestão e de relações sociais mediante a produção espacial.

A identificação do sujeito criativo passa pela análise, mesmo que breve, de algumas dimensões diferentes de produção espacial, mas que possuem em comum a construção de um espaço que provoca a reprodução de outras formas de relação social para além do capitalismo. O Movimento Zapatista, por exemplo, se efetiva a partir de territórios autônomos onde são materializadas e continuadas novas formas de gestão social, econômica e educacional, produzindo assim, uma outra sociedade que não se pretende alienar. Já a partir das passeatas e manifestações com a ocupação de espaços públicos analisadas no Chile e no Brasil, apontam para a insurgência da produção de espaços que negam a negação. Mobilizando o simbólico e a produção de memórias nos espaços, os manifestantes urbanos manifestam as suas potências criativas de múltiplas formas. Ao realizá-las o princípio do trabalho passa a povoar as ações. Há uma finalidade, um reconhecimento do ser humano que realiza a ação por ela ser pautada nas suas próprias necessidades e desejos.

E ainda, analisamos as formas de relações sociais produzidas em cozinhas e hortas comunitárias. A forma de produção e distribuição do produto final se diferencia da lógica de produção capitalista. Em ambos os exemplos, o produto do trabalho dos voluntários não tem como destino final o mercado e muito menos o lucro. A mediação alienadora do capital, pautada pelo trabalho assalariado e pela relação de classes, nestes exemplos, não se concretiza. No seu lugar, o sujeito criativo se estabelece mediante a produção de espaços que promovem a sociabilidade, a satisfação direta de necessidades (na cozinha por exemplo, a alimentação) e a construção de relações não capitalistas.

Neste capítulo, relacionamos a teoria e a prática ao apresentarmos análises descritivas e teóricas dos exemplos indicados. As reflexões realizadas nos capítulos anteriores se fazem presentes neste capítulo por meio do "sujeito criativo", nosso

objeto. Entendemos que ninguém escapa da alienação e do capitalismo enquanto o mesmo é um processo atual e em contínua reprodução. Entretanto, via contradição, do caos surgem contestações e brechas de insurgência. Os exemplos analisados irão iluminar práticas desalienadas e desalienadoras em meio à alienação da lógica do capital, que, além de se realizarem de maneira a subverter a lógica do capital, representam também convites à ação.

David Harvey, em seu livro *Espaços de Esperança*, nos apresenta valiosas reflexões sobre a produção de espaços que apontam para a possibilidade de outras formas de relação social que divergem das relações capitalistas. Ao entrelaçamos as suas teorias e proposições com a de demais autores que analisam a relação entre o espaço e o ser social, refletimos sobre o papel do espaço para a emancipação da sociedade.

Partindo de dentro do processo capitalista, é essencial pensarmos sobre o espaço e suas representações e concepções para irmos ao encontro das complexidades dos sujeitos que o co-constituem. Torna-se importante teorizarmos nesse aspecto para que possamos ir além das relações capitalistas de produção, pois, se ao produzirmos o espaço produzimos a nós mesmos, é através de uma outra produção espacial que podemos nos realizarmos para além do que nos aliena. Em um processo de constante devir, surgem indícios para a produção de um espaço que esteja mais de acordo com os nossos desejos e com a vida plena, livre da lógica da mercadoria.

2. Trabalho e produção

Marco Polo descreve uma ponte, pedra por pedra. 'Mas qual é a pedra que sustenta a ponte?', pergunta Kublai Khan. 'A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra', responde Marco, 'mas pela curva do arco que estas formam'. Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo. Depois acrescenta: 'Por que

falar das pedras? Só o arco me interessa'. Polo responde: 'Sem pedras, o arco não existe'.

Italo Calvino, *As cidades invisíveis*.

Os conceitos de trabalho e produção são as principais categorias analisadas pelo teórico Karl Marx na busca pela compreensão do funcionamento do capitalismo e suas fragilidades. Em seus escritos, o filósofo identifica nestas categorias múltiplas dimensões, desvendando no caráter genérico (essencial) da espécie humana o elo indissociável entre o ser humano e o capital. Uma vez que a produção das coisas, da realidade e dos indivíduos é determinada socialmente, o dinamismo das necessidades e dos desejos que marcam a reprodução da sociedade está diretamente relacionada à especificidade histórica atual, explicitada como "capitalista".

No método dialético marxiano de interpretação da realidade, o trabalho é interpretado como a categoria mediadora das representações ontológicas do ser humano, ou seja, o meio pelo qual o ser social produz suas próprias condições objetivas e subjetivas de existência, se destacando, portanto, como categoria fundamental para a crítica ontológica de Marx à sociedade capitalista moderna.

Em suas formulações teóricas, Karl Marx propõe uma mudança paradigmática ao interpretar a realidade a partir da totalidade concreta em movimento (KOSIK, 2011)³. A ontologia marxiana parte do pressuposto de que a realidade é construída socialmente por meio da práxis dos sujeitos, entendida como o processo das relações sociais, gerada pela atividade prática entre o homem e a natureza. Dessa forma, a práxis dos sujeitos, independentemente de qualquer situação histórica, é determinante para a constituição e configuração do real.

O sistema marxiano, ao abordar em sua centralidade a reificação capitalista das relações sociais de produção e da alienação do trabalho, além de ter sido construído com base em amplos debates com demais pensadores, apresenta uma complexidade teórica profunda, com diversos conceitos e dimensões elaboradas. Na presente dissertação, não pretendemos nos aprofundar nas origens e na estrutura

³ No livro *A dialética do concreto*, Karel Kosik constrói esse conceito afirmando que: "Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato *qualquer* (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda, a totalidade. Os fatos são conhecimento da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético [...] se são entendidos como partes estruturais do todo" (KOSIK, 2011, p. 44).

da teoria marxiana, nem analisar e apresentar o rico sistema marxiano em toda a sua completude. A proposta deste capítulo é analisar a categoria de trabalho e de produção utilizando como base as contribuições marxianas, e indo além, em direção às múltiplas dimensões que estas categorias evocam, uma vez que, o trabalho e a produção são fundamentais para uma maior compreensão do sistema da "alienação".

O conceito de trabalho, bem como outras formulações marxianas, ao ser aplicado nas análises espaciais e nos estudos da relação do ser humano com o espaço vivido, desdobra-se em múltiplas formulações férteis para a compreensão da sociedade atual. Partiremos do trabalho e da produção para pensar a alienação e os múltiplos vieses do capital e o papel dos sujeitos espaciais contemporâneos no capítulo seguinte.

A relação inicial do homem com a natureza se encontra mediada pelo trabalho, e através dessa mediação supera os termos da relação e nos coloca diante de um espaço produzido pela sociedade como ato e ação de produção da própria existência. Nesse longo movimento, o homem cria-se através de um conjunto de produções, dentre as quais se situa a produção do espaço. (CARLOS, 2011, p.40)

A categoria de trabalho é central para Karl Marx explicitar a concepção ontológica do ser humano como sujeito prático-social, desenvolvendo, assim, críticas profundas acerca da sociedade burguesa de sua época. Marcada pelo movimento das relações sociais movidas pela lógica do capital, o trabalho é interpretado pelo teórico como fundamental para a garantia do modo de produção de mercadorias e a continuação da lógica de valorização do capital.

Diferentemente de Hegel (1971,1992), que interpreta o trabalho como a essência do homem, Marx parece dar importância para o seu papel na formação do ser social, identificando no trabalho uma força motriz para a atividade material objetiva da sua própria realidade. Indo além da representação da atividade vital e genérica do ser humano, a efetivação do trabalho é interpretada como a realização ontológica da espécie. “O engendrar prático de um mundo objetivo, a elaboração da natureza inorgânica é a prova do homem enquanto um ser genérico consciente.” (MARX, 2009, p.85). Ao modificar a natureza para fins objetivos, o ser humano se

realiza e se afirma enquanto ser pensante e ativo, capaz de pensar previamente e agir, ao mesmo tempo em que modifica e humaniza o seu redor. Ao modificar a natureza com objetivos próprios, o ser humano modifica a ele próprio.

Não destacado da realidade vivida, dos meios, culturas e lógicas de um momento histórico específico, o movimento de efetivação do trabalho e, logo, do ser humano, é interpretado em contínua relação dialética com o tempo-histórico. Todo trabalho será realizado com técnicas e ferramentas específicas, previamente construídas pelo ser humano em sua relação com a natureza no curso do tempo.⁴

Constrói-se assim a legalidade⁵ onto-histórica da categoria de trabalho. Este conceito ganha destaque nas obras marxianas não apenas por revelar o caráter genérico e ontológico do ser humano, mas também por explicitar a não existência de um domínio do ser humano descolado da realidade sócio-histórica vivida, uma vez que o tempo histórico é também determinado pelo processo de realização do ser social.

Se, por um lado, a busca pelo genérico, ou seja, pela essência, representada pelas capacidades e potencialidades do ser humano, vai ao encontro da análise das atividades vitais do mesmo; de outro, a mobilização dessa força no sistema capitalista possibilita a produção de mercadorias e a valorização do capital.

As dimensões a serem elaboradas dialogam com os pensamentos desenvolvidos por Karl Marx ao longo de suas obras, mesmo de maneira indireta, sobretudo em seus Manuscritos de 1844 (2004) e no livro 1 de O Capital (2011), trilhando as aberturas propostas pelo sistema marxiano. Para uma reflexão aprofundada, estaremos em constante diálogo com autores e autoras que buscaram interpretar a categoria de trabalho e suas múltiplas dimensões a partir de uma cuidadosa leitura dos escritos marxianos.

Ao refletirmos sobre as múltiplas dimensões do trabalho visualizamos a importância de analisar de forma mais aprofundada algumas delas, determinadas especificamente para os fins da presente dissertação. Cada uma, à sua maneira,

⁴ O geógrafo Elias Lopes Lima (2014, p.271) destaca que "o incremento da técnica no discurso geográfico possibilitou que o tradicional enfoque da relação homem-meio se desdobra na abordagem da relação sociedade-espço, permitindo nos reconhecer o espaço geográfico como um histórico-produto".

⁵ Ao falarmos "legalidade" nos referimos a "princípio", ou seja, algo que vem logo no começo, a causa, a base. Assim, nesse caso, ao nos referirmos a legalidade onto-histórica da categoria trabalho estão nos referindo aos princípios da realização humana.

apresenta uma concepção fundamental do conceito de trabalho, fundante e necessária para a compreensão da realidade.

Para irmos em busca de uma suposta "totalidade" do conceito é preciso analisar as suas partes. A dimensão ontológica, ligada à compreensão do trabalho como ato-gênese da espécie humana, está entrelaçada à dimensão histórica no curso do tempo. Da mesma forma, a dimensão criativa é parte constituinte da efetivação da categoria de trabalho, uma vez que aborda a potência de criar, a práxis efetiva de construção de múltiplas formas de realização dos seres humanos. A dialética está posta ao apontarmos as tensões, contradições e multiplicidades dos conceitos formulados visando uma melhor compreensão da sociedade vivida.

Desta forma, a dimensão primeira é a ontológica, que, a partir da busca pela ontologia do ser social, interpreta a categoria de trabalho como o ato-gênese do ser humano. Ou seja, não apenas como movimento vital para a vida humana, mas como processo de realização e afirmação do ser humano enquanto tal. Nesta dimensão, o conceito de trabalho representa a atividade de transformação da natureza pelo ser humano com o objetivo de suprir as suas múltiplas necessidades e efetivar a realização da vida.

A segunda é a dimensão histórica, que se apresenta como uma leitura do conceito como categoria central para o processo de humanização do ser social, entrelaçando a existência humana e as formas de trabalho ao momento histórico específico em curso. O trabalho se mostra fundamental para a construção histórica da realidade, uma vez que relaciona a dimensão ontológica do ser humano às mudanças qualitativas e quantitativas das técnicas com o passar do tempo.

A terceira dimensão analisada é a criativa. Ao ir além dos contornos biológicos e por se realizar de forma consciente, o movimento do trabalho rompe com os limites da determinação natural e orgânica, possibilitando a criação de algo outro, capaz de produzir multiplicidades. Esta dimensão é de suma importância para este trabalho por ressaltar a potência, muitas vezes ocultada, estranhada ou alienada, da atividade trabalho. Ao ser analisada como uma atividade criadora de outras possibilidades, o trabalho, ao mesmo tempo em que é um fator ontológico e histórico, é também uma atividade que permite a efetivação da potência criativa da qual o ser humano é dotado.

É importante destacar que as múltiplas dimensões do trabalho aqui apresentadas possuem ligações intrínsecas, não podendo ser analisadas de forma

separada. O que se objetiva, aqui, entretanto, é uma separação metodológica, que visa destacar algumas dimensões interpretadas como centrais para os objetivos propostos nesta dissertação. As mesmas são interpretadas como interessantes e basilares para a compreensão do processo de alienação na relação entre o ser humano e o espaço produzido.

Da mesma forma, entendemos que a multiplicidade de dimensões da categoria de trabalho não se fecha em apenas três dimensões determinadas. A palavra "trabalho" é utilizada de diversas formas, com conceitos, conotações e intenções das mais diferentes. A escolha para o dialogarmos ao redor de apenas algumas delas se justifica no caminho de análise pretendido, nos movimentando sempre em direção aos objetivos e objetos que pretendemos analisar.

A premissa de que o processo de constituição da humanidade é aquele de produção do espaço é determinante para esta dissertação, assumindo que o mesmo é definido como condição-meio-produto da ação humana. Ou seja, "é através do espaço (e no espaço), ao longo do processo histórico que o homem produz a si mesmo [...]. Destaca-se o espaço enquanto dimensão indissociável da vida humana." (CARLOS, 2011, p.27).

Desta forma, em um segundo momento, propomos diálogos entre as múltiplas dimensões da categoria de trabalho, associando-as ao conceito de produção, em uma leitura da realidade a partir da espacialização da sociedade. As contribuições marxistas para a premissa de um "modo de pensar a Geografia" estão centradas no deslocamento do meramente ontológico para a articulação entre a teoria (produção de conhecimento para compreensão do mundo) e a prática em sua indissociabilidade (CARLOS, 2011). A perspectiva marxista permite, portanto, que o mundo seja pensado pelos geógrafos enquanto prática, processo de transformação constante em si mesmo, movimento ininterrupto e por isso, passível de mudança. Adquire-se assim um entendimento sobre o espaço enquanto conceito teórico e como realidade concreta.

Segundo a geógrafa Ana Fani Alessandri Carlos (2011), a compreensão do espaço enquanto dimensão indissociável da vida humana foi possível a partir do desdobramento da noção de produção desenvolvida por Marx. Nessa trajetória de "desvendar a vida humana", a Geografia se propõe superar categorias universais de análise, indo além da noção de produção elaborada por Marx. A produção, interpretada como atividade e ação essencial do humano, contempla um duplo

caráter da realização humana e o desenvolvimento da história da humanidade. Segundo Ana Fani Alessandri Carlos (2011), a produção se refere ao próprio processo constitutivo do humano (ontológico) e possui caráter histórico.

Ao superar a noção de produção elaborada por Marx, Henri Lefebvre (1994; 2008) desenvolve de maneira aprofundada os conceitos de produção e reprodução espacial⁶. Segundo Ana Fani Alessandri Carlos geógrafa referência nos estudos das obras do autor:

[...] a preocupação de Henri Lefebvre com o entendimento do mundo moderno coloca-o diante novas questões, o que implica, do ponto de vista metodológico, a necessidade de superação e/ou desenvolvimento de alguns conceitos trabalhados por Marx como o de *modo de produção*, ressaltando o sentido filosófico da noção de produção e, com isso, iluminando, em sua profundidade a noção de reprodução. (CARLOS, 2011, p.29)

Ao interpretarmos que o conceito de atividade produtiva espacial está intimamente relacionado à realização histórico-social dos seres humanos, a análise da categoria de espaço se entrelaça à categoria de trabalho, tornando essa reflexão fundamental para a presente dissertação.

Atualmente, diversos teóricos do campo da geografia crítica se baseiam nas contribuições marxistas para uma melhor compreensão das problemáticas contemporâneas. Se na busca pelo resgate da "essência humana da natureza ou a essência natural do homem", o conceito de "atividade produtiva" é de importância crucial (MÉSZÁROS, 2016, p.99), é necessário explorarmos essa atividade e seus múltiplos desdobramentos nos termos espaciais. O ser humano, ao se realizar como indivíduo consciente e ao humanizar o mundo de acordo com as suas vontades e necessidades, faz com que o conceito de produção espacial ganhe centralidade em sua formação como sujeito e vice-versa.

Trabalharemos, portanto, alguns conceitos de geógrafos marxistas que, ao interpretarem o conceito de trabalho, mesmo que indiretamente, como uma categoria central para a atividade humana e sua realização enquanto humanos,

⁶ Iremos em um segundo momento, mais especificamente no capítulo 2, ao construirmos a noção de (des)alienação, propor diálogos com o que Henri Lefebvre (1973) aponta como (re)produção das relações sociais de produção. O conceito de reprodução indicaria a ideia de persistência, repetição contínua, enquanto o de produção indica a possibilidade do novo, dialeticamente, em todas as possíveis contradições.

utilizam o espaço como objeto basilar para reflexões e análises acerca do funcionamento do capitalismo contemporâneo.

2.1. As múltiplas dimensões da categoria de trabalho

A centralidade da categoria de trabalho para a análise das relações sociais se destaca ao ser interpretada como uma condição universal do metabolismo entre o ser humano e a natureza. Ao transformar e mediar a natureza para fins próprios, o ser humano realiza o trabalho de forma consciente, na busca pelas suas necessidades vitais. O movimento de realização e busca por alimento, abrigo, laços de amizade, informação, lazer, e tantos outros desejos e necessidades ligados à realização da vida humana é compreendido como a efetivação da categoria de trabalho.

O trabalho, portanto, está ligado ao uso das atividades biológicas humanas - a força corpórea, o uso dos braços, das pernas; as capacidades intelectuais, a memória, o raciocínio, o aprendizado, a comunicação, muitas vezes combinados com ferramentas, técnicas e saberes previamente desenvolvidos - em eterna mediação com a natureza. Em outras palavras, "é dispêndio da força de trabalho simples que, em média, toda pessoa comum, sem qualquer desenvolvimento especial, possui em seu organismo corpóreo." (MARX, 2011, p.103).

Com um fim premeditado, como por exemplo a construção de uma casa, ou de uma ponte, o ser humano realiza o dispêndio das suas forças vitais, em mediação com a natureza, visando a realização dos seus desejos e necessidades. A pedra e a planta, as relações biológicas naturais, as estações climáticas, o ar, a água e o fogo, são utilizados pelo ser humano para fins essenciais, transformando-os em objetos úteis. Ao irmos em direção à atividade vital de uma espécie, estamos também identificando a sua característica genérica, fundamental e exclusiva. O trabalho se efetivará, portanto, como condição essencial do ser humano, em uma eterna transformação da natureza com a finalidade de continuação da espécie.

Alguns pensadores, incluindo o próprio Marx, vão além da interpretação essencialista desse conceito. A consciência prévia do fim a ser alcançado, o "o que quero", "como quero" e "por que quero", o pensamento inicial laboral, antes mesmo de qualquer ação efetiva, é também, em si, interpretada como parte da efetivação do trabalho. O mesmo afirma que,

como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. (MARX, 2011, p.102).

Ligado diretamente ao sentido de existência humana, o trabalho é identificado como uma categoria fundante do ser social. Nesses termos, a dimensão ontológica dessa categoria toma forma ao ser interpretada como fundamental para a existência humana e seu movimento de realização. Não apenas para o funcionamento biológico da espécie, mas para a sua efetivação enquanto ser. Ao realizar o trabalho e ao ter a capacidade de se realizar dessa forma, o ser humano humaniza a si mesmo, se relacionando propriamente com a sua potencialidade. A dimensão ontológica do trabalho assinala a passagem do ser meramente biológico ao ser social a partir do vínculo material e objetivo entre o ser humano e a natureza (LUKÁCS, 1979). Nesse processo humaniza-se a natureza e o próprio ser humano.

No artigo *A categoria trabalho em Marx e Engels*, escrito por MORAES *et al.* (2010), a legalidade do conceito de trabalho no "movimento auto constitutivo de tornar-se homem do homem" é evidenciada a partir de leituras cuidadosas dos escritos de Karl Marx e Friedrich Engels. O artigo trabalha com as dimensões ontológica e histórica do conceito e, ao analisar a definição de trabalho nos termos marxianos, indica que o mesmo é um processo em que o homem, em seu próprio movimento, controla, media e domina, a natureza para fins próprios. Ao colocar em movimento as suas próprias forças, o ser humano apropria-se da natureza externa a ele de forma utilitária, movimentando-a em prol de sua própria vida (2010). Ao reelaborar a natureza à sua própria existência, o ser humano, a partir da efetivação do trabalho, impõe novos caracteres e finalidades sobre a mesma, humanizando-a. "Nesse caminho, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio." (MARX, 2011, p.149).

A característica de projeção consciente constitutiva do trabalho indica a dimensão ontológica dessa categoria. "É no e a partir do trabalho, ou seja, no processo pelo qual passam a produzir a própria vida material, que os homens saltam da natureza e superam seus limites naturais, produzindo a si humanamente." (MORAES *et al.*, 2010, p.38) No movimento de realização do trabalho há uma ação

de intencionalidade, ou seja, com um fim premeditado, ao apropriar-se da natureza para satisfazer as necessidades humanas.

A partir da reflexão prévia sobre os meios e resultados a serem atingidos, o ser humano realiza-se enquanto ser. A essência humana, o pensamento-pensante, une-se assim, ao sentido de existência, à ontologia humana. Indo ao encontro do objetivo previamente idealizado na sua consciência, o ser humano conscientemente constrói as bases para a sua própria constituição. O ato de trabalhar e de se apropriar das condições materiais e transformar as determinações naturais do meio em que habita com o objetivo de chegar a um fim é uma condição essencial do ser humano que, ao exercer a sua atividade vital, se realiza enquanto sujeito.

Os *Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844* são fundamentais para essa elaboração por lançarem os fundamentos do sistema marxiano. Em seus escritos, Marx (2009) aponta que não há sociedade humana sem trabalho, uma vez que o trabalho é a atividade vital humana imprescindível no processo de sociabilidade e de existência da humanidade. Os indivíduos que trabalham precisam produzir e reproduzir os seus meios de existência e esse movimento é expressão do ato do trabalho. Dessa forma, o homem no ato de produzir e reproduzir os objetos de sua necessidade, produz a si genericamente.

Em *O Capital*, Karl Marx (2011) explicita a dimensão histórica da categoria de trabalho ao afirmar que a mesma, além de representar o movimento de realização da existência material do ser humano, irá se realizar em um determinado momento histórico, com relações sociais específicas e que se relacionam com os meios e finalidades do seu tempo. Em sua análise da sociedade capitalista, o movimento de efetivação do trabalho, logo, a transformação e mediação da natureza para fins determinados é condicionada pela lógica de produção do capital. As dimensões ontológica e histórica se entrelaçam em seus escritos, reforçando assim, a legalidade onto-histórica da categoria de trabalho, fundante do ser social.

No livro *A Teoria da Alienação em Marx*, István Mészáros (2016), ao analisar o sistema da alienação desenvolvido por Marx, irá destacar que o mesmo afirma que a "indústria" é tanto a causa da complexidade crescente da sociedade humana ao criar novas necessidades, enquanto satisfaz as antigas, e que "essa produção de novas necessidades constitui o primeiro ato histórico" (MARX, 2007, p.33, apud Mészáros, 2016, p.99). O sistema marxiano, portanto, implica a historicidade como uma condição necessária da situação humana, da mesma forma

que interpreta a atividade humana enquanto produtora efetiva da história. As ações humanas não são inteligíveis fora de seu quadro de referência sócio-histórico.

Ainda segundo Mészáros (2016), para Marx (2011), toda necessidade é "necessidade histórica", a saber, "uma necessidade evanescente". A dimensão histórica não só torna inteligíveis as múltiplas transformações e transições dos fenômenos sociais em termos de necessidade histórica, como também deixa as portas abertas para outras formas de desenvolvimento futuro da sociedade humana. O "objetivo" da história humana é definido por Marx em termos da imanência do desenvolvimento humano, ou seja, enquanto a realização da "essência humana", da "humanidade", do elemento "especificamente humano", da "universalidade e liberdade do ser humano", "autoestabelecimento humano mediante a atividade prática" (MÉSZÁROS, 2016, p.110).

Apesar de toda espécie humana, independentemente da época ou do momento histórico vivido, exigir, invariavelmente, a efetivação do trabalho para a sua realização enquanto ser social, "o próprio trabalho simples médio varia, decerto, seu caráter em diferentes países e épocas culturais, porém é sempre dado numa sociedade existente." (MARX, 2011, p.103) O que os meios de trabalho e as formas de exercer o trabalho são, dialogam com a forma de produção, influenciando tanto o que produzem e como produzem. Nestes termos, a dimensão histórica do trabalho se apresenta como fundamental para as formulações de Marx acerca da sociedade burguesa capitalista por ser a atividade genérica e ontológica basilar para a realização da humanidade ao longo do curso do tempo. "Não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz, é o que distingue as épocas econômicas." (Marx, 2011, p.151)

Em *O Capital*, Marx (2011) destaca a diferença entre o trabalho em geral e o trabalho particularizado em suas formas históricas. É nas formas históricas da categoria que Marx concentra sua análise, mais particularmente, no trabalho assalariado. Para o pensador, o trabalho assalariado é uma manifestação histórica de como o capitalismo se organizou na sociedade. Com base na exploração do trabalho assalariado, a sociedade capitalista produz e reproduz sua existência. Ou seja, o trabalho assalariado é uma atividade central para a perpetuação das relações sociais entre capitalistas e trabalhadores e, por consequência, da exploração e dominação do trabalhador pelo capitalista. A dimensão onto-histórica do trabalho

para as elaborações teóricas marxianas acerca da realidade vivida fica clara por o mesmo estar em constante dialética com a historicidade das relações sociais.

O sistema de alienação marxiano⁷ possui o trabalho como categoria central. O processo de alienação, fundamental para a perpetuação das relações capitalistas de produção, coloca a vida em segundo plano, negando a vida em sua totalidade, direcionando-a para fins do mercado. Sob o capital, o trabalho e suas múltiplas dimensões encontram-se voltadas para a lógica mercadológica, e o movimento de transformação da natureza pelo ser humano, logo, o seu movimento de realização, se encontra mediado pelo capital. Para Marx (2011, p.97), sob o capitalismo, tudo é uma "enorme coleção de mercadorias". Nesta configuração, o ser social se encontra alienado das suas próprias necessidades humanas, uma vez que a efetivação do trabalho tem como objetivo final a produção de mercadorias.

A construção de uma cadeira não é para se sentar. A cadeira finalizada é vendida ao mercado e somente por meio do trabalho assalariado (do dinheiro) que o próprio sujeito que produziu a cadeira irá ser capaz de obtê-la e utilizá-la. O mesmo acontece com o alimento e a habitação, exemplos de itens essenciais para a vida humana. A indústria e o mercado distanciam o ser humano do produto que ele mesmo produziu, alienando-o não só da sua capacidade de criação, mas também da sua própria identidade enquanto sujeito. É nesta realidade que reside a Tormenta. A vida se encontra reduzida pelo "ciclo da mercadoria que o ser humano produz e que reproduz o ser humano à sua própria imagem" (VANEIGEM, 2002, p.7).

A importância de falarmos sobre a dimensão criativa do trabalho se mostra fundamental para pesquisarmos a relação entre o ser social e o espaço no mundo do capital. A partir da capacidade de "criar" presente na categoria de trabalho é possível existir em múltiplas dimensões, e pensar a partir do reconhecimento de outras realidades. Ao refletirmos sobre a dimensão criativa tencionamos o que existe e o que poderia existir. Afinal, somente nós, dentre todos os animais, somos capazes de criar além do que está posto, com uma finalidade transformadora. Ao analisarmos a dimensão criativa do trabalho, em dialética constante com a dimensão ontológica e histórica, o mundo deixa de ser apreendido como uma fatalidade e começa, de outra forma, a ser ordenado a partir de uma nova possibilidade: o reconhecimento e a expansão do vivo.

⁷ Analisaremos de forma mais profunda a *teoria da alienação marxista* no capítulo seguinte.

2.2. Mudar o mundo sem tomar o poder

No livro *Mudar o mundo sem tomar o poder* (2003), o autor John Holloway coloca em evidência a capacidade criativa dos seres humanos, ou seja, a capacidade consciente de transformação e mudança para além do que está posto. Capaz de superar as formas biológicas dadas, o ser humano é dotado em sua essência da capacidade criativa, onde, o mesmo, em mediação com a natureza, é capaz de se projetar, de existir para além do que é apresentado à ele.

Nesse sentido, o teórico desenvolve o conceito de "fazer" em diálogo com o conceito de trabalho marxista, onde o fazer é inerentemente social e exclusivo dos seres humanos. Holloway (2003) faz referência a metáfora da aranha, descrita por Marx, buscando dar destaque ao fazer criativo dos seres humanos. Ao ir à essência criativa dos sujeitos, o autor dialoga com o legado ontológico marxiano. Diferentemente da aranha, o fazer possui criatividade. A aranha se fecha em seu círculo perfeito, mas o ser humano é capaz de se projetar de forma consciente, “vamos contra os limites do fechamento” (HOLLOWAY, 2003, p.45).

Assim como uma aranha e uma abelha, somos capazes de colher, tecer e construir. Mas, de fato, somos muito mais que isso. A aranha, por sua vez, é a profissional da costura, fazedora de teias perfeitas. Ela reproduz padrões e é assim que vive, produz incessantemente o mesmo trabalho e se dá por contente. Nós podemos também ser profissionais, também reproduzimos padrões, mas a nossa natureza permite irmos além. Na metáfora do que nos diferencia da aranha, Karl Marx deixa claro que possuímos algo a mais. Algo que nos torna sujeitos. Segundo ele,

Uma aranha executa operações que recordam as de um tecelão, e uma abelha deixaria com vergonha, pela construção dos fios de sua teia, muitos trabalhadores da construção civil. Mas o que distingue positivamente a pior arquitetura do melhor trabalho da abelha é que o arquiteto constrói a sua estrutura na imaginação antes de erguê-la de verdade. No final do processo de trabalho, obtemos um resultado que já existia na imaginação do operário, no seu início. (MARX, 2011, p.188)

Podemos dizer que, dentro dessa relação entre humanos e animais, os dois são capazes de modificar a natureza para suas próprias necessidades. Temos esse movimento em comum, mas existe algo que nos diferencia, algo que separa o humano dos animais, o arquiteto da aranha. Segundo Holloway (2003), nós, exclusivamente, somos de fato sujeitos extáticos. Somos seres capazes de pensar além de nossos instintos, nos projetando para algo outro. Não fazemos só com o que está criado, fazemos também com o que ainda não foi criado, articulamos alternativas com o que pode ser e não só com o que é. Nós não existimos só em, mas também contra e mais além de nós mesmos.

Para a construção da sua análise, o teórico relaciona o fazer criativo diretamente com o movimento de negação e de contestação. O ponto de partida da sua reflexão teórica é a oposição. "Antes da mutilação das vidas humanas provocadas pelo capitalismo, um grito de tristeza, um grito de horror, um grito de raiva, um grito de rechaço: NÃO!" (HOLLOWAY, 2013, p.13). Será, portanto, via negação prática, que o pensador irá desenvolver o conceito de fazer, ou seja, a partir da ideia de um "grito-fazer". Não basta a fala, ou apenas o som do grito, o fazer é a realização da capacidade criativa em forma de contestação efetivada pelo ser humano.

O objetivo de John Holloway (2003) neste livro é traçar rotas para uma mudança da realidade a partir da projeção de uma alternativa radical de "autonomia" e "antipoder" no cerne das relações sociais. Isso porque, para ele, a ideia de tomar o poder para abolir a dinâmica desigual imposta pelo capitalismo e reproduzida a partir da sua rede de relações de poder foi falha. Para imaginar a construção de uma outra sociedade, é preciso diluir o poder e não conquistá-lo.

Nesse sentido, o teórico destaca a importância de dissolver as relações de poder e criar uma sociedade baseada no reconhecimento mútuo da dignidade das pessoas. Este é, segundo Holloway (2003), o desafio revolucionário do século XXI: mudar o mundo sem tomar o poder. Para esta reflexão, ele dá centralidade à dimensão criativa do trabalho, ampliando e potencializando o trabalho de Marx a partir do conceito de fazer. Suas reflexões trabalham a todo momento com a contradição da realidade e com a busca pela superação do que é e do que não é, rompendo com a fixidez das formas.

Como projeção prática mais além do mundo que existe para um mundo radicalmente diferente, o fazer é capaz de negar as imposições e ir contra a rede de relações de poder que estrutura o capital. Em uma sociedade opressiva o fazer está impregnado de negativismo, é um fazer frustrado, com sua potência criativa negada. E se somos privados da nossa capacidade de fazer, de nos projetarmos mais além e de negarmos o que está posto, então, somos privados da nossa própria humanidade.

Se nos privam da nossa capacidade de fazer, ou melhor, se nos privam da nossa capacidade de nos projetarmos mais-além-e-fazer, da nossa capacidade de fazer negativamente, de forma extática, então, se nos privam da nossa humanidade, nosso fazer é reduzido (e nós também) ao nível de uma abelha (HOLLOWAY, 2013, p.51/52)

A proposta de apresentarmos as reflexões e os conceitos elaborados por Holloway (2013) tem como objetivo relacioná-las com os conceitos marxianos desenvolvidos anteriormente no presente capítulo. Acreditamos que a associação entre eles é um terreno fértil para uma compreensão abrangente e contestatória do conceito de trabalho, que nos aponta para formas de emancipação do ser humano possibilitadas pelo seu caráter criativo. O fazer está ligado à transformação das formas existentes, à humanização da natureza, com finalidades e desejos próprios ao ser humano, pela via da negação do que é imposto.

Holloway (2013) elabora o conceito de "fazer", associando-o diretamente ao "poder", onde o mesmo é apontado simplesmente como faculdade, capacidade e habilidade de fazer. O fazer, portanto, implica poder, "poder-fazer". E esse poder, neste caso, está diretamente ligado a um poder social.

O ser humano com um "fazer-que-é-um-ir-mais-além", como nos lembra Holloway, é ativo e transformador pelo fato de estar fazendo sempre em coletividade. Certamente praticamos atos individuais, entretanto, é importante olharmos para ele através de seu viés coletivo e social.

O fazer é inerentemente social. O que eu faço sempre é parte do fluxo social do fazer, em que a condição prévia do meu fazer é o fazer (ou ter feito) dos outros, em que o fazer dos outros proporciona os meios do meu

fazer. O fazer é inerentemente plural, coletivo, coral, comunal.
(HOLLOWAY, 2003, p.46)

Concluimos, portanto, que não é possível imaginar um fazer destacado, em seu estado puro, o fazer está inserido na lógica da temporalidade do espaço, na materialidade dialética da realidade, sendo parte ativa do fluxo social, que, por sua vez, está intrinsecamente relacionado à atividade social. Dessa forma, para buscarmos compreender a realidade, precisamos levar em conta o seu caráter plural. Consideramos importante olhar para o fazer criativo através de um “nós” coletivo.

O "poder-fazer" representa um impulso em direção à autodeterminação, uma vez que o fazer é o movimento de transformação da natureza para fins próprios exercido pelo ser humano, representando a riqueza da criação a partir dessa mediação para algo outro (HOLLOWAY, 2003). Diretamente relacionado à dimensão ontológica, histórica e criativa do trabalho, o fazer representa a capacidade de criar do ser humano para além das formas biológicas já existentes e a capacidade de reflexão prévia do fim a ser alcançado.

A alienação, (re)produzida pela organização capitalista de produção, representa uma "ruptura múltipla de todos os aspectos da vida" (HOLLOWAY, 2013). Ao voltar o fazer contra nós mesmos "criamos a negação de nossa própria criação (ibid.). Assim, o trabalho alienado é a produção ativa da dominação, a conversão ativa do "poder-fazer" em "poder-sobre". Quando o fluxo social do fazer se rompe, o "poder-fazer" se transforma em "poder-sobre". É, portanto, via o "poder-sobre" que o complexo de alienações irá se realizar sob capitalismo, provocando a dissolução do "poder-fazer".

O fazer se rompe na medida em que a lógica do capital aliena o produto dos seus próprios produtores e se apropria dele. Nesse sentido, o poder se converte no seu oposto, no "poder-sobre", ou melhor, na incapacidade de fazer.

Os conceitos de trabalho concreto e trabalho abstrato foram desenvolvidos por Marx como parte do sistema marxiano da alienação. O sentido do trabalho abstrato está relacionado ao estranhamento/alienação do ser social em relação à efetivação do trabalho, uma vez que, o produto final é "abstraído" do trabalhador na lógica mercadológica do capital. Já o trabalho concreto se refere ao sentido

prático e ontológico do trabalho, diretamente ligado à concretude de sua efetivação, a capacidade, e a essência humana de transformação.

Segundo Holloway (2003), quando Karl Marx (2014) interpreta o duplo caráter do trabalho, ele estaria se referindo à contradição do capital que, ao mesmo tempo em que exige o trabalho para a produção de mercadorias, aliena o sujeito criador do produto final, uma vez que o mesmo é direcionado para o mercado. Ou seja, enquanto o trabalho concreto produz o movimento de realização, o trabalho abstrato direciona o para fins capitalistas.

Mas a força de trabalho em ação, o trabalho, é a própria atividade vital do trabalhador, a própria manifestação da sua vida. E é essa atividade vital que ele vende a um terceiro para se assegurar dos meios de vida necessários. A sua atividade vital é para ele, portanto, apenas um meio para poder existir. Trabalha para viver. Ele nem sequer considera o trabalho como parte da sua vida, sendo antes um sacrifício da sua vida. É uma mercadoria que adjudicou a um terceiro. Por isso, o produto da sua atividade tampouco é o objetivo da sua atividade. O que o trabalhador produz para si próprio não é a seda que tece, não é o ouro que extrai das minas, não é o palácio que constrói. O que ele produz para si próprio é o salário; e a seda, o ouro, o palácio reduzem-se para ele a uma determinada quantidade de meios de vida, talvez a uma camisola de algodão, a uns cobres, a um quarto em um porão. E o trabalhador, que, durante doze horas tece, fia, perfura, torneia, constrói, cava, talha a pedra e a transporta etc. - valerão para ele essas doze horas de tecelagem, fiação, perfuração, torneamento, construção, cavação, talhamento como manifestação da sua vida, como vida? Bem pelo contrário. Para ele, quando termina essa atividade é que começa a sua vida, à mesa, na taberna, na cama. As doze horas de trabalho não têm de modo algum para ele o sentido de tecer, de fiar, de perfurar, etc., mas representam unicamente o meio de ganhar o dinheiro que lhe permitirá sentar-se à mesa, ir à taberna, deitar-se na cama. Se o bicho-da-seda fiasse para manter a sua existência de lagarta, ele seria um autêntico trabalhador assalariado. (MARX, 2014, p.36)

Entretanto, Holloway (2003) irá interpretar nessa dinâmica uma contradição e é nesta relação que o "poder-fazer" se revela. A dimensão criativa permite a existência de brechas e de experimentações para além das formas capitalistas de

produção. Nega-se o "poder-sobre", marcado pelo aprisionamento do trabalho assalariado, por meio do "poder-fazer". Ao entender o fazer como uma ação de negação efetivada pelo ser humano, é possível interpretá-lo como a capacidade de nos projetarmos mais além dentro do movimento do capital. No fazer o ser humano é capaz de existir no que parece impossível. Projetando-se conscientemente para além do que está posto a partir da negação da realidade em curso, o ser humano rompe com as barreiras da natureza e, ao mesmo tempo em que a media, ultrapassa seus próprios limites.

Em uma vida pautada na lógica do capital, a efetivação do fazer torna possível ir além dos contornos da negação ao sugerir outras formas ontológicas e históricas de realização do ser humano, para além das relações capitalistas. A dimensão criativa, ao ser analisada em relação direta com a dimensão ontológica e histórica da categoria, revela potencialidades e aberturas em direção a realidades não capitalistas, para além da alienação do capital.

A relação entre a criatividade e o fazer é fundamental para analisarmos o objeto desta dissertação, melhor elaborado no terceiro capítulo. Composto por movimentos que trazem novas possibilidades e realidades, ações prático-sociais de contestação e de rebeldia irrompem a lógica do capitalismo negando o que está posto ao mesmo tempo em que efetiva outras formas de realização do ser humano. Gritos de não, permeados por múltiplos fazeres, negam a alienação total do sujeito criativo no mundo do capital. A capacidade de transformação da natureza para além das formas dadas se apresenta como a possibilidade de criação de vivências, experiências e realizações do ser social em direções múltiplas e não exclusivamente ditadas pela reificação capitalista. O fazer possibilita a ação.

Na busca pela realidade por trás das aparências, segundo Holloway (2017), o livro *O Capital* não é simplesmente uma análise do funcionamento do capitalismo, mas, sim, uma análise da sua crise, da sua fragilidade. O movimento que dá "vida" às mercadorias, ou seja, que as produz e que proporciona o movimento contínuo de valorização do capital, reside na categoria de trabalho. Nesses termos, o antagonismo entre o "poder-fazer" e o "poder-sobre", onde os dois coexistem mútua e dialeticamente, constrói brechas a partir do resgate da natureza humana marxiana.

O mesmo movimento que dá vida ao capital é ao mesmo tempo a sua principal fraqueza, sob a forma do fazer. Em um mundo onde a mercadoria é a

forma pela qual o sistema se generaliza e se expande, destinando ao mercado todos os produtos do trabalho, a fonte criadora desses produtos (a força de trabalho), assume igualmente a forma mercadoria. (GRESPLAN, 2021). A negação, como nos aponta Holloway (2013), está, portanto, repleta de possibilidades.

“O capital é trabalho morto que só se vivifica vampirescamente, sugando trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais deste sugar” (MARX, 2011, p.247, apud. GRESPLAN, 1996). Como ilustra a metáfora do vampiro, a vida do capital não é originalmente sua, ele se vivifica a partir da vida do outro. Ao sugar o potencial criativo e a vitalidade que é exclusiva dos seres humanos, o capital ganha vida tornando o outro, um “morto”.

A dimensão ontológica em diálogo com a dimensão criativa nos indicam brechas de dentro do sistema capitalista. Na lógica do capital o fazer é sugado e “morto”, mas ainda está presente como sua fonte vital. O mesmo movimento que dá vida ao capital é a sua principal fraqueza (GRESPLAN, 1996). O sistema é tal que a dimensão criativa do trabalho, sob o capitalismo, se encontra ocultada, negada, alienada, de "cabeça para baixo".

Para a produção de uma cadeira, por exemplo, as múltiplas dimensões do trabalho são abstraídas e invisibilizadas em prol do destaque para o mercado, com objetivo final para a venda. A vitrine dá destaque ao objeto da cadeira enquanto o sujeito que a criou e o seu “fazer” são excluídos. Nesse fluxo alienante, é criada uma concepção do trabalho como algo independente do seu fazedor.

O destaque para a dimensão criativa do trabalho concreto se mostra fundamental não só para a compreensão da lógica da alienação marxiana - que será desenvolvida no próximo capítulo - mas também para a compreensão de movimentos contra essa alienação, movimentos prático sociais que negam o que está posto e a partir da efetivação do trabalho tornam possível a criação de outros mundos, e outras realidades para além da lógica do capital.

Com base nas contribuições marxistas, entendemos que é importante buscar uma visão menos reducionista e mais dialética da realidade. Ao olharmos para o sujeito e seu fazer criativo, consideramos importante compreendê-lo não só como um objeto que constitui a realidade, mas sim como sujeito que ao mesmo tempo que produz, é também produto da atividade histórico geográfica.

Entendemos que é preciso regredir e olhar para o cerne alienante do capital para buscarmos compreender quais rupturas ele provoca e de que forma essas

fraturas atingem a nós mesmos e a realidade vivida. É urgente colocarmos esse assunto como central pois a ruptura provocada ocorre não só sobre o fazer criativo, ela nega e oculta a potência criativa em prol das relações capitalistas. Enquanto o processo de "poder-fazer" é um somatório de outros fazeres ao meu fazer, segundo Holloway, “o exercício do 'poder-sobre' é a separação.” (2003, p.80) Traduzindo para a lógica capitalista marxista, aqueles que detêm poder sobre os meios de produção exercem o poder-sobre o poder-fazer dos trabalhadores. O exercício do "poder-sobre" separa o fazer de sua criação, separa o sujeito do objeto, ao mesmo tempo que destaca esse objeto de sua concepção coletiva, formada pelo fluxo social dos fazeres.

A crítica ontológica, como elaborada por Marx, tem como objetivo ir além das aparências e resgatar no mundo invertido do capital a potência e a riqueza única dos seres humanos: o fazer, oculto em uma realidade onde a mercadoria se apresenta como o centro das relações sociais. O que pretendemos resgatar, indo em direção à dimensão criativa do trabalho e à própria crítica ontológica marxista, é a centralidade da atividade humana para a realização da vida. Negado das determinações mercadificadas da lógica do capital, o trabalho é parte central e constituinte do processo de criação das formas sociais e não exclusivamente da mercadoria. Resgatando o sentido abrangente do ser, tornamos possível pensarmos em múltiplas existências.

2.3. A produção do espaço

A palavra "espaço" remete a inúmeros lugares, sentimentos e realidades. O espaço dos sonhos, o espaço da memória, o espaço do medo e o espaço urbano. São todos espaços com representações distintas. Devido a sua multiplicidade, a espacialidade é hoje pensada como uma forma de aprofundar o pensamento sobre o ser social e a realidade contemporânea.

Como disse Harvey (2012), em referência a citação de Williams (1985), a palavra “espaço” certamente poderia ser incluída na lista das palavras mais complicadas da nossa língua devido às frequentes modificações de sua compreensão. Desde as primeiras filosofias, a noção de espaço e a noção de tempo constituíram uma preocupação dominante nas questões humanas, afirma Santos

(1988). Em seus textos, ambos os autores deixam claro que ocorreu e ocorre um movimento de abertura do conceito espacial, fundamental para uma melhor compreensão dos processos urbanos sob o capitalismo na vida contemporânea. Por muitos anos, o pensamento do espaço e da geografia estava relacionado exclusivamente a uma representação fixa, delimitada e pré-existente. Olhava-se para o espaço como um objeto dado e imóvel. Para Harvey (2012) este é o espaço de Newton e Descartes, o espaço absoluto, positivo, que não dá espaço às incertezas e ambiguidades em seu pensamento, o espaço do cálculo.

Em meio a “encruzilhadas” teóricas, Einstein desenvolve a noção de espaço relativo, contribuindo com uma visão de espaço indissociável com o tempo. No pensamento da relatividade, Euler declara que um mapa com escala perfeita de qualquer porção da superfície terrestre é impossível, pois, como pontua Einstein, todas as formas de medição dependem do modelo de referência do observador. Segundo Harvey (2012), o movimento de passagem do espaço e do tempo para o espaço-tempo traz uma modificação importante na linguagem e nas compreensões acerca do conceito de espaço. O espaço deixa de ser lido como algo exclusivamente fixo.

Milton Santos (1988) nos lembra que em determinado momento a geografia deixa de ser uma parte da física, e passa a ser uma filosofia das técnicas, consideradas por ele um conjunto de meios que o homem dispõe para modificar a natureza. Na lógica da temporalidade do espaço, nenhuma sociedade utiliza técnicas exclusivas de um só momento histórico. Não é possível imaginar um meio destacado, em seu estado puro. "A condição prévia do meu fazer é o fazer (ou ter feito) dos outros, e onde o fazer dos outros proporciona o meu fazer." (HOLLOWAY, 2003, p.53) É por meio das técnicas que os modos de produção se realizam e se as técnicas devem ser estudadas na sua coabitação e sucessão, mais uma vez as noções de espaço e tempo se relacionam.

A compreensão da natureza se humaniza e o olhar para ela deixa de ser exclusivamente físico, mas sim social. Relacionando a compreensão de espaço absoluto ao espaço relativo, abrem-se caminhos para uma multiplicidade de individualizações plurais. Diferentes mapas cartesianos podem ser traçados a partir de diferentes perspectivas, em localizações relativas. Como aponta Harvey (2012, p.11), “o ponto de vista do observador joga um papel crucial”.

O conceito relacional do espaço é desenvolvido a partir da compreensão de espaço relativo. Com as contribuições de Leibniz, o espaço passa a ser considerado como algo contido em objetos, onde “um objeto só existe na medida em que contém e representa em si mesmo as relações com outros objetos” (HARVEY, 1980, p.13). Não há então espaço ou tempo fora dos processos que os definem. Nesta visão relacional, é compreendido que os processos não ocorrem no espaço; eles definem sua própria constituição. Segundo Milton Santos (1988), essa relação entre espaço e tempo é fundamental para interpretar sociedade e espaço, e buscar compreender as sequências de relações entre o homem e a natureza, as formas de sucessão das forças produtivas e as relações de produção da história de uma determinada área.

Milton Santos (1988) deixa claro que o pensamento filosófico geográfico deve ter como concepção primordial a noção de totalidade. Segundo ele, a totalidade se encontra no conjunto de todas as coisas, compreendendo dentro da noção de temporalidade a unidade de movimento que é condicionada e condiciona a práxis humana. As relações sociais se realizam no espaço e se produzem nesse movimento, onde, ao mesmo tempo que criamos o espaço, somos também criados por ele. O espaço humano é condicionado, ao mesmo tempo em que é condicionante pelo passado, presente e futuro, dentro do movimento que se compreende como processo. Em outras palavras, Harvey (2012) afirma que ao mesmo tempo que a historicidade da memória e dos atos produz os monumentos físicos em homenagem às vítimas do 11 de setembro na praça do Marco Zero, a concepção e os sentimentos deste evento se tornam presentes no imaginário das pessoas que transitam por lá. Ocorre então uma co-constituição do espaço e dos sujeitos.

Fruto do funcionamento sincrônico e permanente da contradição entre história e estrutura, é configurado um movimento compreendido como processo social, por ser produto das práticas humanas. A questão “o que é o espaço?” é por consequência substituída pela questão “como é que diferentes práticas humanas criam e usam diferentes concepções de espaço?” (HARVEY, 1980). Ou seja, o conceito de espaço se encontra embutido ou interno ao processo, não há tais coisas como espaço ou tempo fora dos processos que os definem. A partir dessa perspectiva a multiplicidade de fenômenos e conteúdos geográficos se associa ao processo constitutivo do ser humano:

A produção como categoria central de análise abre, antes de mais nada, a perspectiva de desvendar a vida humana - a produção como atividade/ação essencial do humano - ao mesmo tempo que permite pensá-la em cada momento, circunscrita a um determinado grau de desenvolvimento da história da humanidade, o que significa dizer que a produção se define como características comuns em diferentes épocas fundadas em relações reais que se desenvolvem no bojo do movimento real e, em cada momento dessa história, em suas particularidade. Portanto, a noção de produção contempla também um duplo caráter: ela se refere ao próprio processo constitutivo do humano (do ser genérico) e tem um caráter histórico. (CARLOS, 2011, p.28)

No final do século XX e no início do século XXI, o sistema capitalista se vê em uma crise profunda, exigindo novos espaços de circulação para a contínua necessidade de reprodução do processo de valorização do capital.

Henri Lefebvre é fundamental para entendermos as contradições do capitalismo contemporâneo e a existência de um processo resultado de formas sociais historicamente específicas. O teórico dará continuidade às teorias marxistas olhando para uma nova problemática. Lefebvre (1999) identifica que a sociedade não é mais essencialmente industrial, mas que caminha para uma sociedade urbana. Dessa forma, o autor busca novas categorias de análise para explicar a realidade, principalmente da segunda metade do século XX. Para isso, Lefebvre elabora um movimento dialético de pensamento que ultrapassa a conceituação econômica do capital indo ao encontro da práxis.

Em seus escritos, Lefebvre contribui para a ideia de que o espaço é social e a partir dessa relação, localiza na centralidade da sua análise a atividade social como a produtora do mesmo. Lefebvre (1991), analisa que devemos deixar de pensar a temática do espaço a partir de um positivismo simplificador, pois o mesmo negligencia as relações sociais e suas formas. Logo, uma teoria do espaço não deve reduzir o conceito (compreensão sobre uma palavra ou noção) a um objeto (que tem objetivo, um fim) e nem a uma soma de objetos, ela deve ser pensada a partir do movimento, da coesão e do sincronismo de atos, pois os mesmos implicam a produção do espaço.

Segundo Lefebvre (1991), para compreender o conceito proposto da produção do espaço, é fundamental dissipar as ideologias que mascaram o uso das forças produtivas e do modo de produção. Lefebvre (1991) dá destaque a essa corrente de pensamento pois, segundo ele, há uma tendência ideologicamente dominante que visa recortar o espaço tornando-o passivo, ignorando assim, as relações sociais implicadas nele. Deixando de olhar para a produção do espaço e as relações inerentes a essa produção, cai-se na armadilha. Essa armadilha tem como consequência a alienação do espaço, a ocultação do fluxo social de sua produção. “Transportados para fora de si, os corpos se esvaziam.” (LEFEBVRE, 1991, p.75)

Essa dialética é um caminho que Lefebvre faz em seu livro, *Produção do espaço* buscando compreender que a produção do espaço, atravessada pelo capitalismo, produz um espaço focado na “produção-produto” e que tal relação faz com que dissimulemos o que ele representa a partir de significações simplistas, ocultando suas relações sociais, como se fossem coisas dependentes de alguma imagem mítica absolutista.

A produção do espaço está diretamente ligada à ideia de trabalho, pois é a partir da modificação da matéria prima, pela aplicação de um conhecimento, um processo técnico, gestos repetitivos de trabalho, principalmente pela dominação sobre a natureza, que o espaço será produzido, realizado. A leitura lefebvriana do marxismo define o espaço como realização do “ser social” a partir de suas atividades. Por estar passível a interferência humana (social), o caráter social do espaço implica, contém e dissimula as relações sociais, que começam a conquistá-lo e a subordiná-lo. Para Lefebvre, a produção do espaço se dá através do acúmulo das forças produtivas.

Nessa questão, Lefebvre apresenta um exemplo interessante buscando dialetizar o conceito de produção no tema do espaço a partir das residências camponesas. Com essa imagem, ele mostra que a presença dos camponeses e camponesas no campo implica relações sociais de produção em uma paisagem. Assim, a atividade campesina deixa claro que ao mesmo tempo que o espaço é produto e produtor, fruto do trabalho humano e seu condicionador.

A leitura da indissociabilidade do conceito de espaço com as relações sociais permite relacionarmos de forma dialética as múltiplas dimensões da categoria de trabalho com as teorias sócio-espaciais. Por estar passível a interferência humana, o caráter social do espaço implica, contém e dissimula as

relações sociais, que começam a conquistá-lo e a subordiná-lo. A definição, atribuída por Henri Lefebvre (1991, 1994, 1999, 2008) ao espaço como realização do "ser social" a partir de suas atividades, relaciona, em uma leitura nossa, a dimensão ontológica, histórica e criativa do trabalho à produção do espaço capitalista atual.

O movimento de produção e reprodução contínuo do capital determina o atual momento da lógica do capital, que, por meio da exacerbação da lógica da financeirização, envolve o espaço e a vida cotidiana. Esse momento de explosão é central para a teorização da sociedade urbana, pois é dentro desse determinado momento histórico que o urbano irá se configurar. Composto por um salto do movimento das forças produtivas, o urbano não se define por uma morfologia, mas, sim, como uma prática sensível, por um conjunto de relações sociais e a produção de novos elementos da vida social. Segundo Lefebvre (1991), o desenvolvimento da industrialização entrelaça a vida social à lógica capitalista de produção, produzindo rupturas profundas no cotidiano das pessoas. É dentro desse movimento marcado pela simultaneidade e pela reunião que o urbano irá tomar forma.

Marcada por um salto quantitativo, a produção urbana está ligada diretamente ao aumento da produção de mercadorias. A indústria, dotada de maquinário, técnica e ferramentas adequadas permite que produções em larga escala de produtos sejam possíveis. Ao mesmo tempo, o urbano é marcado pelo salto qualitativo das forças produtivas. A trajetória do espaço-tempo somada à atividade humana agrega práticas e transformações positivas para a produção, que, reunidas ao longo dos anos, propiciam a criação de melhores máquinas, técnicas e produtos.⁸

Mais do que os produtos produzidos em uma indústria, o processo de produção e reprodução urbano vai além do espaço da fábrica e influencia múltiplas formas de relações sociais. Ao invadir os diversos espaços da vida, o ser humano e as relações sociais se (re)produzem sobretudo a partir da mediação dos produtos do capital (mercado, trabalho, dinheiro).

Os conceitos de produção e reprodução são centrais para compreender a obra de Henri Lefebvre. Entendemos que a produção do espaço é anterior ao capitalismo, quando, na história humana e na sua relação com a natureza, deixamos de ser

⁸ Reflexões feitas a partir da disciplina "Henri Lefebvre: o urbano, o cotidiano e o espaço", ministrada por Ana Fani Alessandri Carlos no programa de pós-graduação em Geografia (Geografia Humana) da USP em 2021.

coletores e caçadores a partir da transformação pelo trabalho e pela cultura. O espaço é então compreendido como produto dessa transformação do homem pela natureza, produzido pelo trabalho. Da mesma forma, a reprodução é o movimento ao longo da história que acontece através de rupturas, em um trajeto não linear.

É nesse movimento de criação do ser humano, no movimento do concebido, que o real será constituído. O autor ao pensar a sociedade através da atividade produtiva do trabalho, seguindo os caminhos de Marx, irá compreender um movimento duplo e dialético, onde, ao mesmo tempo em que o espaço é produzido a partir da transformação da natureza, o homem também se produz como humano nesse processo.

Ao ser visto como o resultado de uma sequência e de um conjunto de operações, o espaço é tido como espaço social pois se insere na lógica da produção, entendida como uma prática social, onde o trabalho a transforma. “Do espaço do produto, do espaço da produção (das coisas do espaço), o pensamento reflexionante passa assim à produção do espaço, devido ao crescimento contínuo das forças produtivas” (LEFEBVRE, 1991, p.76). O acúmulo de forças produtivas e produtos, acontece se não, pela relação social, produção social de realidades materiais que esse espaço foi produzido.

Como exemplo, Lefebvre (1991) comenta sobre a produção do espaço pela burguesia, a caracterizando em duas atividades principais: a do mercado e a da violência. Essas atividades conjugaram seus efeitos para produzir um espaço ao se orientar socialmente na realidade que é imanente a ele. A mercantilização e a opressão a partir do uso da violência por parte das instituições, engendra um modo de existência definido por sua relação com o espaço. O dinheiro, a mercadoria, a troca, a moeda, o local da feira e o local do encontro estão diretamente ligadas à atividade produtora, que se relacionando com o espaço tendem a modificar a natureza com desejo de dominá-la. Essa dialética é um caminho que Lefebvre encontra para constatar que o espaço além de ser um produto, é também produtor. A burguesia produziu um espaço que ao implicar tais relações sociais focadas na “produção-produto”, ao mesmo tempo engendra as formas de agir e pensar dessa sociedade. Produz-se assim, um espaço social.

Segundo o filósofo Henri Lefebvre (1994,1999, 2008), a produção do espaço se torna essencial para o capitalismo pois é através dela que a reprodução das relações sociais de produção se expande. Nesse processo, o espaço é inserido na

lógica capitalista de produção e é transformado em mercadoria. A partir da produção do espaço urbano, torna-se possível a circulação e a produção de novos capitais, e, mais do que isso, ocorre a possibilidade de absorção de excedentes do processo de acumulação capitalista.

O espaço, então, passa a ser a chave para o desenvolvimento do capitalismo contemporâneo. Por entendermos que o espaço implica, contém e dissimula as relações sociais (LEFEBVRE, 1994, p. 41), o processo capitalista encontra nele possibilidades ainda mais profundas. A mobilização do espaço pelo capital viabiliza a generalização das relações capitalistas para além da fábrica, fazendo com que a lógica do capital envolva a vida, transformando o cotidiano em um produto do processo de mundialização do espaço como mercadoria.

A re-produção das relações de produção não coincide mais com a reprodução dos meios de produção; ela se efetua através da cotidianidade, através dos lares e da cultura, através da escola e da universidade, através das extensões e proliferações da cidade antiga, ou seja, através do espaço inteiro. (LEFEBVRE, 2008, p.47)

Partindo da hipótese da urbanização total da sociedade desenvolvida por Lefebvre, ao olharmos para a vida cotidiana fragmentada e sem sentido, entendemos que o conceito de alienação desenvolvido por Marx extrapola a produção fabril e invade o dia a dia das pessoas. A reprodução da lógica do capital toma conta dos sujeitos em forma de alienação profunda a partir do processo de produção do espaço urbano. Espaços homogêneos, sem vida e um cotidiano marcado pelo tempo da mercadoria nos distanciam da nossa própria humanização. No movimento contínuo de acumulação e valorização do capital, o século XXI se vê marcado pela mercadorização dos espaços e dos sujeitos, em um cotidiano em crise.

O entendimento do caráter social do espaço, visto como produto e produtor das relações sociais (LEFEBVRE, 1994), entrelaça o sujeito e o espaço em uma relação indissociável. Dentro dessa lógica, é possível compreender o espaço a partir da relação dialética com o conceito marxista de trabalho, onde a realização humana produz o espaço e vice-versa. Dessa forma, a realidade espacial se dá pela produção e reprodução de formas sociais específicas, realizadas ao longo da história. “Em

movimento constante de reprodução, o espaço ganha sempre novos sentidos pela acumulação de trabalho” (CARLOS, 2011, p.99). Toma-se assim a produção do espaço como uma produção baseada na contradição entre o trabalho abstrato e o concreto.

A produção do espaço situa-se num ponto da história da humanidade quando o trabalho, a sua divisão e a organização do grupo foi suficiente para transformar a natureza em produto humano, desdobrando-se no curso do desenvolvimento social como resultado do trabalho social global. Essa é a tese que sustenta a produção do espaço. Desta feita, a cidade, produto do desenvolvimento do trabalho social sobre a base de produção de mercadorias (produção capitalista), torna-se, também, produto mercantil em toda sua extensão. A lei do valor cria/redefine os horizontes reais e concretos da realização da vida e redefine também o acesso ao solo urbano como uma das formas de riqueza, criando as condições segundo as quais sua própria existência ganha forma e conteúdo da mercadoria. (CARLOS, 2011, p.99)

Nesse processo, a potência do "fazer" humano é ocultada. Produzido com a intencionalidade de ser consumido no mercado, e fruto do movimento do trabalho, o espaço urbano torna-se mercadoria, e nessa condição, traz por exigência, condições específicas que determinam seu uso e suas formas de acesso (CARLOS, 2011, p.92). Espaços pensados para a especulação imobiliária, espaços de gentrificação e espaços amnésicos passam a dominar os modelos de produção espacial.

O espaço, uma vez entendido como mercadoria a partir do movimento do trabalho, não é uma simples mercadoria. A posse de determinada porção do mundo regulamenta os acessos e os usufrutos da vida. O consumo, ao mesmo tempo em que é condição da realização espacial e ao mesmo tempo a condição do uso para a vida humana. Nessas formas, o espaço é distanciado da potência criativa e pautado e produzido a partir do movimento do capital. Os espaços que queremos, ligados a uma ação transformadora e ativa ficam subjugados ao espaço que temos e que trabalhamos. Trazendo a análise dos conceitos do fazer e do trabalho para o pensamento da produção do espaço surge indício de que se ao produzirmos o espaço, produzimos a nós e produzimos vidas mais potentes e criativas.

Se nós produzimos o espaço que nos produz, a maneira segundo a qual as cidades foram construídas reflete exatamente os valores de nossa sociedade, que se mostra extremamente desigual. Todavia, se trabalharmos pela produção do espaço de maneira diferente, estaremos trabalhando simultaneamente pela construção de valores sociais também diferentes. (FERREIRA, 2020, p.39)

A contradição indicada pela tensão entre as categorias de "poder-fazer" e "poder-sobre" se coloca sempre presente na realização da existência humana. E na produção espacial, não seria diferente. O trabalho a partir do seu caráter transformador e criativo não se contém nas formas da mercadoria. Em meio à mercadificação do espaço e da vida, o fazer se realiza nos becos, nas praças, nos bares, nas casas e nos espaços públicos. Em meio aos grandes e poderosos arranha-céus em um mar de avenidas largas, a vida se realiza a partir do fazer.

Los seres humanos somos un sujeto frustrado, pero no por una fuerza externa, sino por nosotros mismos. Ahí está la fuerza de la esperanza por la que puede ser posible crear otro mundo. Los Manuscritos de 1844 sugieren que el centro de esta autofrustración es el doble carácter del trabajo. (HOLLOWAY, 2017, p.28)⁹

Buscar uma relação entre a crítica ontológica marxista e a produção do espaço é realçar o protagonismo do ser humano na constituição da realidade, o que nos aponta para outras formas de produção do espaço e da sociedade. A autofrustração é fruto do duplo caráter do conceito marxista de trabalho. A importância de teorizar o espaço a partir de uma perspectiva crítica reside na possibilidade da produção de espaços de esperança. Espaços onde a realização da vida não é, ao menos inteiramente, produzida através das lógicas capitalistas.

Entretanto nem tudo parece acabado. Henri Lefebvre interpela o mundo para modificar, ao pensar na realidade como uma totalidade em constante devir. Em sua

⁹ Os seres humanos são um sujeito frustrado, mas não por uma força externa, e sim por nós mesmos. É aí que reside a força da esperança pela qual pode ser possível criar outro mundo. Os Manuscritos de 1844 sugerem que o cerne dessa autofrustração é o duplo caráter do trabalho. (HOLLOWAY, 2017, p.28, tradução nossa).

crítica desenvolvida a partir da metafilosofia, o autor busca a superação da própria filosofia para ir ao encontro da prática. A sua reflexão aponta para a articulação indissociável entre teoria e prática, em um movimento contraditório em constante transformação. É nesse caminho que o teórico olha para o urbano como um horizonte real e utópico, ou seja, em movimento contínuo, e, por isso, passível de mudança.

Ao prolongar a utopia do pensamento de Marx, onde a mesma surge da prática, Lefebvre indica que a utopia surge de um projeto de possível-impossível. Este movimento em direção ao possível-impossível aparece em seu método da transdução, entendido como momento da virtualidade que aponta o devir. O possível representa o que é realizável e o impossível é o que está no horizonte. Para o teórico, a realidade está em parte pronta e acabada e em parte a se fazer, da mesma forma, o urbano também está em parte acabado e em parte avançante. Ir em direção à prática é buscar compreender essa dialética e entender na prática que existe o futuro.

A sociedade capitalista cindida pelas relações capitalistas alienantes é também uma sociedade portadora de desejos do fim da alienação. O projeto do possível-impossível lefbreviano aponta para a busca por uma outra sociedade, além do capital e além das relações sociais mediadas pela forma mercadoria. A produção do espaço, ao mesmo tempo em que indica a produção capitalista, caminha simultaneamente na direção da apropriação da sociedade e do espaço, na direção do direito à produção desalienadora do espaço.

3. Alienação

A força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos que apenas conseguem identificar aquilo que os separa e não o que os une.

Milton Santos

3.1. A teoria da alienação em Marx

A vida no mundo do capital é marcada por um mal-estar generalizado, caracterizado por um tormento contínuo. O sentimento de ausência, de não pertencimento, de desumanização nos cerca. Este sentimento é, em partes, teorizado a partir do fenômeno da alienação, descrito e elaborado por diversos autores, da religião ao estoicismo, de séculos passados aos dias atuais.

No capitalismo contemporâneo, o fenômeno da alienação parece ganhar novos contornos. Como o pensador Jonathan Crary (2016) aponta em seu livro *24/7: capitalismo tardio e os fins do sono*, consumir e trabalhar 24 horas por dia, 7 dias por semana parece ser a tônica da contemporaneidade. Neste ritmo, o processo de estranhamento/distanciamento do ser humano em relação às suas próprias capacidades e desejos, compreendido pelo fenômeno da autoalienação, se expande para as múltiplas instâncias da vida. O mal-estar encontra novos espaços.

Tomemos como exemplo um grupo de trabalhadores específicos, que está em crescimento vertiginoso nos principais centros urbanos: os entregadores de aplicativo. Jornadas longas de trabalho e que exigem, muitas das vezes, esforço físico em cada pedalada, são motivadas pela renda no final do mês. Empresários de si mesmos, quanto mais quilômetros percorrerem, mais entregas serão feitas e maior será a remuneração. Carregando pratos de comida em suas mochilas térmicas, o destino do alimento não é o próprio estômago vazio, mas sim a entrega ao usuário pagante do aplicativo.

Seja de moto ou bicicleta, qual é o caminho percorrido pelo entregador de aplicativo até o seu próprio alimento? De que forma ele é distanciado da "quentinha" que ele mesmo está entregando? O mal-estar está na alimentação rápida, feita em uma esquina qualquer, longe de casa. Nas longas jornadas de trabalho, sem direitos trabalhistas, faça chuva ou faça sol. No cansaço mental e corporal enfrentado ao pedalar, diariamente, mais de 50 km, em bicicletas alugadas.

Segundo um estudo realizado pelo Instituto Locomotiva¹⁰, 47% dos entregadores declararam trabalhar mais de 10 horas por dia, e 61% declararam trabalhar sete dias por semana. "Tá muito difícil trabalhar, uma enorme exploração.

¹⁰ LEVY, Clarissa. iFood não revelou detalhes da jornada de trabalho de entregadores na CPI dos Apps. A Pública. 2022. Disponível em: <<https://apublica.org/2022/08/ifood-nao-revelou-detalhes-da-jornada-de-trabalho-de-entregadores-na-cpi-dos-apps/>>. Acesso em: 26/08/2023.

Temos que trabalhar 12 ou 14 horas pra fazer R\$ 250 numa semana", desabafa o presidente da Associação dos Entregadores de Aplicativos (AEA), Altemício Nascimento (2023), em entrevista para a Pública. A alienação reside no distanciamento do produto que está nas costas dos entregadores, mas que eles mesmos não têm acesso. Na prática de produção vivida, o produto é distanciado do seu produtor, ao mesmo tempo em que o trabalhador é transformado em consumidor e em mercadoria. O trabalho assalariado, convertido em renda, é o que irá permitir que este mesmo entregador de aplicativo tenha acesso a alimentação e que enfim possa ter comida em sua própria casa.

Indo às raízes etimológicas da palavra, *alienação* vem do latim *alienare* e *alienus*, que significam, respectivamente, "tornar estranho"/"tornar outro" e pertencer a outra pessoa ou lugar. Ligada a uma ideia de estranhamento, abstração, esta palavra representa o processo de alienação do ser e de suas capacidades, sendo também compreendida como um fenômeno de perda da conexão com os próprios sentimentos e necessidades mais profundas.

Como nos lembra Grespan (2021), a partir de Hegel, o termo alienação representa a teorização de um fenômeno onde o espírito¹¹ se faz outro, distinto de si mesmo e alheio a sua forma inicial. Para Hegel, o fenômeno atribuído como alienação seria o momento no qual o espírito humano deixaria de se reconhecer e, ao se estranhar, cria uma nova forma de reconhecimento e reconexão - ou seja, deixaria de ser criado em uma realidade objetiva na qual se reconheceria.

Já para Feuerbach (1997)¹², a alienação é um processo no qual os seres humanos criam os seus próprios deuses, mas passam a pensar como se fossem na verdade criados por esses mesmos deuses, "esquecendo" que os mesmos são fruto da própria criação. Na *Essência do Cristianismo*, o filósofo alemão aponta que o indivíduo alienado não se lembra mais que *Deus* foi uma criação coletiva humana, atribuindo-lhe existência autônoma e invertendo a relação criador/criatura. A alienação, portanto, segundo teorizada por Feuerbach, configura-se em um processo onde o criador humano imaginaria ter sido criado pelo divino.

¹¹ O "espírito" (Geist), como aparece na filosofia Hegeliana, inclui aspectos da alma humana como vontade, pensamento e sentimento. É representado pelo diálogo entre o subjetivo (indivíduo), o objetivo (sociedade), e o absoluto (Deus). Este conceito é melhor desenvolvido no livro *Fenomenologia do Espírito* (1807).

¹² Filósofo alemão do século XIX e representante do chamado materialismo humanista ou real.

Ao relacionar a alienação ao inconsciente, Sigmund Freud interpreta a alienação como o ser estranhado de uma pulsão primordial, de uma pulsão de vida, do desejo e do sexo. Suas teorias sobre o inconsciente provocaram uma ruptura com os paradigmas teóricos que o antecederam, onde o sujeito, pensado até então como uno e senhor de si, passou a ser interpretado como um sujeito estranhado e reprimido dos seus próprios desejos. Separado do sentido do seu discurso e se autoidentificando como um "outro" em relação a sua própria pulsão, a alienação é interpretada na psicanálise como um fator constituinte do sujeito.

A teoria da alienação de Marx possui em sua formação influência direta de Hegel, Feuerbach, e da economia política inglesa. Embora Karl Marx não interprete a alienação a partir de questões religiosas ou do inconsciente, ele conserva a forma de autonomização da inversão ao teorizar sobre a situação social do mundo capitalista. O pensador apresenta um sentido complexo para o fenômeno ao evidenciar as dimensões sociais e históricas como princípios fundamentais para a alienação e a sua superação (ou transcendência). Nestes termos, Marx interpreta a alienação como resultado de um tipo específico de desenvolvimento histórico concreto e por ser sócio-historicamente construído, é passível de superação a partir de intervenções teórico-práticas.

Segundo Grespan (2021), ao olhar para o século XIX, mais especificamente para o desenvolvimento do modelo capitalista burguês inglês, Karl Marx analisa um momento de ruptura que, segundo ele, marca o início da modernidade. Representando uma cisão, o processo de cercamento das terras, iniciado no século XVI, realizado pela pequena burguesia desta época, sobretudo na Inglaterra, gera uma distinção entre aqueles que detêm a posse das terras (e dos meios de produção) e aqueles que detêm a força de trabalho. As florestas, que desde a Idade Média representavam espaços comuns (comunais) e, por isso, eram passíveis de livre extração de lenha, passaram a ser cercadas e divididas em propriedades privadas garantidas pela lei burguesa. Neste momento, a livre obtenção de lenha destas mesmas terras passa a ser configurada como "furto" cabível de pena. Esta ruptura, analisada por Marx, gera uma cisão irreconciliável, ainda segundo ele, entre, de um lado, a propriedade privada do meio de produção, e, do outro, a apropriação da produção dos outros, uma vez que a classe que não detém a posse destes meios precisa vender a sua única posse (força de trabalho) para ter acesso por intermédio do mercado ao fruto da sua própria produção. Nesse processo, o produtor não se

reconhece em seu produto e essas duas instâncias, agora cindidas no processo moderno, instauram um novo fenômeno no mundo: a alienação.

Ainda segundo Grespan (2021), Marx interpreta pela teoria do conflito, da luta de classes e da exploração, que existe uma classe desprovida da inteligência de que tudo produz. Esta mesma classe é ludibriada, enganada, sobreposta, por um "véu ideológico", para que a mesma não se perca da lógica da produção capitalista, a qual deve ser movimentada e continuada. Nesta análise, o autor marxista sinaliza que o conceito de alienação é fundamental para a obra marxiana porque é a alienação do ser da sua função de produtor que possibilita a estrutura do capital, impedindo a não revolta dessa classe e por conseguinte, a ruptura dessa estrutura. Será portanto, na modernidade, ou seja, via "acumulação original do capital"¹³, que o processo de ruptura e de alienação se instaura, sentia como um mal-estar social de uma classe que passa a se identificar como consumidora, como compradora e não como produtora de tudo.

Como destacado, o processo de teorização do fenômeno da alienação realizado por Karl Marx não se distancia da forma de autonomização da inversão construída por Hegel e por seu contemporâneo Feuerbach. Afinal, similar ao processo de inversão do papel de criador/criatura, teorizado em relação à questão religiosa entre o ser humano e seu deus, uma inversão similar ocorre no sistema capitalista em relação ao produto/produtor. Os humanos criam (produzem) as mercadorias (seus próprios deuses) mas "esquecem" da sua ação de produção e passam a pensar como seres dependentes da mercadoria. Ou seja, o indivíduo alienado é "estranhado" da criação (produção) coletiva humana, da efetivação do trabalho, atribuindo ao produto final uma existência autônoma, invertendo assim a relação. A mercadoria passa então a conduzir a vida do próprio indivíduo que a produziu.

No mundo do capital, todos podem ser proprietários de objetos de consumo, mas apenas alguns são proprietários dos meios para produzi-los. Privado da

¹³ O momento histórico em que trabalho e propriedade dos meios de produção são separados foi chamado por Marx de "acumulação original" do capital: "original" porque constitui o ponto de partida para toda a acumulação posterior de capital, mas também porque alude ao "pecado original" bíblico. Assim como no livro do Gênesis, a humanidade foi marcada a ferro e fogo por uma ruptura profunda, também o mundo moderno se inicia com uma cisão: a cisão entre propriedade e trabalho. No caso do capitalismo inglês, Marx a localizou no processo dos "cercamentos" ocorrido no século XVI, quando uma nascente burguesia fundiária expulsou os camponeses das terras onde viviam e nelas instalou cercas, empregando depois como assalariados parte desses agora despossuídos. (GRESPLAN, 2021, p.14/15)

propriedade dos meios de produção, o indivíduo passa a ter acesso ao produto do seu trabalho apenas ao comprá-lo no mercado. Ao ser distanciado da sua produção final, o indivíduo não se reconhece mais no produto resultante do ato do seu trabalho. Será então, apenas por meio da mediação do mercado, que o mesmo poderá se apropriar do produto que ele mesmo produziu. Nessa lógica, o produtor não se reconhece no produto e não reconhece ele mesmo como produtor. A inversão provoca que o produtor passe a se afirmar socialmente como comprador e consumidor. Eis o fenômeno da alienação.

No livro *A teoria da alienação em Marx*, István Mészáros (2016) dá destaque aos Manuscritos de 1844 afirmando que os mesmos lançam os fundamentos do sistema marxiano, centrados no conceito da alienação. Nesta obra, Marx investiga os aspectos históricos e sistemático-estruturais da alienação em relação às complexidades da "vida real" e seus reflexos nas várias formas de pensamento, como indica Mészáros (2016). Em outras palavras, os Manuscritos apresentam reflexões acerca das manifestações da alienação na realidade, e a sua relação com as institucionalizações, reificações e mediações envolvidas neste fenômeno prático.

Visando dar luz à complexidade deste debate elaborado por Marx, Mészáros (2016) indica que, na teoria marxiana, a alienação humana é formada por quatro aspectos principais: 1) a alienação em relação à "natureza"; 2) em relação a si mesmo (da sua própria atividade); 3) em relação ao seu "ser genérico" (do próprio reconhecimento como gênero humano); e 4) em relação aos demais seres humanos. Em outros termos, o conceito de alienação de Marx "abrange as manifestações de 'estranhamento do homem da natureza de si mesmo', por um lado, e as expressões desse processo na relação ser humano-gênero humano e ser humano e ser humano, por outro". (MÉSZÁROS, 2016, p.18)

O primeiro aspecto - o ser humano alienado da natureza - remete a efetivação da alienação na relação entre o ser humano (trabalhador) e o produto do seu trabalho. Constitui o estranhamento do ser humano em relação ao objeto resultante da efetivação do seu trabalho, alienando o criador (produtor) em relação à sua própria criatura (produto). Este aspecto, portanto, diz respeito não somente à alienação do homem em relação à natureza em geral, mas à alienação do homem em relação à sua própria natureza, em relação à "natureza antropológica" (tanto dentro quanto fora do homem).

O segundo - o ser humano alienado da sua própria atividade - está ligado à alienação no interior do processo do trabalho, provocando um estranhamento do trabalhador em relação à sua própria atividade. Nesse processo, o trabalho passa a ser entendido enquanto atividade alheia, destacada e estranhada, não sendo mais compreendido como a fonte da "satisfação" humana. Na alienação, o que satisfaz as necessidades e desejos é a sua abstração, o ato de vendê-lo a um terceiro, categorizado por Marx como "trabalho assalariado" (ou alienado).

O terceiro aspecto - o ser humano alienado do seu ser genérico - é interpretado como a expressão dos dois primeiros no interior das relações humanas. Uma vez que a categoria trabalho é a objetivação da vida humana genérica, ou seja, a realização humana (ontológica), o trabalho alienado faz do ser genérico do homem um ser estranho a ele. Estranhado da sua essência humana, da sua "humanidade", o trabalho alienado se efetiva na desumanização do ser humano. Neste aspecto, os efeitos da alienação do trabalho são interpretados na relação entre o ser humano e o gênero humano em geral, ou seja, a alienação do ser humano em relação a sua própria "humanidade" no decorrer do processo capitalista.

Já no quarto aspecto, igualmente implícito nos demais, e ainda em termos das relações humanas, Marx considera os efeitos da alienação na relação entre os seres humanos e os seus outros, o "estranhamento do homem pelo próprio homem". Nesse sentido, Karl Marx (2009, p.85/86) desenvolve:

Uma consequência imediata disto, de que o homem estar estranhado do produto do seu trabalho, de sua atividade vital e de seu ser genérico é o estranhamento do homem pelo próprio homem. Quando o homem está frente a si mesmo, defronta-se com ele o outro homem. O que vale para a relação do homem com o seu trabalho, com o produto do seu trabalho e consigo mesmo, vale também para a relação do homem com outro homem, bem como com o trabalho e com o objeto do trabalho de outro homem. Em geral, a questão de que o homem está estranhado da sua natureza genérica quer dizer que um homem está estranhado do outro, assim como cada um deles está estranhado da essência humana.

A categoria de trabalho é fundamental para a compreensão da teoria da alienação marxiana, uma vez que o trabalho alienado é tomado como a causa raiz de todo o complexo das alienações. Entendido também como trabalho assalariado,

a alienação do trabalho é efetivada mediante a venda da única propriedade dos despossuídos dos meios de produção: a sua força de trabalho. A partir da mercadificação do trabalho que o produtor (que se autoaliena enquanto consumidor) é capaz de ter acesso aos produtos que ele mesmo produziu, participando assim do mercado de consumo. Nesses termos, a "autoalienação do trabalho" é o ponto de partida da complexidade do conceito de alienação marxiano e suas características e o "trabalho alienado" é, portanto, o centro de referência das questões da autoalienação humana. Como afirma Grespan (2021, p.14),

a partir da distribuição capitalista dos meios de produção, desenvolveu-se a distribuição capitalista dos meios de consumo, isto é, o mercado, no qual os trabalhadores gastam o salário recebido pela venda de sua força de trabalho em outro mercado, o mercado de trabalho. Como são agentes em ambos os mercados, empregados e empregadores parecem igualar-se qualitativamente como proprietários, distinguindo-se apenas quantitativamente por seu poder aquisitivo.

No capitalismo, o trabalho, essa atividade vital, genérica, do ser humano, em suas múltiplas dimensões, passa por uma transformação, ou por uma metamorfose, se formos usar as palavras de Marx para descrever este processo. A lógica do capital desloca a relação entre o ser humano e a sua atividade essencial (como determina o segundo aspecto da alienação) ao inserir entre as partes um mercado mediador. No lugar do trabalho ser direcionado para uma finalidade essencial e o seu produto estar diretamente ligado ao seu produtor, a dinâmica do sistema capitalista, baseada na relação entre capital e trabalho aponta para uma manifestação contraditória da existência humana. Vende-se o trabalho no mercado de trabalho para poder ter acesso ao "dinheiro", que por sua vez, é um bem essencial para o acesso ao "mercado das necessidades", lugar onde os itens básicos e essenciais (comida, moradia, saúde) para a sobrevivência estão disponíveis e a eles é atribuído um valor. Karl Marx (2004, p.80) ao analisar o processo de valorização, destaca que o produto, propriedade do capitalista, não é produzido com interesse nele mesmo, embora ele tenha um valor de uso, a escolha por ele e não por outro se dará pelo valor de troca:

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e em extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens.

Neste momento, ao retomarmos o exemplo dos entregadores de aplicativo, a associação com a teoria da alienação marxiana nos parece ainda mais clara. A efetivação do trabalho, a pedalada, a entrega, o esforço físico e mental, não são direcionados para uma atividade essencial, pelo menos não diretamente. Vende-se o trabalho para ter acesso, via mercado, às necessidades.

A situação dos trabalhadores, com extensas horas de trabalho e pouca ou nenhuma condição para momentos de descanso ou alimentação causa revolta e levanta críticas direcionadas às empresas que realizam esses serviços. Empresas como Uber e Ifood têm sido alvo de protestos e ações legais que alegam más condições de trabalho, baixas remunerações e ausência de direitos trabalhistas.

Dando luz à essa situação e em esforços contrários à condição desses trabalhadores, a CPI dos Aplicativos e o "Breque dos Apps"¹⁴ representam movimentos de contestação e luta por direitos e melhores condições de trabalho, sinalizando a desvalorização do mundo dos homens com a valorização do mundo das coisas.

Investigando os Manuscritos econômico-filosóficos, rumo a uma análise da complexidade da teoria da alienação marxiana, Mészáros (2016) aponta que, nesta obra, Marx desmistifica o "sistema do dinheiro" atribuindo a ele à dimensão ontológica básica da autoalienação do trabalho. Mediador último de todas as mediações alienadas, entre a necessidade e o objeto, entre a vida e o meio de vida do homem, o dinheiro é por ele interpretado como "divindade visível", enquanto capacidade alienada da humanidade. Ou seja, o dinheiro representa "o meio

¹⁴ O "Breque dos Apps", movimento de reivindicação de direitos e melhores condições trabalhistas realizado por trabalhadores da categoria, ganhou forte repercussão no Brasil em julho de 2020, durante a pandemia do covid-19.

exterior, comum e a faculdade de converter uma imagem em realidade e a realidade em mera imagem (uma faculdade não oriunda do homem como homem nem da sociedade humana como sociedade)" (MARX, 2009, p.160).

Em uma associação com o fenômeno da alienação e a autonomização da inversão, anteriormente apresentada por pensadores como Hegel e Feuerbach, onde o "espírito" ou o "Deus", criado pelo homem, se desloca, e se estranha, passando a ser visto como algo que cria o seu próprio criador, a teoria da alienação marxista, ao levar em consideração o desenvolvimento concreto e toda a gama de nexos categoriais que constituem a trama dialética do capital, interpreta o dinheiro como a "divindade visível" que inverte os papéis entre o criador e a criatura.

A compreensão do sistema do dinheiro e, por conseguinte, o sistema da autoalienação, depende diretamente do contexto histórico em que está inserido, atingindo o seu ápice no modo de produção capitalista. A interpretação, nos termos marxianos da teoria da alienação, coloca-se então como perda de controle, estranhamento e privação/negação mediante a categoria trabalho. É portanto, a partir do desenvolvimento humano por meio do trabalho, que a inversão se efetiva, destacando-se o "trabalho" como categoria fundamental para entender o sistema do "dinheiro" e da "alienação".

Marx afirma que é no desenvolvimento histórico do capitalismo que os múltiplos estranhamentos são manifestados não somente no ser humano e em seus objetos, atos e relações, mas também nas "ciências naturais", ditas alienadas pelo pensador. A crítica de Marx às ciências fragmentadas aponta para o distanciamento da produção científica das necessidades e preferências sociais, onde os seus fins são predeterminados, exteriores e alienados pelo quadro de referência institucionalizado do modo de produção capitalista, diretamente associado à estrutura da atividade produtiva alienada em geral.

O pressuposto é que a ciência natural passou a se constituir "em uma forma estranhada" pelo fato de estar associada à forma alienada da indústria, correspondente a um modo de produção alienado, a uma forma alienada da atividade produtiva, cujas produções estão sujeitas a fins alheios, predeterminados e exteriores. Para Marx (2004), é por intermédio da indústria que a ciência natural intervém no modo prático da vida humana, reconfigurando-a e desumanizando-a. Ao ser apreendida como uma "revelação esotérica" das forças essenciais humanas,

a essência humana da natureza, ou a essência natural do homem é apreendida erroneamente, onde a indústria é a relação histórica efetiva alienada da natureza.

A análise levantada por Marx acerca dos reflexos da alienação por meio da religião, da filosofia, do direito, da economia política, da arte e da ciência "abstratamente material" fazem parte do quadro referencial conceitual da teoria da alienação marxista não somente por indicar características e expressões, mas, justamente, por apontar a superação da alienação. Contraposta às ciências que se pautam às necessidades "especulativamente inventadas", desumanizadas e "abstratamente materiais", as "ciências humanas" partem do ponto de vista de um ideal do ser humano não alienado, cujas necessidades humanas reais determinam as linhas de pesquisa em cada campo particular, indo contra a fragmentação "inconsciente" da ciência.

As características, dimensões e reflexos da alienação abordados visam apresentar a estrutura conceitual da teoria da alienação de Marx. Todavia, é importante afirmar que as categorias ensaiadas não existem de maneira isolada, tal sistema da alienação é efetivado a partir da reciprocidade dialética entre as suas partes. A teoria marxiana aborda fenômenos analisados em termos intrinsecamente históricos, e por isso, dependentes de uma "gênese histórica" que comporta certas categorias constituintes que se inter-relacionam.

O movimento de autoalienação do ser humano se efetiva na interação entre as múltiplas partes que compõem a totalidade do real. A alienação se dá a partir das mediações, e das mediações das mediações, provocando um efeito de distanciamento e de estranhamento do ser humano em relação às demais categorias.

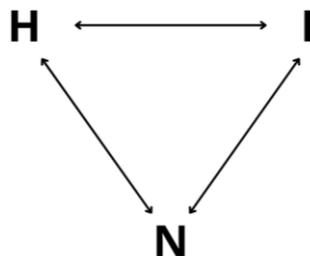
Ao sinalizar a gênese da sociedade humana marxiana, Mészáros (2016) dá destaque às categorias "homem" (H) , "natureza" (N) e "indústria" (I) - ou atividade produtiva - e as dispõem em uma relação mútua e dialética. Da mesma forma que cada parte compõe o todo, a relação entre elas é de influenciadora e influenciada, produtora e produto. O Homem, ao mesmo tempo em que é o efetivador/criador da Indústria (atividade produtiva) - forma produtora de novos desejos - é também o seu produto ao se realizar ontologicamente mediante a efetivação do trabalho.

Na relação entre o homem (H) e a natureza (N) não é diferente. Ao mesmo tempo em que é parte constituinte da Natureza mediante sua forma biológica, o ser humano também se configura como sujeito transformador da mesma, "humanizando-a" para os seus próprios fins. Esta tripla interação (H - N - I) delinea

os principais aspectos da mediação de primeira ordem, onde a Indústria (atividade produtiva) imprime seu papel de mediação ontologicamente fundamental entre Homem e Natureza.

A relação, portanto, entre essas três categorias é marcada pela mediação entre elas. A atividade produtiva (I) se realiza via relação mediada (de primeira ordem) entre o ser humano (H) e a natureza (N); o ser humano (H) se realiza ontologicamente e busca as suas necessidades via mediação entre atividade produtiva (I) e a natureza (N); e a natureza (N) se efetiva historicamente mediante a relação do ser humano (H) e a atividade produtiva - ou indústria (I). Nestes termos, podemos afirmar que a categoria trabalho marca a mediação de primeira ordem, onde a sua efetivação é o meio de interação entre o homem (H) e a natureza (N) na gênese da sociedade humana.

Figura 1 - Estrutura da gênese da sociedade humana



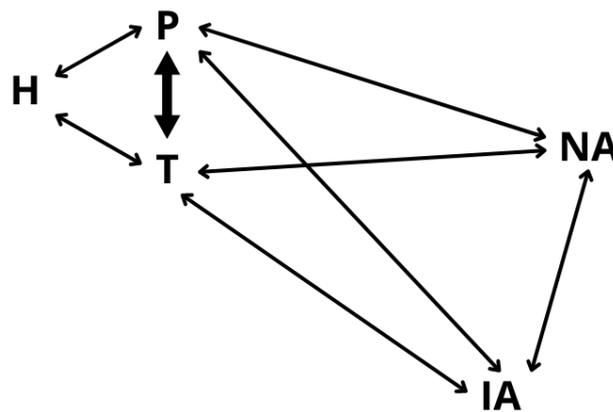
Fonte: Livro A teoria da alienação em Marx, de István Mészáros, 2016, p.100.

Em segunda instância, a cisão provocada pela separação entre propriedade privada e seu possuidor (P) e o trabalho assalariado e seu trabalhador (T) gera dentro da gênese da sociedade humana marxiana uma relação de mediação da mediação entre as partes, como sinaliza Mészáros (2016, p.103/104). Neste conjunto de relações, as mediações de segunda ordem identificadas como P e T levam a categoria Homem ao lugar de uma "mera abstração", estranhando-o de algo além das imediaticidades "especulativamente inventadas". O trabalho, portanto, no intermédio das mediações de segunda ordem (que incluem também mediações de segunda ordem institucionalizadas como o "dinheiro", por exemplo), passa a ser considerado como um mero "fato material" no lugar de ser considerado como a ação

humana de produção (MÉSZÁROS, 2016). Associado à abstração do trabalho, o "Homem" desaparece no jogo de inter-relações, alienando-se.

A partir da autoalienação do trabalho, o "jogo" de relações dialéticas na realidade sócio-histórica concreta ganha novos contornos, dando destaque à mediação de segunda ordem:

Figura 2 - Estrutura conceitual da teoria da alienação



Fonte: Livro A teoria da alienação em Marx, de István Mészáros, 2016, p.103.

Segundo Mészáros (2016, p.103), o Homem (H), ao ser abstraído (dividido) entre as categorias antagônicas entre si (P) e (T), deixa de existir a partir da "reciprocidade original" (H) - (I) - (N). As partes estão agora subordinadas ao antagonismo (P) e (T), mediações da mediação do Homem (H). Alienando-se a partir da mediação de segunda ordem, o sistema sócio-histórico da alienação passa a ocorrer entre (P) e Indústria Alienada (IA); entre (P) e Natureza Alienada (NA); e entre (T) e (IA); e (T) e (NA).

A dinâmica contraditória entre a Propriedade Privada (P) e o Trabalho (T) no cerne das relações sociais implica aspectos positivos e negativos relacionados à autoalienação do trabalho. Positivos, pois a relação de mediação da Propriedade privada e do Trabalho em relação ao Homem se configura como parte constituinte da efetivação humana em termos sócio-históricos. Segundo Marx, "só mediante a indústria desenvolvida, ou seja, pela mediação da propriedade privada, vem a existir a essência ontológica da paixão humana tanto na sua totalidade quanto na sua

humanidade" (MARX, 2009, p.157). Ou seja, a indústria, produtora de novas necessidades é considerada ontologicamente fundamental para o caminho sócio-histórico atual de constituição do ser humano.

Entretanto, como aponta Mészáros (2016), Marx indica que um antagonismo social marca a contradição entre Propriedade privada e Trabalho, tornando a "auto-objetivação humana", na forma de "autoalienação", algo insustentável, não justificável historicamente. Nesta contradição, a alienação, que em um primeiro momento se mostra indispensável ontologicamente, também se apresenta em um constante insustentável historicamente, exigindo um movimento necessário de transcendência ontológica. A ruptura, a mudança ou transcendência seria, portanto, inevitável ao longo do movimento de reprodução dos meios de produção capitalistas na passagem incessante do tempo histórico. Nessas condições, a suplantação de uma necessidade ontológica só poderia ser contraposta por outra necessidade ontológica: o *Aufhebung*.

A intensificação do antagonismo social entre PP e T evidencia a mais profunda contradição do sistema produtivo dado e contribui muito para a sua desintegração. Assim, a auto-objetivação humana na forma da autoalienação perde sua justificação histórica relativa e se torna um anacronismo social indefensável. (MÉSZÁROS, 2016, 108.)

Hegel (1993), em seu livro *A ciência da lógica*, elabora o conceito *Aufhebung* ao longo da reflexão na busca pelo estabelecimento de um novo ponto de partida para a filosofia. Para isso, ele explora conceitos fundamentais como "ser" e "nada" apontando que os mesmos são contraditórios por serem indissociáveis e opostos entre si. Ao elevar e complexificar o debate, Hegel indica que tal contradição seria superada a partir do conceito "vir-a-ser" que abarcaria tanto o "ser" quanto o "nada" em uma "unidade dos opostos". A ideia de transcendência, supressão, que significa ao mesmo tempo negar e preservar, é compreendida pelo pensador a partir do conceito *Aufhebung*. Karl Marx, por sua vez, mais especificamente nos Manuscritos Econômico-Filosóficos, redimensiona esse conceito para outros fins, indo em direção a busca pela unificação entre teoria e prática.

Na crítica à filosofia hegeliana feita por Marx, a transcendência apontada pelo conceito *Aufhebung* não se basearia na busca por soluções "meramente

conceituais". Em uma análise dos *Manuscritos de 1844*, Mészáros (2016) aponta que ao abstrair a concepção de *Aufhebung*, como elaborada por Hegel, Karl Marx instiga um movimento de intercâmbio dialético entre o prático e o teórico, preenchendo a lacuna entre filosofia e ação. A transcendência nestes termos vai além de apenas um conceito, uma abstração teórica distanciada do real. O movimento de negar e preservar é, para Marx, efetivado por meio da relação dialética entre teoria e prática no curso do tempo histórico.

Ainda segundo Mészáros (2016, p.23), o conceito *Aufhebung* é uma peça fundamental para a compreensão da teoria da alienação de Marx. "No momento em que o problema da transcendência foi concretizado - nos Manuscritos de 1844 - como a negação e suplantação da autoalienação do trabalho, nasceu o sistema de Marx".

Ao destacar o campo da prática social, integrando a teoria à prática, o debate da alienação dentro do domínio do fetichismo se torna insuficiente - Marx utiliza o termo "fetichismo" para denotar a perspectiva que vê a riqueza como algo externo e independente dos seres humanos, possuindo objetividade absoluta e "sacralidade". Ao considerar a riqueza apenas como um objeto externo, separado de sua manifestação nas relações humanas, o problema da alienação não pode ser adequadamente abordado.

A contradição da alienação reside no movimento que exterioriza a riqueza do ser humano, ou seja, distancia o homem da sua capacidade produtiva e o afasta da consciência de que ele é o produtor de tudo e não exclusivamente um consumidor. O caminho, entretanto, para orientar em direção a uma sociedade que promova práticas sociais não alienadas e a realização do potencial humano, reside em sua transcendência inevitável. Aprofundar a exploração desses conceitos abre caminhos para compreender e abordar a complexa questão da alienação na sociedade contemporânea. O *Aufhebung* é, portanto, um conceito importante não só para a interpretação, mas para a mudança da realidade.

Se, por um lado, a alienação e o trabalho alienado (ou assalariado) provocam diversos estranhamentos no ser humano em relação a si mesmo, aos outros e aos objetos que ele mesmo produz, por outro, a compreensão da alienação é fundamental para o movimento da não-alienação, ou, segundo as palavras do próprio Marx, da transcendência da alienação.

Os movimentos de transcendência são notados na prática social de forma contraditória aos movimentos de alienação. A totalidade não é alienada e tão pouco será "desalienada". No movimento do devir a alienação e as rupturas ou transcendências se chocam, se interagem em dialética contínua.

3.2. A reprodução das relações sociais de produção

A compreensão das relações de produção e sua reprodução desempenham um papel fundamental no estudo da sociedade capitalista, principalmente quando pretendemos debater a questão da alienação. Henri Lefebvre (1973) propõe uma abordagem que vai além da simples reprodução dos meios de produção, ao englobar e ultrapassar dialeticamente o sentido de produção elaborado por Marx.

A partir de um enfoque amplo e complexo, o teórico dá importância ao aprofundamento da análise das reproduções das relações de produção ao caminhar pelos "fluxos" e "agregados" (LEFEBVRE, 1973). Instigado a pensar a sociedade capitalista para além da análise da mercadoria e do dinheiro, do salário e do lucro, Lefebvre propõe um olhar aprofundado para as relações entre Terra, Trabalho e Capital:

Desloca-se a tónica. O essencial já não é a descrição dos processos parciais, o da reprodução biológica (a «procriação» das crianças, a demografia) — ou da produção material (avaliações quantitativas e correlações, técnicas e organização do trabalho) — ou o do consumo e das modalidades (necessidades, *objectos*, discursos e signos, manipulações diversas), mas a análise aprofundada das relações de produção. (LEFEBVRE, 1973, p. 7)

O conceito de reprodução das relações sociais de produção, como desenvolvido por Lefebvre, tem como objetivo servir como um instrumento intelectual para uma análise crítica da sociedade capitalista em sua totalidade, atualizando, com base nas teorias marxistas, alguns conceitos e ideias fundamentais. Segundo ele, a reprodução vai além da mera reprodução dos meios de produção, conforme delineado por Marx. Ela incorpora tanto o sentido de

produção como o de criação de novas relações, pautado pelo movimento contraditório do real. "Este conceito designa um processo complexo que arrasta consigo contradições e não só as repete, as re-duplica, mas também as desloca, as modifica, as amplifica." (LEFEBVRE, 1973, p.6) O deslocamento do olhar da reprodução dos meios de produção para a amplitude da reprodução das relações sociais de produção engloba a perspectiva marxiana com foco no modo de produção e a atualiza, trazendo para o centro da análise as relações sociais de produção.

Segundo Lefebvre (1973, p.8), Marx compreende que a reprodução dos meios de produção e a continuidade da produção material estão intrinsecamente ligadas à reprodução das relações sociais e que são aspectos inseparáveis de um processo que envolve movimentos cíclicos e lineares, compreendendo nexos de causas e efeitos, assim como resultados que geram suas próprias condições e razões. Entretanto, Lefebvre utiliza o termo "re-produção" para enfatizar que esse processo implica tanto a repetição quanto a criação de novas relações. O idêntico dá origem ao diferente e o processo do devir ocorre entre o repetitivo e o novo, revelando um paradoxo que é essencialmente dialético:

Este é um outro ponto, igualmente central, e uma problemática que não exclui a precedente, mas que não se compatibiliza com ela. Quem diz produção, diz também reprodução. Isso tem vários níveis e aspectos: o biológico e demográfico (reprodução da condição essencial do trabalho: os trabalhadores) – tecnologia (reprodução dos meios de produção, ferramentas e máquinas, saber e técnicas, organização do trabalho) – econômico (reprodução dos objetos da troca, das relações da troca) – e enfim sócio-política (reprodução ou não das relações sociais de produção, portanto, de propriedade). Se aceitarmos essa análise, é evidente que os conflitos no interior da produção entre a mudança das relações (sociais de produção) e a reprodução são inevitáveis. As mudanças só podem se completar através da reprodução; isso pode se confirmar na reprodução do Mesmo ("do similar ao mesmo", diz a linguagem corrente), nas relações existentes, o "real". Ou, inversamente, produzir (inventar ou criar) novas relações. Dito de outro modo, o diferente sai (nasce) do idêntico; e o devir passa pelo (através do) repetitivo. Paradoxo? Sim: dialético. O que acontece ou não, o que advém ou não, depende de uma conjuntura, que tem sucesso ou fracassa em romper a estrutura. No conjuntural, há uma sorte de acasos e uma parte de decisões (de inteligência, iniciativas individuais, conhecimento ou desconhecimento). Portanto, uma parte de imprevisto: desafios e probabilidades. Portanto, bifurcações, retrocessos (possíveis) e ainda catástrofes eventuais, segundo a teoria do devir por metamorfoses. (LEFEBVRE, 2016, p.3)

Este movimento faz parte de uma crítica elaborada por Lefebvre (1973) à consideração da reprodução dos meios de produção como algo "normal" ou "natural"; como parte de um fluxo condicionado por componentes biológicos, econômicos ou sociológicos. Para o teórico, a dissimulação de um fluxo contraditório, de um processo, apreende as relações sociais em um inércia, permitindo que as mesmas passem despercebidas ou inteligíveis pelos estudos sociais. O apontamento é que múltiplos níveis de reprodução se distinguem, mesmo que contidos um nos outros: "confundi-los no conceito geral de reprodução é um erro de método e de procedimento teórico." (LEFEBVRE, 1973, p.7)

No final do século XIX, acompanhado pelo crescimento das forças produtivas, o modo de produção capitalista passa a dominar, se apoderar e a integrar as diversas esferas da vida, levantando novos problemas. Nesse processo, ocorre a manutenção das relações sociais de produção e de propriedade a partir de novas relações pautadas no cotidiano, no urbano e no espaço. É portanto, mediante uma noção mais ampla de produção do ser humano no mundo do capital que Henri Lefebvre (1973) concentra as suas análises sobre a sociedade capitalista.

Lefebvre, ao observar analiticamente as relações de produção a partir da relação Homem - Terra - Capital, passa a interpretar a produção (social) do espaço (social) como parte fundamental do movimento contraditório da realização do ser humano capitalista. E nesse contexto, o conceito de reprodução das relações sociais de produção é construído como um nexos epistemológico que aglutina as categorias de produção espacial e alienação.

Na hipótese que convém ao capitalismo do século XIX, o espaço vincula-se à reprodução da força de trabalho pelo consumo, uma vez que "a aparente finalidade da sociedade, o consumo, se define pela reprodução da força de trabalho, ou seja, das condições do trabalho produtivo". (LEFEBVRE, 2008, p.45). Nessas condições, o espaço inteiro torna-se o lugar dessa reprodução:

Essa vinculação à produção, do espaço em geral e do espaço urbano em particular, abrange somente a produção dos meios de produção, dos quais faz parte a força de trabalho. Ora, essa hipótese convém ao capitalismo do século XIX, ao capitalismo concorrencial, cujo problema principal era reproduzir materialmente seus meios de produção (máquinas e força de trabalho) e permitir o consumo dos produtos, ou seja, a compra do

mercado. Sistema contratual (o contrato de trabalho), sistema jurídico (o código civil e o código penal) quase bastavam para assegurar, com a venda da força de trabalho, essa re-produção dos meios de produção. É claro que nessas condições o espaço era, então, simplesmente funcional e instrumental. A cidade tradicional tinha, entre outras, essa função de consumo, complementar à produção. Mas a situação mudou: o modo de produção capitalista deve se defender num front muito mais amplo, mais diversificado e mais complexo, a saber: a re-produção das relações de produção. Essa reprodução das relações de produção não coincide mais com a reprodução dos meios de produção; ela se efetua através da cotidianidade, através dos lazeres e da cultura, através da escola e da universidade, através das extensões e proliferações da cidade antiga, ou seja, através do espaço inteiro. (LEFEBVRE, 2008, p.46/47)

Apesar de sua análise não se constituir em um sistema fechado, argumentos, conceitos e noções fragmentadas de alienação podem ser percebidos em seus escritos, juntamente com abordagens que atualizam as ideias e noções apresentadas por Marx (2009) nos *Manuscritos econômico-filosóficos* (BENEDITO, 2020).

Com base nas contribuições marxianas, o movimento de reconstrução da noção de espaço efetuado por Henri Lefebvre ao longo de seus estudos, provoca uma ruptura ontológica e epistemológica no pensamento geográfico. Segundo Benedito (2020),

Esse movimento, balizado na atualização da filosofia da práxis (metafilosofia), apresenta repercussões prático-teóricas para além da Geografia, uma vez que nos permite deslocar o olhar do objeto de estudo dessa disciplina para o entendimento das espacialidades da reprodução das relações sociais de produção.

A espacialização desse sujeito, efetivada pela sua produção, passa a ser interpretada pelos teóricos da Geografia Crítica como uma dimensão essencial da reprodução das relações sociais de produção, dando destaque para a categoria espaço a partir de novas perspectivas.

A dimensão ontológica do trabalho, efetivada pela realização do ser humano enquanto tal, é resgatada nos *Manuscritos de 1844* por Lefebvre para pensar a

produção e a reprodução das relações sociais de produção e a alienação. A reprodução das relações sociais de produção permite analisar e interpretar o movimento de autoalienação na produção capitalista do espaço ao mesmo tempo em que aponta para a superação da alienação em um movimento dialético.

A ausência de um sistema coerente e "purificado de contradições" marca, dentro da repetição, a possibilidade de novos formatos de relações sociais. A repetição e a continuidade abrem espaço para o novo, situando no jogo das mediações práticas e ações sociais não plenamente alienadas que irrompem a lógica da mediação alienadora.

Ao deslocarmos o olhar para o entendimento da espacialidade da reprodução das relações sociais de produção, é possível identificar a riqueza que reside nos seres humanos de forma não totalmente alienada e estranhada. A espacialidade de movimentos insurgentes e práticas revolucionárias e emergentes nos apresentam possibilidades reais de *Aufhebung*.

Podemos identificar esse jogo contraditório da alienação e do *Aufhebung*, por exemplo, no microcosmos de Toritama, uma cidade no interior de Pernambuco abordada pelo documentário *Estou me guardando para quando o carnaval chegar*, dirigido pelo diretor pernambucano Marcelo Gomes.

Também conhecida como "A capital do Jeans", a cidade com 43 mil habitantes produz mais de 20 milhões de peças de roupas Jeans (20% da produção nacional) anualmente. As peças são produzidas por pequenas fábricas, localizadas nos fundos dos quintais dos moradores que trabalham incessantemente para ter o seu sustento. Donos apenas da própria capacidade de trabalhar, os moradores de Toritama recebem por peça de Jeans fabricada. O trabalho é repetitivo e o documentário, ao jogar com sons e imagens, passa a ideia de um cotidiano sufocante sem brechas. As pilhas de jeans, em um segundo momento colocadas em fluxo no mercado, ocupam a tela na maioria das cenas.

Entretanto, tudo se transforma na época do Carnaval. A cidade toda pára. Estes mesmos trabalhadores, que ficam a maior parte de suas vidas costurando, cerzindo e tingindo múltiplas peças de Jeans, largam tudo. Vendem suas únicas geladeiras, televisões e sofás, seus bens conquistados pelo trabalho suado nas fábricas nos fundos dos quintais e vão curtir o carnaval nas cidades do litoral.

O trabalho assalariado e a alienação se encontram presentes neste microcosmos. A dialética, entretanto, aponta ao mesmo tempo para o *Aufhebung*:

ao transgredirem a lógica da acumulação de bens e pararem de trabalhar sem arrependimentos, mesmo que por um curto espaço de tempo, a transcendência ou suspensão da alienação se mostra presente e inevitável. Em uma contínua contradição, a busca por uma felicidade efêmera acaba na quarta feira de cinzas e o barulho das máquinas volta a tomar conta das vidas dos moradores de Toritama, que já estão pensando no próximo carnaval.

A problemática das práticas sociais apresentada pelo documentário instiga análises sobre a alienação, a sua superação e a produção espacial. Ao compreendermos a reprodução das relações sociais como nexos aglutinadores do que se propõe, torna-se possível aprofundar a reflexão sobre o papel do espaço para as contradições do capital.

A teoria da alienação exerce um papel central na reconstrução da noção de espaço no processo de renovação epistemológica em Geografia, desencadeado a partir da geografia crítica de viés marxista – uma vez que instaura um movimento de ruptura ontológica e epistemológica no pensamento geográfico – e esse movimento, balizado na atualização da filosofia da práxis (metafilosofia), apresenta repercussões prático-teóricas para além da Geografia, uma vez que nos permite deslocar o olhar do objeto de estudo dessa disciplina para o entendimento das espacialidades da reprodução das relações sociais de produção. (BENEDITO, 2020)

A compreensão do espaço como um meio e um instrumento, um ambiente e uma mediação, e, ao mesmo tempo, produto e produtor da sociedade, provoca uma renovação metodológica na Geografia. A atualidade das contribuições da geografia crítica de viés marxista se destaca ao fornecer ricas ferramentas teóricas para uma compreensão da sociedade capitalista contemporânea e suas práticas sociais.

Em uma realidade em crise, o conceito de *Aufhebung* em diálogo com o conceito de reprodução das relações sociais de produção não apenas permite uma maior compreensão do vivido, mas abre espaços para a abordagem de "possíveis-impossíveis", brechas na alienação e movimentos emancipatórios que se especializam no mundo do capital pelos chamados "sujeitos criativos".

4. O sujeito criador de mundos

*Uma flor nasceu na rua! Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.
Uma flor ainda desbotada ilude a polícia, rompe o asfalto. Façam completo
silêncio, paralisem os negócios, garanto que uma flor nasceu.*

Carlos Drummond de Andrade. *A flor e a náusea.*

Gritos de insurgência ecoam nas ruas. Barulhos metálicos de painéis, vozes microfonadas, frases uníssonas e cânticos coletivos são entoados. Vidros espatifados e o tilintar de largas chamas de fogo de um ônibus incendiado marcam a paisagem, somadas às pichações em monumentos e demais frases gravadas em muros e esquinas. Panfletos, cartazes e corpos pintados.

Essas são relações sociais sendo efetivadas pelo sujeito criativo que se movimenta além da alienação, um processo que desumaniza e esvazia os sentidos da vida. Esse espaço narrado está sendo produzido pelo ser humano em desalienação, em emancipação. Não totalmente desalienado, afinal, ninguém escapa do capitalismo, mas produzindo e trabalhando com intenção e finalidade: a negação da negação. Se o capitalismo é construído com base nas suas próprias contradições, é do seu interior que surgem embriões de luta por uma outra sociedade.

O conceito de *Aufhebung*, como foi apontado no capítulo anterior, nos é interessante não somente para uma análise dos efeitos da alienação na relação entre o ser humano e o espaço; a ideia e os caminhos para a superação da alienação nos permitem vislumbrar outras formas de existência humana.

Ao olharmos a partir da retórica do conflito e da contradição, inerente ao método materialista dialético, é possível identificar um entrelugar que não rompe totalmente com a lógica da alienação, mas se inclina e se debruça em direção à desalienação - ou, mais especificamente, à transcendência da alienação na contradição da realidade. No mundo do capital atual, com sua lógica que tudo domina, brotam entre os paralelepípedos da tragédia estopins de insurgência, movimentos contínuos de práticas disruptivas e formas de trabalho emancipatórias. A emancipação, portanto, trata-se da emancipação do trabalho alienado.

No artigo *Sobre o conceito de emancipação humana em Karl Marx*, a partir da leitura de diversos autores, Matheus Maria Beltrame (2019) faz uma análise do que seria a emancipação na teoria marxista. Segundo o pensador, ela implica numa revisão do significado do trabalho para o ser humano e na abolição do proletário, de sua divisão e organização no sistema capitalista. Em outras palavras, a emancipação implica o rompimento com a forma que caracteriza o trabalho na modernidade.

Beltrame afirma ainda que Michael Löwy (2002) aponta que, em *Sobre a questão judaica*, a emancipação humana se estabelece a partir da supressão,

superação e transcendência de todas as formas de alienação que existem nos contextos de produção e de reprodução da vida - ou seja, na superação das formas de alienação nos contextos de produção social, de trabalho e de práxis (LÖWY, 2002, p. 97).

Para Beltrame, nos Manuscritos econômico-filosóficos, a emancipação humana está ligada diretamente à ideia do comunismo, uma vez que o mesmo representa a superação das condições de alienação:

O comunismo na condição de supra-sunção (Aufhebung) positiva da propriedade privada, enquanto estranhamento-de-si [...] humano, e por isso enquanto apropriação efetiva da essência humana pelo e para o homem. Por isso, trata-se do retorno pleno, tornado consciente e interior a toda riqueza do desenvolvimento até aqui realizado, retorno do homem para si enquanto homem social, isto é, humano. Este comunismo é, enquanto naturalismo consumado = humanismo, e enquanto humanismo consumado = naturalismo. Ele é a verdadeira dissolução (Auflösung) do antagonismo do homem com a natureza e com o homem; a verdadeira resolução (Auflösung) do conflito entre existência e essência, entre objetivação e auto-confirmação [...], entre liberdade e necessidade [...], entre indivíduo e gênero. (MARX, 2009, p. 105).

A totalidade do real é a morada da pluralidade das práticas sociais, é o espaço entre o "ser" e o "nada" em conflito, como já apontado no capítulo anterior. É o mundo do capital nos impondo em constância a lógica da produção alienadora, e é também o mundo do ser humano, da criação e da transformação. Nos entre ritmos da lógica alienadora do capitalismo, movimentos de emancipação e de autonomia na relação entre o ser humano e o trabalho se apresentam nas múltiplas formas de reprodução das relações sociais de produção. O repetitivo e o exaurido, pautados pela impossibilidade de uma completa e contínua alienação, possibilitam múltiplas formas de trabalhos, de usos do espaço e de práticas humanas.

Pautados pela base teórica da obra de Henri Lefebvre (1973), *A re-produção das relações de produção*, tomamos neste capítulo os apontamentos para um caminho utópico, mas não destacado da realidade e da possibilidade. A utopia existente e potente, e que se realiza ao mesmo tempo em que está prenhe de realizações ainda não concretizadas, será a base para a construção do nosso sujeito-

objeto. A reprodução aponta para a produção continuada, para o repetitivo e o igual, ao mesmo tempo em que aponta para a produção de novas formas, para o insurgente e o desigual. Esta é a máxima do materialismo dialético aplicado por Henri Lefebvre (2009) na teorização sobre a relação entre o espaço e a vida humana.

O espaço revela-se como uma dimensão primordial para esta reflexão, e, se, como apontou Carlos (2011), configura-se como condição, meio e produto da realização da sociedade, aqui, compreendemos este também como produção e reprodução das relações sociais de produção. Nesse contexto, a dimensão espacial emerge como um elemento crucial tanto para a alienação quanto para a desalienação. Fundamental para a produção e perpetuação das estruturas alienadoras inerentes ao capitalismo contemporâneo, contraditoriamente, é também o espaço para a emancipação e para a construção de uma vida mais digna: "A transformação da realidade e a construção de uma nova vida, mais plena e autônoma deve passar pelo espaço, pela produção de um novo espaço." (IMBROISI, 2022).

Movimentos sociais, coletivos ativistas e comunidades marginalizadas têm utilizado o espaço como ferramenta de contestação, reivindicando lugares de encontro, expressão e construção alternativa. A aspiração por uma transformação radical da realidade, a busca por um modo de vida mais significativo e autêntico, engloba, necessariamente, a concepção e a produção de um novo espaço. A criação de ambientes físicos e simbólicos que desafiam as normas opressivas e promovem a inclusão, diversidade e igualdade é um passo essencial para a imaginação de uma nova ordem social. Assim, a dimensão espacial transcende na contradição, tornando-se um meio ativo e dinâmico pelo qual a luta pela emancipação se desenrola. A construção de novas paisagens, onde as estruturas de poder são questionadas e redefinidas, representa uma manifestação tangível da busca por uma existência mais justa e menos alienada.

Compreendendo que as motivações e as realidades os movimentos são diferentes, pretendo colocá-los em diálogo com o que compreendemos como conceito de emancipação marxista. Ao propormos interpretar a ideia do espaço, ou a produção do espaço, como lugar e meio para a emancipação humana, é possível analisarmos diversos movimentos neste sentido. Movimentos de emancipação que, apesar de não romperem totalmente com a lógica da alienação capitalista, provocam momentos e práticas que a transcendem. Seja nos principais centros urbanos ou em pequenas províncias, por milhares de pessoas reunidas ou por práticas individuais,

o ser humano se mostra potente e criativo diante da lógica alienadora da produção capitalista do espaço. A este ser humano, múltiplo, não estático e desigual, daremos o nome de "sujeito criativo", capaz de transcender os determinismos biológicos, as "naturalidades" e "normalidades". Um sujeito criador de mundos.

Interessa-nos, aqui, pensar este ser que é em si mesmo uma contradição, que se autoproduz a partir da atividade criativa, mas que não é o que ele mesmo produz. (LEFEBVRE, 2009, p 136). Neste vir-a-ser, o sujeito criativo constrói formas disruptivas de habitar o mundo do capital. Traçam-se caminhos para viver a vida de maneira mais humanizada e emancipada, de acordo com os desejos e as potências do ser. Por meio do seu movimento criador, a desalienação passa a povoar os imaginários e as práticas espaciais, espaços passam a ser geridos e produzidos em direções e por motivos que não são os da lógica assalariada. Espaços autogestionados, organizados de forma coletiva, que tem como objetivo a reunião, a troca e a comunhão. Espaços destinados para a arte, para o lazer, que provocam novas formas de relações sociais e outras formas de ver o mundo.

Antes que se possa caminhar com as reflexões, é importante ressaltar que a atribuição de "sujeito criativo" se trata de uma escolha metodológica para trabalhar com os nexos aglutinadores dos diferentes sujeitos sob a lógica do capital. Não pretendemos homogeneizar ou ignorar as questões de raça, gênero ou classe, fortemente presentes em movimentos de luta e de resistência. Não se pretende, no âmbito desta dissertação, dar conta dessas questões, e, sim, abordá-las como parte integrante das lutas desalienadoras, por uma variedade de direitos a partir do desejo de uma produção do espaço mais justa e menos desigual.

4.1. O sujeito criativo

O sujeito criativo é o ser contraditório, em eterno conflito. Sujeito da prática social, do movimento de reprodução das relações sociais de produção, da práxis do cotidiano e dos rompantes momentos da história. O sujeito criativo se autoproduz a partir da contradição. Em intrínseca relação com o espaço, e vice-versa, o sujeito criativo produz e reproduz as estruturas e lógicas do capital. Se autoaliena e a partir do trabalho alienado, faz parte da construção de um lócus alienante e alienador.

Movimentando-se contraditoriamente, este mesmo sujeito é capaz de se realizar criativamente, transformando lógicas, irrompendo limites. Por ser o sujeito

da prática criativa, é também produtor e reproduzidor de relações sociais que superam o existente. O sujeito criativo é também o fazedor de relações sociais e práticas emancipadoras e insurgentes.

É o ser humano, que dá vida ao movimento de produção do capital a partir do trabalho. Produz mercadorias, troca a sua força por salário, se autoaliena. Contraditoriamente, o sujeito criativo é o ser que, na reprodução das relações sociais de produção, abre possibilidades para algo outro. Alienado, alienador e, ao mesmo tempo, desalienado e desalienador. O sujeito criativo está entre o "ser" e o "nada", é a transcendência, o *Aufhebung* pautado na dialética.

A contradição nos é interessante por suas impossibilidades criadoras de rompantes, de quebras e de dobras. A continuidade perpétua de lógicas e repetições não é possível e nem garantia da contradição. O que nos interessa, portanto, são as consequências dessas quebras e de suas impossibilidades: as descontinuidades do mundo do capital produzem e reproduzem o sujeito criativo. Aqui, portanto, fazemos um caminho diferente do segundo capítulo. Centramos o nosso olhar para as irrupções, para as diferenças que vão além da alienação. Se em um primeiro momento analisamos a alienação, aqui, o sujeito criativo abre espaços para a análise da desalienação.

Nesses termos, iremos olhar para o sujeito criativo que está presente na arte, na luta, nos corpos, no percebido, no vivido, e no espaço. No grito de "BASTA!", no grito de "NÃO". O sujeito que faz barulho, que incomoda, e também o sujeito que muitas vezes passa despercebido. O que é invisível, mas que provoca e deixa a sua marca. O sujeito criativo concreto, que está nas ruas, ao mesmo tempo em que está por acontecer. O sujeito virtual, o possível-impossível, e o que está para nascer.

Para a reflexão sobre o sujeito criativo nos parece inevitável o diálogo com o ser humano idealizado, o super-homem nietzschiano, o homem total dos *Manuscritos de 1844* de Marx (2009), ou a sua projeção realizada por Lefebvre (2009) no livro *Materialismo Dialético*. Todos eles apontam para um ideal, uma finalidade, ou para uma direção que guia a caminhada em direção a desalienação. Essas representações seriam o homem completo e final, "total", desalienado, apesar de a natureza ou a essência do homem nunca ter se manifestado em uma forma social: a alienação nunca foi totalmente superada.

Ponderamos neste momento que nesta presente dissertação abordamos o "homem total" para pensarmos e construirmos o que se pretende aqui como "sujeito

criativo". O "sujeito criativo" não é "total" e não se assemelha com as referências supracitadas. Por estar em movimento, ele está "por se fazer", em constante movimento, representando um processo e por isso, não é cabível de ser total, totalizante ou totalizado. O "total", como nos referimos, aponta para um horizonte de interpretação, uma referência para a construção do objeto da presente dissertação.

Para Nietzsche (2003), o super-homem é o modelo de ser humano ideal para elevar a humanidade. Uma proposta para a superação do homem a partir de uma força oriunda do próprio indivíduo. Pautado na moral e na ética, o super-homem nietzschiano é um conceito complexo, o qual não pretendemos explicitar na presente pesquisa. O apontamento é válido simplesmente por diversos autores e estudiosos de Lefebvre indicarem múltiplas influências diretas do pensamento nietzscheano na obra do autor francês.

O super-homem nietzschiano nos parece dialogar com o conceito de sujeito criativo, tal qual o "homem total" como analisado por Henri Lefebvre. No artigo *Lefebvre leitor de Nietzsche: tragédia e alienação na produção do espaço e na crítica da vida cotidiana*, Bruno Fernandes (2022), aponta que Christian Schmid (2012) e Andy Merrifield (1995) sugerem que há uma herança inegável da filosofia de Nietzsche na obra de Henri Lefebvre. Em termos gerais, segundo Stuart Elden (2004), essa influência pode ser percebida na forma como Lefebvre compreende as categorias de tempo, espaço e história. Esse movimento se reflete na formulação lefebvreviana sobre "the total man", ou em tradução livre, "o homem total".

Resgatando o potencial de superação da alienação a partir das capacidades e potencialidades humanas, e em diálogo com os Manuscritos Econômico Filosóficos de Marx, Henri Lefebvre atribui ao homem total um horizonte a ser seguido. Segundo ele, o homem desalienado, o homem total é "mundos à parte do homem econômico ou homo faber realmente existente" (LEFEBVRE, 2009, p. 22). Desvencilhado das mediações de segunda ordem, que negam a potencialidade do ser humano, o homem total se constrói como uma concepção fundamental para as possibilidades de humanização do homem.

Inicialmente elaborado por Marx, o conceito de homem total está calcado na noção de produção marxiana. O homem total marca a completude da essência humana no ser, impossibilitada pelas cisões das alienações. A partir de Lefebvre (2009 e 1973), a noção de homem total permite pensar a totalidade social a partir

de novos vieses. Somada à concepção revolucionária da atividade, como elaborada por Marx, a contradição do processo repetitivo do ser humano possibilita aberturas para o possível a partir da construção e desconstrução de novas relações sociais.

The total man is the living subject-object, who is first of all torn asunder, dissociated and chained to necessity and abstraction. Through this tearing apart, he moves towards freedom; he becomes Nature, but free. He becomes a totality, like Nature, but by bringing it under control. The total man is 'de-alienated' man. (LEFEBVRE, 2009, p.150)¹⁵

O sujeito criativo, como propomos, não é "total" e muito menos "totalmente" desalienado. Potente a partir da sua capacidade de criar, de produzir, de trabalhar, o sujeito criativo se mantém a força matriz da autoalienação. Em seu movimento de realização, em suas relações sociais e na rotina da existência, o ser humano pautado pela lógica de produção do capital se autoaliena em relação ao que ele mesmo produz. Vimos isso de forma mais detalhada no capítulo anterior. Entretanto, a autoalienação não é absoluta, nem tudo, exclusivamente é pautado e conduzido por ela. Da mesma força em que a alienação é continuada e reproduzida pelas relações sociais de modo geral, formas diversas de relações sociais, de ações e produções a acompanham, abrindo caminhos para a emancipação do trabalho.

O sujeito criativo não é emancipado, nem desalienado. Ele é a possibilidade-impossível desses adjetivos. O sujeito criativo é a contradição que se movimenta para novas relações sociais não alienadas:

In the first place man's essence is an abstract possibility: an eternal split or separation. It seems as if this essence has, as yet, only an ideal, metaphysical existence. But each problem posed by a contradiction calls for its solution, moves towards that solution, determines an activity that will transcend it and thus posits a fresh degree of actuality for the human essence. (LEFEBVRE, 2009, p.137)¹⁶

¹⁵ O homem total é o sujeito-objeto vivo que, antes de mais nada, é dilacerado, dissociado e acorrentado à necessidade e à abstração. Por meio desse rompimento, ele se move em direção à liberdade; ele se torna a Natureza, mas livre. Ele se torna uma totalidade, como a Natureza, mas colocando-a sob controle. O homem total é o homem "desalienado". (LEFEBVRE, 2009, p.150, tradução nossa).

¹⁶ Em primeiro lugar, a essência do homem é uma possibilidade abstrata: uma divisão ou separação eterna. Parece que essa essência tem, até o momento, apenas uma existência

As mobilizações de interpretação e de significação do sujeito criativo tem como objetivo o resgate da parte essencial do ser humano, dotado de potencialidade criativa frente a atualizações contemporâneas das formas de alienação. Seja via aparato estatal ou via "modernização" neoliberal. A centralidade nas análises espaciais nos interessam por irem em direção a uma análise radical possibilitada pelo materialismo dialético.

O espaço, ou melhor, a produção do espaço se apresenta como central para a emancipação da sociedade e abertura para a realização do sujeito criativo. A partir de uma perspectiva ampliada da produção do espaço, compreendemos que ao mesmo tempo em que os processos capitalistas provocam a produção desigual dos espaços, com base em uma estrutura racista e patriarcal; reconhecemos também a produção de espaços diferenciais construídos socialmente, a partir de usos insurgentes de (re)existência.

O sujeito criativo, portanto, não tendo uma identidade única, é aquele que, nas brechas, apresenta movimentos de contestação ao que está posto. Sendo condição inerente ao sistema capitalista e presente desde seu início, o sujeito criativo, ao longo da última década, tem se manifestado em um mundo altamente tecnologizado, o que torna suas demandas amplamente midiaticizadas. Por meio da internet, das redes sociais, de vídeos e tweets, as ações e as reações de insurgências e utopias são capazes de chegar a um número cada vez maior de pessoas em diversos lugares e espaços do mundo.

Há pouco mais de 10 anos, por exemplo, na mesma esquina do maior centro mundial da economia do mundo, o movimento Occupy Wall Street mobilizou milhares de pessoas nas ruas de Nova Iorque (e em outras localizações do mundo) na luta contra a desigualdade econômica e social com o objetivo de manter uma ocupação constante. Tanto as mídias independentes quanto a grande mídia chamaram a atenção para este movimento, apontado como uma marca na luta anticapitalista. Conhecido pela hashtag #ows, o movimento não contava com uma liderança, assim como os Indignados na Espanha e a Primavera Árabe, em 2011 e 2010, respectivamente.

ideal e metafísica. Mas cada problema colocado por uma contradição exige sua solução, move-se em direção a essa solução, determina uma atividade que a transcenderá e, assim, postula um novo grau de atualidade para a essência humana. (LEFEBVRE, 2009, p.137, tradução nossa).

Tais movimentos representam exemplos de ações dotadas de potência criativa, que, ao criticarem, se rebelarem e reivindicarem a produção de novos espaços promovem formas de relações sociais aproximadas da emancipação do trabalho e da desalienação. O ato de ocupar espaços, dar vida a vozes muitas vezes oprimidas, colocar em movimento novas formas de gestão e de produção espacial aproximam os seres humanos das suas próprias criações e potencialidades.

O espaço (e a produção do espaço) se apresenta como um elo fundamental entre o ser humano e aquilo que ele mesmo produz. As manifestações, como exemplo, apontam para realizações desalienadas e desalienadoras do trabalho ao aproximarem o produtor e o produto a partir da criação de espaços que se tornam meios e condições para a realização dos desejos e necessidades do sujeito criativo.

Apesar de muitas vezes não haver nenhuma mudança radical ou prática em vista, nenhuma "vitória" iminente a partir das reivindicações do Occupy Wall Street, por exemplo, novas ou outras práticas sociais, imaginários, redes de grupos, relações sociais e vínculos com o espaço (aquilo que é produzido) e com a própria potência criativa e criadora dos sujeitos criativos passa a ganhar forma, força e a ser compartilhada e posta em prática. Nesse movimento podemos encontrar a transcendência da alienação.

O início da década de 2010, como se viu, ficou marcado na história como um momento de intensa mobilização de massas em grandes centros urbanos ao redor do mundo. Não se trata de explicar, ou muito menos apontar possíveis causas para esse fenômeno político-social. O fato é que grandes multidões, com causas heterogêneas, ocuparam os espaços públicos com demandas para uma realidade mais de acordo com as suas necessidades e desejos.

No Brasil, em junho de 2013, milhares de pessoas foram às ruas como forma de contestação. As *Jornadas de Junho*, como são chamadas, foram realizadas por milhares de pessoas, simultaneamente, em mais de 500 cidades do país. Sem uma demanda única e sem bandeiras específicas puxando tal mobilização, no encontrar do espaço novas formas sociais se tornaram possíveis. Novas relações sociais, experimentações de usos do espaço para além do capital e a resignificação do mesmo foram sentidas e vividas. A Avenida Presidente Vargas, principal avenida do Rio de Janeiro que liga o Centro da cidade à Zona Norte, não é mais a mesma para as milhões de pessoas que estiveram presentes nas manifestações. O espaço

dessa ampla e histórica avenida foi tomado e utilizado pelo sujeito criativo como produto, condição e meio de relações sociais díspares da lógica do capital.

Figura 3 - Manifestantes na Avenida Presidente Vargas em Junho de 2013.



Fonte: Pablo Jacob/Agência O Globo - 20/06/2013

Ao considerar as Jornadas de Junho como um exemplo paradigmático de manifestações que personificam o sujeito criativo, é imperativo ponderar sobre sua complexidade intrínseca. Nesse contexto, a análise crítica não pode ignorar a dualidade de sua influência. Apesar desses eventos representarem espaços de produção de resistência e expressão criativa, é imprescindível reconhecer sua outra face, especialmente ao considerar o impacto do movimento nas esferas políticas. Tomando como referência o livro "*Amanhã Vai Ser Maior*" de Rosana Pinheiro Machado, observa-se que as manifestações não foram apenas catalisadoras de um desejo coletivo por mudanças, mas também foram instrumentalizadas como justificativa para processos políticos controversos, como o impeachment da então presidenta Dilma Rousseff (visto por alguns como um golpe). Isso nos conduz a uma necessária ponderação: embora essas manifestações tenham representado um

ideal de superação e de criatividade, acabaram por ter efeitos contrários aos desejados. O reconhecimento dessa dualidade é crucial para uma compreensão mais abrangente e matizada dos eventos que moldaram as Jornadas de Junho e suas implicações mais amplas.

O ano de 2013 continua sendo percebido por diversos pesquisadores de movimentos sociais como um momento histórico marcado pelas reivindicações urbanas que utilizaram as ruas e o espaço público como meio de luta e emancipação. O Movimento Passe Livre (MPL) assina um texto, redigido coletivamente por seus membros, intitulado "Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo". O conteúdo aborda as motivações e as continuidades das revoltas de junho de 2013. Em suas palavras:

Os bondes virados, os trens apedrejados, os ônibus incendiados, os catracas, os muros "pichados" com as vozes das ruas, as barricadas erguidas contra os sucessivos aumentos das passagens são expressão da digna raiva contra um sistema completamente entregue à lógica da mercadoria. Num processo em que a população é sempre objeto em vez de sujeito [...] (MPL-SP, 2013, p.13)

As Jornadas de Junho representam, portanto, múltiplos sujeitos criativos e suas indignações. Neste caso, o Movimento aponta que junho de 2013 foi desencadeado pela luta organizada do MPL-SP (2013, p.14) contra o aumento das tarifas dos meios de transporte: "A indignação popular represada no interior do transporte coletivo fomentou uma dinâmica de luta massiva que escapava a qualquer forma previamente estabelecida".

O teor explosivo das manifestações, indo além de assembleias horizontais, apontava para as contradições inerentes à produção do espaço sob a lógica do capital. A alienação se tornou visível e perceptível nas catracas do transporte, que representavam "uma barreira física que discrimina" aqueles que podem circular pela cidade, e os que não podem. E ainda, segundo o próprio MPL (2013, p.15): "O acesso do trabalhador à riqueza do espaço urbano, que é produto de seu próprio trabalho, está invariavelmente condicionado ao uso do transporte coletivo".

As revoltas de Junho, e demais manifestações anos antes, como a Revolta do Buzu, realizada em Salvador em 2003, em resposta ao aumento das passagens,

são exemplos de movimentos do sujeito criativo contrários ao processo alienador inerente ao capitalismo. Práticas insurgentes, produzem de forma desalienante relações sociais que além de indagar, incomodar e criticar certas mazelas do movimento do capital, criam embriões emancipatórios. Segundo o Movimento Passe Livre (2013), "a Revolta do Buzu exigia na prática, nas ruas, um afastamento dos modelos hierarquizados; expunha outra maneira, ainda que embrionária, de organização." Provoca-se assim, movimentos de desalienação a partir da luta de reapropriação do espaço urbano. Destaca-se também que tal espaço é produto dos próprios sujeitos. Nesse processo de luta e revolta criativa, a emancipação do ser e do trabalho se encontram nas ruas.

A cidade é usada como arma para sua própria retomada: sabendo que o bloqueio de um mero cruzamento compromete toda a circulação, a população lança contra si mesma o sistema de transporte caótico das metrópoles. Nesse processo, as pessoas assumem coletivamente as rédeas da organização de seu próprio cotidiano (MPL-SP, 2013, p.15).

Figura 4 - A Revolta do Buzu, realizada em Salvador, em 2003.



Fonte: Marcelo de Troi (2003)

O sujeito criativo se destaca nas múltiplas formas de insurgência, criando formas de uso do espaço, e espacializando propostas para uma realidade mais de acordo com os seus desejos. Multifacetado e a partir de diversas formas de ação, as

manifestações de 2013 não podem ser lidas a partir de uma única linha narrativa. O sujeito criativo é múltiplo e fechá-lo em uma só forma vai contra o movimento de retomada da potencialidade humana.

O espaço da praça, os terminais rodoviários, a esquina da rua Wall Street, o ponto de encontro marcado, a avenida central da cidade e muitos outros espaços físicos, imaginários ou subjetivos, se aproximam em suas formas e usos das essências do ser humano durante as manifestações. E até mesmo depois, a partir dos espaços de memória, como a Praça de Maio, em Buenos Aires, ou a Praça Tahrir, em Cairo, no Egito; ou a Praça Tiananmen, na China. Os acontecimentos, as manifestações, as resistências, provocam reflexões, "acordam" o sujeito alienado e nas brechas, desaliena.

"Do que eles estão reclamando?" "O que estão fazendo?" "Veja o que está escrito no cartaz!". A potência criativa induz a reflexão e a ação para além dos próprios sujeitos que as realizam. O fato de as relações sociais produzirem os espaços, e os espaços produzirem e reproduzirem as relações sociais permite o espraiamento das potências criativas (insurgentes) presentes nas manifestações. No questionamento e no incômodo, a desalienação se apresenta.

Nesse contexto, Holloway ao falar do movimento Zapatista, aponta:

?Qué hacemos con el suspiro de la criatura agobiada? No le prestamos atención? ?Lo condenamos como algo reaccionario? ?O lo respetamos como un suspiro en contra de la opresión? Respetar no en el sentido de no ponerlo en tela de juicio, sino en el de intentar entenderlo y, así, de ir más allá. El suspiro de los oprimidos, por confuso y contradictorio que sea, es, de modo inevitable, el punto de partida de la lucha, la base de la esperanza, con vistas a un mundo mejor. (HOLLOWAY, 2009, p.21)¹⁷

O Movimento Zapatista no México representa um movimento social de massas de forte base indígena. Com 10 anos de atuação na clandestinidade e 23 anos de atuação pública, o neozapatismo traz consigo um potencial revolucionário enraizado em mitos, tradições e imaginários. Com suas raízes nas tradições culturais pré-colombianas e sua resistência ao cristianismo, o movimento utiliza a força da

¹⁷ O que fazemos com o suspiro da criatura sobrecarregada? Não damos atenção a ele? Nós o condenamos como reacionário? Ou o respeitamos como um suspiro contra a opressão? Respeitamos, não no sentido de não questioná-lo, mas no sentido de tentar entendê-lo e, assim, ir além dele. O suspiro do oprimido, por mais confuso e contraditório que seja, é inevitavelmente o ponto de partida da luta, a base da esperança, por um mundo melhor. (HOLLOWAY, 2009, p.21, tradução nossa).

tradição para enfrentar a modernização imposta pelo Estado e aponta a lógica do capital e do lucro acima da vida como uma Tormenta que precisa ser superada. O Neozapatismo luta contra os "mitos" do capital, apresentando-se como uma dissidência contra o neoliberalismo e apontando para o reencantamento do mundo através da magia, mitos, utopias, poesias e entusiasmo.

Tal movimento dialoga fortemente com o sujeito que propomos analisar e refletir ao trazer de volta a esperança na possibilidade de uma outra sociedade. Ao mesclar o guevarismo com o indigenismo, as ideias e estratégias de resistência do Neozapatismo têm repercussões para além da cidade de Chiapas, no México, onde o movimento se originou e se fortaleceu.

A data de 1º de janeiro de 1994, quando San Cristóbal de las Casas, Chiapas, foi tomada pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), marca um ponto crucial na história. As ruas foram bloqueadas, prédios governamentais foram ocupados, e confrontos diretos com as forças militares ocorreram. Esse levante é uma expressão de resistência contra a pobreza e a exclusão, buscando a redistribuição de terras e a autogestão da vida campesina.

O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), que lutou contra as máximas do capital através da luta armada, reflete um compromisso profundo com a emancipação de seus companheiros, especialmente das mulheres indígenas e camponesas em Chiapas. Desde sua criação, o EZLN mantém uma luta por direitos e desenvolvimento, com um foco contínuo na construção da autonomia.

Mais recentemente, em 2014, o movimento zapatista anunciou uma nova etapa, marcada pela construção de espaços autônomos onde podem construir e viver de acordo com suas próprias crenças e critérios. A "morte" simbólica do Subcomandante Marcos e a ascensão do comandante Gallian marcam um momento de renovação geracional dentro do movimento, trazendo um novo ímpeto para sua luta contínua por autonomia e mudança.

A relação dos movimentos com o espaço cria raízes e deixam sementes, fazendo com haja uma continuidade dos seus efeitos nas relações sociais que produzem e reproduzem o espaço social. O fortalecimento da autodeterminação provocado pelo movimento passa, inevitavelmente, pelo aumento do poder que os povos indígenas mexicanos exercem sobre os seus territórios, indicando um movimento de emancipação, logo, de desalienação.

A territorialização do movimento zapatista se dá por meio dos Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas (MAREZ). Sua organização se estabelece a partir de diferentes escalas geográficas marcadas pelos níveis comunitários, municipais e regionais. Para cada nível, ou "zona" são criadas assembleias e eleitas autoridades para a deliberação de propostas ou decisões para fins comuns.

Essas "zonas" ou "caracóis", como também são chamadas, representam um espaço de encontro político, cultural e deliberativo entre os membros do movimento e a sociedade civil como um todo. Cozinhas coletivas, quadras de esporte, cooperativas, galpões, rádios comunitárias, clínicas de saúde, escolas autônomas e estruturas para hospedagem compõem os espaços produzidos pelo movimento em seus MAREZ. Espaços que, ao serem produzidos e geridos de maneira autônoma e desviante da lógica do capital, representam espaços para a realização do trabalho desalienado.

Atualmente, segundo a reportagem produzida pelo jornal Outras Palavras, em agosto de 2019, uma nova expansão da autonomia foi anunciada com a criação de quatro novas comunas autônomas e sete novos conselhos de bom governo. O artigo aponta que "no total, a zona de influência zapatista se estende sobre um território equivalente ao da Bélgica (cabe precisar que ali coexistem zapatistas e não zapatistas)".

A amplitude, a persistência e a radicalidade do movimento tornam o movimento zapatista um exemplo emblemático de autogoverno popular. Segundo Baschet (2022), estima-se que 500 escolas primárias funcionavam em 2008, nas quais 1300 professores trabalhavam com cerca de 16 mil estudantes. "Nessas escolas, o aprender faz sentido, pois se enraíza na experiência concreta das comunidades, além de permitir o compartilhamento da luta pela transformação social.", destaca a matéria.

A produção do espaço zapatista, com formas e modelos organizativos específicos, é essencial para a sustentação de um modelo de vida dissidente zapatista, pautado na desalienação e na abertura para uma razão de viver distanciada do lócus do dinheiro e do lucro. Nesse exemplo, a emancipação dos sujeitos criativos se dá a partir da finalidade da produção, que caminha em direção a construção de uma vida mais digna e não mediada pelo capital. Dentre os diversos exemplos de formas de relações sociais desalienadas produzidas pelos zapatistas, a economia desmonetizada e o fim do salário é um dos fatores principais de

transformação e criação de um novo mundo. A partir de diferentes modalidades de troca, organizações de produção em formato de cooperativas, as tarefas coletivas constituem o modo de vida autônomo sem recorrer ao trabalho assalariado e alienado, característico da sociedade capitalista.

Figura 5 - Placa indicando governo zapatista em caracol na região de Los Altos, em Chiapas. O lema “Para todos, tudo, nada para nós” é um chamado à autogestão e à coletividade.



Fonte: Catálogo Visual Search

Ainda dialogando com a proposta de analisar os movimentos de desalienação produzidos pelo sujeito criativo, não podemos deixar de abordar os movimentos que ocorreram recentemente no Chile. Movimentos sociais ganharam grande destaque e influência, deixando marcas profundas nas ruas e na sociedade. Em Santiago e em diversas cidades do país, uma onda de mobilização e lutas sociais ganhou força, culminando em uma série de eventos históricos que abalaram o país. Essas mobilizações foram impulsionadas por um conjunto de fatores, desencadeados por problemas locais, nacionais e globais, que trouxeram pessoas de diversas esferas da sociedade para as ruas.

Mais de um milhão de pessoas ocuparam as ruas da cidade de Santiago em 25 de outubro de 2019. Marchas massivas rumaram em direção à emblemática Plaza Itália, ocupando as principais avenidas da capital. Esses movimentos apresentaram

semelhanças com outros movimentos horizontais e autônomos pelo mundo, como os "Indignados" de Madrid e Barcelona.

Figura 6 - Manifestação em Santiago, no Chile, em outubro de 2019.



Fonte: EPA

Os movimentos foram caracterizados por sua natureza horizontal e diversificada, reunindo pessoas de diferentes origens e motivações. Eles eram compostos por voluntários, membros de sindicatos, famílias, jovens, associações de bairro e organizações sociais. A mobilização era coordenada através de redes sociais e plataformas online, refletindo as características dos novos movimentos sociais do século XXI.

Uma das características marcantes desses movimentos foi a retomada dos espaços públicos. As praças e as ruas tornaram-se palcos de assembleias comunitárias, conhecidas como "cabildos ciudadanos". Nestes encontros, questões locais, nacionais e globais eram discutidas, abrindo espaço para propostas de convivência, reforma social e econômica e, principalmente, a demanda por uma assembleia nacional constituinte.

Os espaços públicos, como a Plaza Ñuñoa, tornaram-se locais de manifestações culturais, atividades para crianças, rodas de discussão e assembleias

populares. A cidade testemunhou experiências de autogestão e participação cidadã em toda a sua extensão, tanto nas áreas centrais quanto nas periferias.

A Plaza Italia e a Plaza Ñuñoa emergiram como símbolos de um mesmo processo "revolucionário". Enquanto a Plaza Italia se transformou no palco das manifestações políticas e desafiou as estruturas de poder, a Plaza Ñuñoa representou um espaço para a celebração e a construção de um novo cotidiano. Esses espaços se inserem em uma rede de relações que transcende a alienação, provocando uma aproximação direta dos sujeitos com os resultados das suas próprias ações (trabalho). A emancipação do trabalho é visualizada quando o produto final não tem fins mercadológicos, mas é realizado e possui finalidade de emancipação da própria sociedade.

Essa experiência de resistência, autogestão e construção de espaços de esperança marca um momento de repercussões duradouras na história do Chile. Esses eventos revelaram um desejo profundo da população de redefinir sua relação com a produção do espaço urbano, buscando a construção de uma cidade que permita a realização de uma vida digna, solidária e inclusiva.

A atuação dos sujeitos criativos vai muito além da ocupação dos espaços e da efetivação de novas formas de gestão espacial. A produção do espaço não é exclusivamente isso. O espaço, e a sua produção, por estar diretamente interligado com a reprodução das relações sociais de produção também engloba a efetivação de outras formas de trabalho como a produção artística.

A expressão do ser humano, independente de formato, duração ou tamanho, é em si mesma, uma relação social pelo simples fato do ser humano ter caráter social ontologicamente. Ligado a isso, a produção do espaço também se dá por múltiplas formas de ação, sejam elas a destruição, a construção, ou a ressignificação. Os símbolos e os ideais se transformam e a partir disso, o espaço e suas significações também.

A expressão artística faz parte da potência criativa dos sujeitos criativos. A arte, seja ela no formato audiovisual, plástica, literária, com o uso de tintas, grafites e "pichações", é capaz de manifestar descontentamentos e revoltas. Utilizada como uma forma de expressão do ser humano, as múltiplas dimensões da arte são também manifestos da desalienação colocados em prática pelos sujeitos criativos.

De múltiplas formas, cores e dimensões, o sujeito criativo a partir da efetivação do trabalho vai além da teia que o aprisiona a partir de ações

emancipatórias. No que diz respeito à arte, Henri Lefebvre destaca que essa forma de expressão caminha em direção ao Homem total:

Of all these strivings it is art which has retained the greatest value for us. The idea of the total man extends these strivings, but on to a positive and effectual plane. It contains within it the highest values of the past, especially art, as being a productive form of labour freed from the characteristics of alienation, and as being a unity of the product and the producer, of the individual and the social, of natural Being and the human being. (LEFEBVRE, 2009, p.153)¹⁸

O artigo digital *Como os manifestantes chilenos desenharam uma nova história a partir de antigos monumentos históricos* (tradução nossa) narrou as manifestações ocorridas no Chile em 2019 a partir de um viés interessante: o da arte. Dando enfoque no fotógrafo Camilo Vergara, com base em Nova York, o artigo aponta algumas fotos tiradas pelo profissional, que documentou alguns dos monumentos chilenos transformados ou "redesenhados" durante os protestos em massa. Essas manifestações iam desde raiva contra os ricos, a polícia e o tratamento dos Mapuches, até o apoio a feministas e veganos. Dessa forma, os monumentos tornaram-se murais de mensagens públicas, repletos de declarações e exigências sociais.

A autora do artigo, Winnie Lee (2020), identifica em meio às ocupações das praças públicas e ruas das principais cidades chilenas, formas de expressão insurgentes repletas de cores e significados. Se em um primeiro momento alguns dos antigos monumentos históricos foram construídos e erguidos para celebrar e consagrar memórias da ditadura chilena, hoje, em forma de crítica e contestação, os sujeitos criativos produzem a partir de seus trabalhos novas memórias e significados ao aplicarem tintas e sprays sobre os monumentos.

A partir das expressões em formas de pichações ou grafites, o espaço passa a ser produzido de uma outra maneira, pautada pelas ações de descontentamento e

¹⁸ De todos esses esforços, foi a arte que reteve o maior valor para nós. A ideia do homem total amplia esses esforços, mas em um plano positivo e efetivo. Ela contém em si os valores mais elevados do passado, especialmente a arte, como sendo uma forma produtiva de trabalho liberada das características da alienação, e como sendo uma unidade do produto e do produtor, do indivíduo e do social, do Ser natural e do ser humano. (LEFEBVRE, 2009, p.153, tradução nossa)

crítica. Ao mesmo tempo em que a produção do espaço passa a produzir um outro espaço, novas formas sociais, novas memórias e simbologias ganham vozes entre as pessoas que por ali passam, ou até mesmo que tenham acesso à fotos ou às notícias do ocorrido.

O artigo aponta ainda que, ao longo dos três meses do estopim social no Chile, que colocou a institucionalidade do país em xeque exigindo reformas profundas, pelo menos 329 monumentos públicos foram danificados pelos manifestantes. Especialmente em cidades como Santiago e Valparaíso, as esculturas em ruas, avenidas e praças foram transformadas em grandes murais de proclamações e demandas sociais das mais variadas. As obras quase desapareceram sob dezenas de pichações, grafites de aerossol ou elementos colados. Algumas foram deformadas e rachadas. A expressão artística e ação reivindicatória ganharam vida nas paisagens urbanas do Chile.

A Praça Baquedano, conhecida popularmente como Plaza Italia, que passou a ser chamada de Plaza de la Dignidad (Praça da Dignidade) de forma não oficial, foi completamente redesenhada pelos manifestantes. A estátua de bronze, antes monótona, foi inundada por cores e grafites, incluindo a palavra "feminismo" pulverizada sobre o ventre do cavalo. Durante os protestos civis, muitos outros monumentos receberam o mesmo tratamento, transformando esses símbolos tradicionais, por vezes ignorados, em algo entre protesto, grito de indignação e arte pública colaborativa.

Figura 7 - Manifestantes transformam monumentos em marcos emblemáticos e simbólicos de contestação.



Fonte: Camilo Vergara

Em Puerto Montt, uma cidade localizada ao sul do Chile, uma estátua intitulada *Sentados frente al Mar* na Avenida Costanera, passou a simbolizar a revolta dos manifestantes. Os olhos dos amantes foram pintados de vermelho, como um lembrete dos mais de 220 manifestantes que perderam um olho para balas de borracha disparadas pela polícia durante as manifestações de 2019. Além disso, os rostos da estátua foram parcialmente cobertos por máscaras pretas que lembram as usadas pelos manifestantes. Além dos olhos ensanguentados, eles têm feridas de balas de borracha em seus corpos e o braço da mulher traz a inscrição "Não há dinheiro para comprar pão". Indagado sobre a sua opinião sobre as alterações realizadas na estátua pelos manifestantes, o escultor Robinson Barria expressou o desejo de que a mesma permaneça grafitada.

Figura 8 - Estátua "Sentados frente al Mar" grafitada pelos manifestantes.



Fonte: Camilo Vergara

Como antes pontuado, o sujeito criativo se apresenta em múltiplos formatos e dimensões, afinal, não é apenas nos movimentos e expressões exemplificadas anteriormente que processos de desalienação se manifestam. Mobilizações comunitárias e a produção e reprodução de espaços autogestionados podem também ser considerados como manifestações desalienadoras por estarem construindo e efetivando relações sociais para além da lógica do capital e da mercadoria. Ou seja, para além da lógica da autoalienação produtiva imposta.

Podemos dizer, portanto, que tais formas de produção do sujeito criativo elaboram movimentos contrários à alienação. Talvez não de forma efetiva e real, mas sim virtual e em potencial. Tais movimentos criam novas relações sociais e assim, novas possibilidades se abrem, afinal, “as pessoas devem ser capazes de se retirar do processo de trabalho imediato em que antes atuavam como peças, e controlá-lo de cima” (POSTONE, 2014, p. 49)

A pandemia de COVID-19 trouxe impactos significativos devido às políticas de isolamento social, resultando na intensificação de crises, como a fome, entre outros. Como mencionado por Kauan Lunardon (2022): "se a condição atual

presentifica e aumenta os impactos da fome, o possível compreendido pela prática coletiva das cozinhas é o matar a fome de quem não tem o que comer."

Nesse contexto, surgiram insurgências de cozinhas comunitárias que assumiram a responsabilidade de distribuir marmitas para pessoas em situação de vulnerabilidade, especialmente para a população em situação de rua. Essas ações foram realizadas e mantidas pelo Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), e um exemplo notável é o coletivo Marmitas da Terra.

Segundo Lunardon (2022), o coletivo Marmitas da Terra teve sua origem como uma iniciativa do núcleo de Curitiba do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Inicialmente, servia como apoio à cozinha do MNPR, mas posteriormente estabeleceu um dia autônomo de funcionamento, às quartas-feiras. Mais tarde, o coletivo encontrou um espaço próprio no centro de formação urbano-rural Irmã Araújo (CEFURIA).

Figura 9 - Cozinha do Marmitas da Terra, no CEFURIA.



Fonte: Kauan Lunardon, 2021.

Essas cozinhas comunitárias não apenas forneceram alimentos, mas também possuíam um potencial transformador da realidade socioespacial da cidade. Através da mobilização coletiva nas atividades de preparo e distribuição de alimentos,

outras ações foram concebidas, como mutirões para o plantio de hortas e agroflorestas comunitárias em bairros periféricos, além da construção e manutenção de mais cozinhas comunitárias em diferentes locais.

Um dos desdobramentos notáveis dessas iniciativas é a Cozinha comunitária da União de Moradores e Trabalhadores do Bolsão Formosa, localizada no bairro Novo Mundo, região sudoeste de Curitiba. Essa cozinha tem uma característica distinta, pois está inserida no próprio território onde a comida é distribuída. Isso resulta em um vínculo mais sólido entre as pessoas que cozinham e aquelas que recebem a comida, conforme observado por Lunardon (LUNARDON, 2022 p. 16). Podemos dizer, portanto, que a mediação de segundo grau, que provoca o distanciamento do ser humano em relação ao produto que ele mesmo produziu é reduzida nessa estrutura. Aqueles que produziram as comidas tinham contato direto com aqueles que a recebiam, de maneira menos abstraída como é apresentado na mediação de segunda ordem. Nesse caso, portanto, o trabalho não é efetivado como mero "fato material" e é apreciado como ação humana de produção.

Lunardon (2022) também destaca que durante a pandemia de COVID-19, diversos outros coletivos e organizações sociais se envolveram na produção e distribuição de alimentos. Essas ações não apenas modificam temporariamente os espaços públicos, como as praças, mas também trouxeram à tona a análise das práticas espaciais promovidas pelas cozinhas comunitárias.

A atuação dessas cozinhas comunitárias vai além da simples distribuição de alimentos. Ao se inserirem nos espaços públicos por meio da produção e distribuição de marmitas, elas proporcionam um uso diferenciado, indo além da lógica de troca de valores. Dessa forma, essas práticas espaciais têm o potencial de sugerir a construção de novas formas de sociabilidade, aponta Lunardon (2022).

A correlação entre o espaço produzido e expresso nas suas formas tem relação direta com o modo de vida. Dessa forma, a produção de espaços que vão mais de acordo com o que se imagina e pretende-se como uma vida mais digna e menos alienada passa diretamente pela produção de novos espaços, como é efetivado, por exemplo, pelas cozinhas comunitárias. Práticas espaciais, ao produzir modos de fazer comum, guardam o potencial para propor a construção de novas formas de sociabilidade desalienadoras.

Uma revolução que não produz um espaço novo não vai até o limite de si própria; ela fracassa; ela não muda a vida; ela só modifica superestruturas ideológicas, instituições, aparelhos políticos. Uma transformação revolucionária se verifica pela capacidade criadora de obras na vida cotidiana, na linguagem, no espaço, um não acompanhando, necessariamente, o outro, igualmente (LEFEBVRE, 1991, p. 54).

Um movimento similar ocorre nos projetos de hortas urbanas comunitárias que, ao se realizarem, efetivam a construção de meios de reapropriação e gestão coletiva do espaço. Para Mateus Siniscalchi (2020, p.7), mestre em geografia e voluntário de hortas urbanas comunitárias, esses projetos

[...] semeiam o comum como um importante horizonte político na luta por uma produção do espaço mais justa, cooperativa e fraterna. [...] São mudanças protagonizadas por uma multidão de cidadãos que questionam os imperativos do Estado neoliberal ao reivindicar o direito de usar, ocupar e governar a urbe de modo autônomo.

As hortas urbanas comunitárias estão presentes em diversos bairros do Rio (tais como, Centro, Lapa, Grajaú, Olaria, Cosme Velho, Laranjeiras, Flamengo, Urca, Lagoa, Barra da Tijuca e Vargem Grande), "plantadas" em terrenos baldios, favelas, praças, calçadas, fundações e até universidades públicas da cidade. Segundo Siniscalchi (2020, p.19), hortas urbanas comunitárias são aquelas localizadas nos espaços públicos da cidade e que são geridas de maneira compartilhada por um grupo de pessoas diversas.

A horta é comunitária porque é construída em conjunto e de modo voluntário, pressupondo a igualdade de acesso ao espaço e de decisão entre os diferentes sujeitos sociais que colaboram no projeto. Bem como, porque é aberta à participação da sociedade, envolvendo o direito de qualquer pessoa participar ativamente nos trabalhos que nela se realizam, de maneira horizontal, espontânea e democrática.

Estas hortas se constituem como construções sociais coletivas que subvertem a lógica da propriedade privada ao produzirem de forma coletiva e com

a distribuição dos alimentos entre todos. A quebra da lógica do privado em prol do comum é um terreno fértil para o trabalho emancipado e desalienado, uma vez que "a propriedade privada é, portanto, o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho exteriorizado, da relação externa [...] do trabalhador com a natureza e consigo mesmo" (MARX, 2009, p. 87) e ainda "a propriedade privada resulta, portanto, por análise, do conceito de trabalho exteriorizado, isto é, de homem exteriorizado, de trabalho estranhado, de vida estranhada, de homem estranhado" (MARX, 2009, p. 87).

No livro *Espaço e Política*, do teórico Lefebvre (2008), o mesmo aponta que a propriedade do solo se apresenta como uma forma de propriedade inerente às relações capitalistas de produção. É por meio da propriedade privada do solo que as relações sociais de exploração e dominação se mantêm pelo e no espaço. Dentro disso, a gestão coletiva do espaço implica a superação da propriedade privada do solo. Se a produção capitalista é dependente da propriedade privada, uma vez que a sua própria existência está fundamentada na propriedade privada dos meios de produção, Lefebvre (2008) ressalta que todo movimento ou projeto social que se pretenda autônomo ou revolucionário deve interrogar o nível atual das forças produtivas, seus limites e possibilidades.

Foto 10 - Mutirão na Horta Comunitária do Grajaú, localizada na Praça Edmundo Rego (Grajaú, RJ).



Fonte da imagem: Reprodução / Instagram: @hortadograjau)

A organização da produção, manutenção e cultivo da horta comunitária envolve a contribuição de cada um dos voluntários de acordo com o tempo, saberes e habilidades disponíveis. Pode ser que um membro possua conhecimento no cultivo de hortaliças, enquanto outro possua experiência na produção de compostos orgânicos para a nutrição do solo. Neste espaço de gestão coletiva os saberes e práticas são coletivizados assim como os resultados. Assim, como indica Siniscalchi (2020, p.147), "os resultados do trabalho, a hortaliça plantada e já pronta para colher, o fertilizante, o produto da composteira alimentada de maneira comunitária, tudo é de direito de todos, até mesmo dos que não são diretamente voluntários da horta."

Neste exemplo, a produção do espaço se caracteriza pela participação efetiva do grupo e pelas relações sociais ali contidas. Afetos, vivências e memórias ao mesmo tempo em que são a base para a produção espacial das hortas comunitárias, são também produto desse espaço de convivência.

A partir destas hortas, surgem novas “maneiras de fazer” repletas de proezas, espertezas, técnicas e travessuras – performances de uma arte de construir o espaço (e o tempo) em conjunto – que refletem toda a criatividade presente nestes projetos e que nos instigam a esmiuçar como o espaço público se transforma a partir destas dinâmicas. (SINISCALCHI, 2020, p.148)

Percebemos, portanto, a presença do sujeito criativo no desenvolvimento e continuidade das hortas comunitárias. A partir da produção criativa do espaço e da produção de novas formas de relação social semeadas e cultivadas nesses espaços, os sujeitos criativos efetivam trabalhos emancipados. De acordo com seus próprios desejos, experiências, trocas e necessidades, os voluntários da horta transformam a natureza com fins premeditados além de subverterem a lógica da propriedade privada do solo.

4.2. A emancipação

Os exemplos apresentados apontam, de múltiplas maneiras, para uma mudança estrutural, irreversível e inevitável na forma como as pessoas se relacionam, aprendem e consomem. As exemplificações não se esgotam nas apresentadas nesta dissertação. A negação da negação à uma vida digna, ou seja, o movimento contra aquilo que nega e aliena a emancipação, se encontra presente nas diversas formas de manifestação do sujeito criativo. Seja através das artes, das reivindicações nas ruas, por meio de organizações comunitárias e insurgentes.

São nas práticas sociais do dia a dia do sujeito criativo que a potência criativa dá movimento para a emancipação. Em diálogo com as "utopias experimentais", apontadas por Henri Lefebvre (2001), é possível identificar nas atividades dos sujeitos criativos experimentações que apontam para a desalienação dos mesmos. O conflito e a contradição estão postos na realidade do mundo do capital quando, entre os espaços homogêneos, de barreiras e limites, os referenciais implodem. Estas iniciativas representam um “convite à ação” (SANTOS, 2006)

Produto de uma violência, a revolta contra uma vida de privações, se apresenta como práticas criativas, criando possibilidades de usos e de vínculos

insurgentes com o espaço. Indissociável para uma perspectiva de emancipação social, a ideia de uma livre disposição espacial imaginativa destinada a transformar a partir de uma experimentação aberta gera infinitas possibilidades da forma espacial, permitindo a realização da potencialidade humana.

É claro que as diversas manifestações e exemplos apresentados de ações práticas dos sujeitos criativos geraram mudanças estruturais, leis mais dignas, transformações no espaço e na vida das pessoas. Entretanto, o que se pretende ressaltar aqui é a abertura para outras possibilidades. Isso é o mais valioso: a virtualidade como possibilidade de superar a privação do humano por ele próprio, o humano de sua obra.

As imposições do capital geram contestações, tais resíduos indicam funções renovadoras. Para Harvey (2014), a simples ideia de ter outra coisa que não está, é uma utopia. Dessa forma, se entendemos o espaço como uma construção social, logo, a produção do espaço terá de ser incorporada ao pensamento utópico. Em diálogo com Henri Lefebvre, David Harvey (2014, p.241) em seu livro *Espaços de Esperança* desenvolve o que ele conceitua como "utopismo dialético" ao mesmo tempo em que indica que: "Utopias proporcionam consolo por termos acesso, de certa forma, a uma região fantástica imperturbada em que podemos desenvolver nossos pensamentos longe das heterotopias perturbadoras, vazias e homogeneizantes."

Assim, a imaginação humana é capaz de nos libertarmos o suficiente das condições materiais e condicionais existentes para chegarmos a um conceito de uma alternativa. Harvey (2014), enxerga nas próprias pessoas uma potência capaz de mudar as coisas. A estratégia do sujeito criativo seria então utilizar, mesmo que inconscientemente, "a força da imaginação utópica contra todos os que dizem 'não existe alternativa'".

A simbólica nomenclatura de esperança dada ao espaço por Harvey (2014), simboliza a potencialidade dessa dimensão para a produção de um modelo de vida digno, criativo e incentivador das potências humanas. Se o espaço é produzido socialmente, logo, ele pode ser (re)produzido mais de acordo com os nossos desejos e necessidades.

Henri Lefebvre é considerado o pioneiro e precursor da emergência do espaço com esse componente libertador e emancipador. Apresentada por Lefebvre

(2002, p.16), a noção de transdução indica um método de estudo que analisa o que ainda não existe, mas é factível de acontecer.

Trata-se de uma hipótese teórica que o pensamento científico tem o direito de formular como ponto de partida (...). O conhecimento não é necessariamente cópia ou reflexo, simulacro ou simulação de um objeto já real. Em contrapartida, ela não constrói necessariamente seu objeto em nome de uma teoria prévia do conhecimento, de uma teoria de objetos ou de modelos. Para nós, aqui, o objeto se inclui na hipótese, ao mesmo tempo em que a hipótese se refere ao objeto. Se esse "objeto" se situa além do contestável (empírico) nem por isso ele é fictício. Enunciamos um objeto virtual, a sociedade urbana, ou seja, um objeto possível, o qual teremos que mostrar o nascimento e o desenvolvimento relacionando-os a um processo e uma práxis.

Através da lente de análise possibilitada pela transdução é possível ir além da dimensão imediata e compreender estes movimentos e exemplos citados enquanto potência de transformação socioespacial, que operam no limite possível/virtual. O método da transdução é importante para essa dissertação, portanto, por compreender "uma análise relacional entre dois pólos opostos de um par dialético" (LEFEBVRE, 1991). Assim, a alienação e o seu oposto dialético, a desalienação se tornam passíveis de serem analisadas como possibilidades que formam parte, dão sentido e orientam o presente, antecipando o que não é ainda, mas considerando-o experimentalmente, no terreno, com suas implicações, com suas consequências. (LOREA, 2013, p. 26).

Ao propor novas formas da organização da sociedade; através de um conjunto variado de técnicas, expressões e insurgências, provoca-se outras 'maneiras de pensar' o espaço público (CERTEAU, 2012), como processo de apropriação do espaço pelo sujeito criativo.

Os exemplos indicados nos apontam para ações imediatas e utópicas do sujeito criativo. Pensar nas possibilidades, nas projeções e implicações do sujeito criativo no espaço é identificar a emancipação humana a partir da produção espacial. As insurgências e as revoltas dialogam entre si como atividades revolucionárias, local onde coincidem a mudança de si e a mudança das condições sociais (LÖWY, 2002).

A efetivação das relações comunais, que estão diretamente ligadas ao compartilhamento de experiências e memórias comuns, se realizam no e pelo espaço. Produzem-se assim novas formas e arranjos espaciais que evidenciam o seu

potencial emancipatório e tornam visíveis novas possibilidades de realização da vida. Esta é a "força do lugar" (SANTOS, 2006).

Na contradição da totalidade, e do capital, o espaço ao mesmo tempo em que é o lugar onde se manifesta a vida (CARLOS, 2017) é também o lugar da alienação e o meio onde a luta pela desalienação se realiza. Se para Nietzsche a angústia é a condição natural do homem, a Tormenta é um sentimento constante no capitalismo. Nesses termos, o sujeito criativo no mundo do capital é uma proposta para aberturas de novos espaços e de uma outra sociedade que caminha em direção à desalienação.

Como Harvey nos lembra, "a necessidade traz a revolução, pois toda necessidade contida em algum momento extravasa, logo ou os espaços são criados ou serão criados através do caos." (HARVEY, 1980). Assim, uma vez que o espaço é simultaneamente uma condição para a ação, uma estrutura de controle, e um limite à ação, é também um convite à ação (SANTOS, 2006).

5. Conclusão ou outros caminhos possíveis

O homem é a única criatura que se recusa a ser o que é.

Albert Camus, *O homem revoltado*.

Olhando para o seu tempo, Karl Marx busca compreender a realidade para construir um projeto para uma outra sociedade. Seus fundamentos se baseiam na concepção da natureza humana como algo não limitado e não reduzido apenas à racionalidade. Para ele, a natureza humana vai além das necessidades compartilhadas com os animais, ela se baseia na capacidade criativa do ser humano, na sua faculdade de transformação da natureza a partir de finalidades premeditadas. Nesse sentido, a natureza humana está diretamente ligada ao conceito de trabalho e de produção, meios essenciais para a satisfação das necessidades humanas básicas.

No primeiro capítulo tratamos de apresentar o conceito de trabalho e de produção marxianos, basilares para a expressão da natureza humana. Avaliamos as múltiplas dimensões da categoria de trabalho com o objetivo de visualizar a sua complexidade e aprofundamos reflexões sobre a dimensão ontológica, histórica e criativa do mesmo. Essa tríade é fundamental para a trajetória desta dissertação, uma vez que nos permite pensar sobre a essência do ser humano, a sua relação com o tempo-histórico, e as potencialidades do ser social. Aqui começamos a elaborar o conceito de criatividade humana e a realçar suas capacidades transformadoras.

Em busca de aprofundar as reflexões sobre a essência criativa dos seres humanos, entrelaçamos as noções de trabalho desenvolvidas em um primeiro momento, com as reflexões de John Holloway apresentadas no livro *Mudar o mundo sem tomar o poder*. O conceito de fazer, elaborado pelo teórico, nos apresenta o viés da negação como potencialidade criativa. Este negativo que propõe, é positivo na ideia da criação de um novo projeto de sociedade. A partir do diálogo entre os conceitos de natureza humana, trabalho e alienação, introduzidos anteriormente, identificamos nas contribuições de Holloway, a partir do fazer, a abertura para a transformação e a criação de outras formas de vida para além do capital mediante a potência da criatividade.

A partir destas reflexões, encaminhamos a discussão para as teorias do espaço. O conceito de trabalho e de produção, como elaborados por Marx, são basilares para a compreensão do conceito de produção do espaço. O espaço é social pois é produto, meio e condição das relações sociais. No capitalismo, uma vez que as relações sociais são direcionadas para a lógica do capital, o espaço se apresenta como uma dimensão fundamental para a produção e reprodução das relações sociais de produção. É no espaço que a perpetuação das mecânicas do dinheiro, do lucro, e

do trabalho assalariado se realizam. E mais do que isso, a propriedade privada do solo passa a ter um papel fundamental para a continuidade do ritmo de valorização e desvalorização do capital.

Contraditoriamente, a característica social do espaço é uma peça chave para outras relações sociais para além do capital. É na produção do espaço que relações sociais diferentes das relações sociais capitalistas podem ser produzidas e reproduzidas. Se o espaço é construído socialmente, se ele é afetado e afeta as relações sociais, então a produção do espaço é também uma possibilidade direta para a constituição de uma outra sociedade, de outras relações sociais não mediadas pelo capitalismo, não alienada. O caráter transformador e criativo do ser humano se reflete na produção do espaço, uma vez que a existência humana se dá de forma efetiva como produção espacial.

A alienação é uma das fundações do capitalismo, fundamental para a produção e reprodução das relações de produção capitalistas. A partir dela é sustentado o lucro, o dinheiro, a renda e o trabalho assalariado. O segundo capítulo se concentra em uma análise das teorias da alienação marxianas. A trajetória de pesquisa, após passar pela introdução dos conceitos de trabalho, produção e de fazer, caminha para uma reflexão sobre o modo de efetivação da alienação, processo de estranhamento do ser humano em relação ao seu potencial criador.

Para Marx, a natureza humana é um processo histórico, uma vez que a mesma não nasce completa, não nasce acabada, mas está em um constante processo de formação e transformação. Entretanto, no capitalismo, essa natureza humana é "deformada", ou seja, a partir da lógica do capital ocorre uma degradação do trabalho em si: é extraída a sua finalidade. Neste ponto entra a alienação.

O trabalho alienado é a negação da natureza humana, a negação da criatividade, da liberdade, da transformação do mundo a partir das potencialidades humanas. Nos Manuscritos de Paris (2009), Marx desenvolve a visão de que, no capitalismo, ocorre a alienação do trabalho sob a forma de trabalho assalariado. Essa alienação se trata de uma degradação não apenas do trabalho, mas do ser humano como um todo. O trabalho assalariado induz o ser humano a uma jornada onde o mesmo não tem controle sobre o horário, a direção, a finalidade ou o resultado. Ligado diretamente à natureza humana, o trabalho alienado (ou assalariado) é em si uma relação social. Portanto, o mesmo não se fixa

exclusivamente às relações de trabalho, mas se encontra presente nas demais relações sociais.

O conceito de alienação marxiano, como nos elucidava Mészáros, é efetivado a partir de elementos mediadores, que se colocam entre o sujeito produtor e o seu produto final. Nessa lógica, o protagonismo do trabalho humano no processo do capital é ludibriado e ocultado. O segundo capítulo introduz, em um primeiro momento, o complexo de teorias marxianas relacionadas à alienação humana.

A presente dissertação, ao traçar ao longo dos capítulos essa trajetória de compreensão marxista da realidade, tem como intenção principal o resgate do caráter criativo e transformador dos seres humanos que apresentam a partir de posturas combativas e contestatórias, a criação de novas práticas e relações sociais. Nesse ponto, o segundo capítulo, ao mesmo tempo em que introduz as questões acerca da efetivação da alienação, aponta para a sua transcendência a partir do conceito de *aufhebung*.

A negação da alienação, ou melhor, a sua superação, é a proposta marxista para uma outra sociedade. Livre das formas da alienação, o ser humano se realiza livremente, mais de acordo com os seus próprios desejos e em contato com a sua própria essência.

Em um segundo momento, ainda no segundo capítulo, ampliamos essa discussão a partir do conceito de reprodução das relações sociais de produção, elaborado por Lefebvre (1973). Baseando-se nas premissas marxistas, essa abordagem vai além da simples preservação dos meios de produção, conforme delineado por Marx. Em vez disso, ela abraça a ideia de produção e criação de novas relações, impulsionada pelo dinamismo contraditório da realidade. Como Lefebvre argumenta, esse conceito encapsula um processo complexo que não apenas reproduz contradições, mas também as desloca, modifica e amplifica. Essa mudança de enfoque da reprodução dos meios de produção para a ampla esfera das relações sociais de produção reinterpreta e atualiza a perspectiva marxiana, colocando as relações sociais de produção no centro da análise.

Podemos concluir a partir da análise realizada que a produção das relações sociais capitalistas implica na sua reprodução, ou seja, na criação de estruturas materiais que permitem a continuidade de suas formas. Entretanto, como nos aponta Lefebvre, a reprodução aponta também para a possibilidade de criação de algo outro, de outras formas de relação social para além da lógica capitalista.

Ressaltamos, assim, a potência criativa, inerente ao ser social, ao longo de todo o caminho metodológico da presente dissertação.

A geografia nos permite fazer essas reflexões ao nos apresentar uma multiplicidade de fenômenos e conteúdos geográficos que revelam, entre a impermanência das formas, múltiplas possibilidades. "Em termos geográficos, diríamos que o espaço desvela novos sentidos tornando inteligíveis os conteúdos que até então permaneciam ocultos e forçando a transformação dos modos de existência subjacentes às condições históricas e materiais em jogo." (LIMA, 2022, p.121)

O horizonte é a desalienação e a partir das contribuições da geografia crítica marxista é possível vislumbrar formas de produção desalienadas do espaço mediante a realização do sujeito criativo. A compreensão de que a dimensão espacial é essencial para a efetivação dos ser humano reafirma a importância da produção desalienada do mesmo para a construção de uma sociedade emancipada.

Destacamos, portanto, a potência criativa do ser humano, atribuindo-lhe a tônica de "sujeito criativo" que, na qualidade de um agente transformador do espaço, se multiplica em um sujeito criador de outros mundos possíveis. A proposta está na elaboração de um olhar para os processos que ele é capaz de produzir, e que o colocam como um horizonte possível em meio a alienação do capital.

O terceiro capítulo tratou de introduzir e aprofundar a ideia de "sujeito criativo". Não pretendemos fixá-lo a nenhuma identidade previamente definida, uma vez que o nosso objeto aponta para um processo, para possibilidades e aberturas. Dentre os diversos exemplos apontados, nosso objetivo é destacar, por meio das práticas do sujeito criativo, as contradições inerentes aos mundos que coexistem e que ele é capaz de criar.

O "sujeito criativo" provoca aberturas para a realidade vivida a partir das suas práticas sociais criativas. Ao se realizar, o mesmo produz novos espaços, desvenda formas e produz fenômenos espaciais. Optamos pelo uso de "sujeito criativo", no singular, ao mesmo tempo em que apontamos para mundos possíveis, no plural, como uma forma de ressaltar a pluralidade da criatividade.

Os movimentos discutidos nesta dissertação são múltiplos e plurais, atravessam distintos sujeitos. Por isso, é importante enxergar neles múltiplas identidades, vivências e modos de existência: de classe, de gênero, de cor, raça e/ou etnia, de territorialidade, etc. Compreendemos, entretanto, que essas considerações

abrem caminhos fundamentais para a continuidade das reflexões sobre o protagonismo da criatividade na transformação do espaço e na criação de outras formas de realização da vida, uma vez que o capitalismo é sentido, percebido e vivido de forma diferente pelos sujeitos.

Esse caráter múltiplo dos sujeitos é fonte de um longo percurso que se pretende percorrer a partir dos desdobramentos desta pesquisa. Entendemos que é fundamental relacionarmos tais apontamentos com a noção de (re)produção das relações sociais de produção se pretendemos aprofundar as reflexões sobre os movimentos de emancipação do ser social.

A abertura de caminhos, entretanto, não pode nos ludibriar: ter posse de uma casa, ter acesso à mobilidade urbana adequada, alimentação, educação e saúde não torna um sujeito não alienado. São necessidades essenciais, basilares, fundamentais para a existência humana e que, no mundo do capital, se tornam mercadoria. A falta de acesso ao básico é uma das crises da humanidade.

Mas a crise é ainda mais profunda. No mundo do capital, há uma inevitável alienação da realização da vida humana. Muito se pensa na precarização das formas, mas não é apenas isso. Como apontam Robert Kurz e Norbert Trenkle, no séc XX foi vivenciada a crise da sociedade do trabalho e agora, no século XXI, vivemos a crise do trabalho. Logo, a crise também é do próprio capital. Não apenas uma crise da forma, mas uma crise da substância.

6. Referências bibliográficas

BASCHET, J. **O legado do zapatismo, 28 anos após o levante**. Outras Palavras. Publicado em: 16/02/2022. Disponível em: <https://outraspalavras.net/pos-capitalismo/o-zapatismo-e-seu-legado-28-anos-apos-o-levante/> Acesso em: 18 ago. 2023.

BELTRAME, Matheus Maria. **Sobre o Conceito de Emancipação Humana em Karl Marx**. Revista Internacional de Filosofia, V 10., N. 1, 2019.

BENEDITO, G.G.; FERREIRA, A. H. de S. **O "epistemicídio" do espaço na modernidade e a reconstrução epistemológica desse conceito a partir da metafilosofia**. Rio de Janeiro, 2019. 127p. Tese de Doutorado – Departamento de Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

_____. **A teoria da alienação em Henri Lefebvre e a renovação epistemológica da geografia**. Rio de Janeiro: GeoPUC – Revista da Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio, 2020, v. 13, n. 25.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-Tempo da Vida Cotidiana na MetrÓpole**. São Paulo: Labur Edições, 2017, 2ª edição revisada, 317p.

_____. **A Condição Espacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2011, 157p.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2012.

CRARY, Jonathan. **24/7: Capitalismo Tardio e os Fins do Sono**. Editora: Verso, 2016.

DIEGUES, Cacá (Diretor). **A Grande Cidade**. Brasil, 1966. Filme.

FERNANDES, B. S. **Lefebvre leitor de Nietzsche: tragédia e alienação na produção do espaço e na crítica da vida cotidiana**. Revista Geografias, 2023, 18(2), 65–85.

FERREIRA, A. **A cidade que queremos: Produção do espaço e democracia**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

FEUERBACH, Ludwig. **A essência do cristianismo**. Trad. do alemão por J. da S. Brandão. Campinas: Papirus, 1997.

GRESPLAN, J. **A desmedida da crise**. In: Revista Discurso, 1996.

_____. **Marx: Uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2021.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980. 291p.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. Spaces of Hope. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **A liberdade da cidade**. In: TOFFANI, Alícia et al. Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013. 108 p.

_____. **Cidades rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 296 p.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HEGEL, George Wilhelm Friedrich. **Ciência de la Logica**. 2 vol. 6ª ed. Trad: Augusta e Rodolfo Modolfo. Buenos Aires: Librarie Hachette, 1993.

HOLLOWAY, John. **Mudar o mundo sem tomar o poder**. São Paulo: Viramundo, 2003.

_____. Una lectura antiidentitaria de El capital: 18 clases de John Holloway. Buenos Aires: Ediciones Herramienta, 2017.

_____. "Prefácio de la edición mexicana". In: PONCE, F. M. **Memoria y utopía en México: Imaginarios en la génesis del neozapatismo**. Buenos Aires: Ediciones Herramienta, 2009.

IMBROISI, E. G.; FERREIRA, A. H. de S. **Caminhos geográficos para a revolução: emancipação e produção do espaço**. Rio de Janeiro, 2022. 224p. Tese de Doutorado – Departamento de Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 9ª reimpressão no Brasil, 2011.

KURZ, R.; TRENKLE, N. A superação do trabalho: um olhar alternativo para além do capitalismo. Blog Boitempo. Publicado em: 04/07/2019. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2019/07/04/a-superacao-do-trabalho-um-olhar-alternativo-para-alem-do-capitalismo/>>. Acesso em: 20 ago. 2023.

LEFEBVRE, H. **Dialectical Materialism**. Minnesota: First University of Minnesota Press edition, 2009.

_____. **The production of space**. Oxford, UK: Blackwell, 1991. p. 454.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. 178p. (Humanitas). Tradução: Sérgio Martins.

_____. **A re-produção das relações de produção**. (tradução da 1ª parte de La survie du capitalisme). Porto, Edições Escorpião, 1973.

_____. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 190 p. Tradução: Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins..

LEE, WINNIE. **How Chilean Protesters Painted a New Story Atop Old National Monuments**. Tradução nossa: Como os manifestantes chilenos desenharam uma nova história a partir de antigos monumentos históricos. Publicado em: 19/03/2020. Disponível em: <https://www.atlasobscura.com/articles/chilean-statues-during-protests> Acesso em: 11 ago. 2023.

LIMA, Elias Lopes. **Encruzilhadas Geográficas: notas sobre a compreensão do sujeito na teoria social crítica**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2014. 390p.

_____. **O caráter criativo e transformador do homem na compreensão do sujeito em geografia**. Revista de Geografia, v. 12, p. 117-133, 2022.

LOREA, I. M. **Henri Lefebvre y los espacios de lo posible**. In: LEFEBVRE, H. La producción del espacio. Capitán Swing, 2013.

LÖWY, Michael. **A teoria da revolução no jovem Marx**. Tradução: Anderson Gonçalves. Petrópolis: Vozes, 2002.

LUNARDON, K. A. F. **Cozinhando em/o comum: entre disputas pelo espaço público e a produção diferencial do espaço**. Curitiba, 2022. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. 1. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo. 2009.

_____. **Sobre a questão judaica**. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo. 2010.

MASSEY, Doreen B. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MÉSZÁROS, I. **A Teoria da Alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2016.

NASCIMENTO, Altemício. Entrevista. In: MONCAU, G.; CARVALHO, I. **Breque dos apps: entregadores suspendem paralisação após governo Lula acenar com regulamentação**. Publicado em: 17/01/2023. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/01/17/breque-dos-apps-entregadores-suspendem-paralisacao-apos-governo-lula-acenar-com-regulamentacao>>. Acesso em: 08/08/2023.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra**. São Paulo: Editora Martin. Claret, 2003. (Coleção A obra-prima de cada autor, v. 22).

POSTONE, Moische. **Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria de Marx**. Trad. Amilton Reis; Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo. 2014.

SANTOS, M. A. **A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006, 224.p.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. Hucitec. São Paulo 1988.

SINISCALCHI, M. V. de M.; FERREIRA, A. H. de S. **Semeando o comum na metrópole contemporânea: as hortas urbanas comunitárias no Rio de Janeiro (RJ)**. Rio de Janeiro, 2020. Dissertação de Mestrado - Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

VANEIGEM, R. **A Arte de Viver para as Novas Gerações**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2002.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: TOFFANI, Alícia et al. **Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.